



# Teorias da história



# Teorias da história

Leandro Cesar Leocádio  
Julho Zamarim

© 2017 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.  
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

**Presidente**

Rodrigo Galindo

**Vice-Presidente Acadêmico de Graduação**

Mário Ghio Júnior

**Conselho Acadêmico**

Alberto S. Santana  
Ana Lucia Jankovic Barduchi  
Camila Cardoso Rotella  
Cristiane Lisandra Danna  
Danielly Nunes Andrade Noé  
Emanuel Santana  
Grasiele Aparecida Lourenço  
Lidiane Cristina Vivaldini Olo  
Paulo Heraldo Costa do Valle  
Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

**Revisão Técnica**

Raquel de Oliveira Henrique  
Ricardo Amarante Turatti

**Editorial**

Adilson Braga Fontes  
André Augusto de Andrade Ramos  
Cristiane Lisandra Danna  
Diogo Ribeiro Garcia  
Emanuel Santana  
Erick Silva Griep  
Lidiane Cristina Vivaldini Olo

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

L576t Leocádio, Leandro Cesar  
Teorias da história / Leandro Cesar Leocádio, Julho  
Zamarim. – Londrina : Editora e Distribuidora Educacional  
S.A., 2017.  
208 p.

ISBN 978-85-522-0020-8

1. História. I. Zamarim, Julho. II. Título.

CDD 909

---

2017  
Editora e Distribuidora Educacional S.A.  
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza  
CEP: 86041-100 – Londrina – PR  
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br  
Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

# Sumário

|  |            |
|--|------------|
| <b>Unidade 1   A história e sua tradição</b>   | <b>7</b>   |
| Seção 1.1 - História na Antiguidade e no Medievo   | 9          |
| Seção 1.2 - História no Renascimento e no Iluminismo                                       | 25         |
| Seção 1.3 - História e dialética   | 41         |
| <b>Unidade 2   A história como ciência</b>   | <b>65</b>  |
| Seção 2.1 - A institucionalização da história  | 67         |
| Seção 2.2 - História e objetividade científica   | 79         |
| Seção 2.3 - A história tradicional   | 93         |
| <b>Unidade 3   A Escola dos Annales e a revolução historiográfica</b>                      | <b>109</b> |
| Seção 3.1 - A primeira geração dos <i>Annales</i>  | 111        |
| Seção 3.2 - A segunda geração dos <i>Annales</i>   | 123        |
| Seção 3.3 - A terceira geração dos <i>Annales</i>  | 137        |
| <b>Unidade 4   A historiografia contemporânea e suas orientações teórico-metodológicas</b> | <b>157</b> |
| Seção 4.1 - História e interdisciplinaridade   | 159        |
| Seção 4.2 - História e diversificação metodológica   | 175        |
| Seção 4.3 - História e pós-modernidade   | 189        |



# Palavras do autor

“Papai, então me explica pra que serve a história”. O historiador Marc Bloch, um dos fundadores da Escola dos Annales – corrente historiográfica francesa do início do século XX que, dentre várias prerrogativas, incentivava a interdisciplinaridade entre os diversos campos do saber –, assim introduz seu livro *Apologia da história ou O ofício de historiador*, escrito durante o período em que esteve aprisionado pelos nazistas até as vésperas de ser fuzilado, em 1944. Na reflexão feita sobre o questionamento realizado pelo filho, Bloch destaca o quão importante é para um escritor saber tratar da sua área de conhecimento tanto para os doutores acadêmicos quanto para os estudantes.

Para conseguir se aproximar de tal feito, é imprescindível refletir na atualidade sobre a importância da história enquanto um processo de construção de conhecimentos elaborado pelos historiadores e enquanto objeto de estudo desses profissionais (BARROS, 2011). Esse caminho é um dos pressupostos essenciais a que todo aquele interessado em iniciar seus estudos sobre os acontecimentos realizados pelo ser humano ao longo do tempo deve estar atento, justamente para evitar o triste engodo que acompanhou gerações de estudantes que se debruçavam sobre os materiais escolares procurando decorar o que ali estava presente, sem o incentivo para compreender que a história não é meramente uma ciência do passado, mas sim um campo de conhecimento que estuda os homens e suas realizações através do tempo (BLOCH, 2001).

Com essa informação em mente, é sempre válido destacar que todo aquele interessado em compreender a premissa que acompanha os historiadores deve se atentar ao compromisso individual de estudar de forma autônoma e responsável. Assim, curiosidade sobre o tema trabalhado, consciência em relação ao seu papel enquanto estudante, organização nos estudos realizados, criticidade na análise de informações e leituras reflexivas são algumas competências que se espera do aluno ao longo do estudo deste material didático.

Desse modo, nas páginas a seguir estarão presentes informações e desafios sobre como a história, enquanto campo de conhecimento que vem sendo estruturado ao longo do tempo, é compreendida pelos mais diversos motivos e interesses. Passando pela Antiguidade Clássica e Idade Média, teremos contato com a tradição histórica deixada por historiadores desses períodos para a contemporaneidade; pela Modernidade, acompanharemos o processo de constituição da história como campo científico e a reviravolta epistemológica proposta por pensadores da virada

do século XIX para o XX; e, finalmente, chegaremos aos dias atuais com os debates envolvendo a Pós-Modernidade e a história.

Convidamos você, caro estudante, a aproveitar cada unidade, preparada com muita atenção e seriedade, para que assim tenha a oportunidade de experimentar esse processo fantástico que acompanha o ser humano desde os primórdios da humanidade: a curiosidade de saber sobre os eventos vivenciados ao longo do tempo.

Bons estudos!



## A história e sua tradição

### Convite ao estudo

Bem-vindo, caro estudante! Ao longo desta primeira unidade, será apresentado a você o percurso trilhado por aqueles que primeiro se predispuseram a analisar os eventos envolvendo a atuação do ser humano no tempo. Como recorte temporal, a Antiguidade Clássica será nosso ponto de partida, e serão apresentados a você os historiadores gregos Heródoto, Tucídides e Políbio, assim como os romanos Tito Lívio e Públio Cornélio Tácito.

Já na Idade Média, terá a oportunidade de conhecer as reflexões tanto do patrístico Agostinho de Hipona quanto do escolástico Tomás de Aquino, que obtiveram significativo êxito ao propor o diálogo entre filosofia e teologia. Nos primeiros séculos da Modernidade, período em que a razão permeia o imaginário de seus pensadores, poderá conhecer como se deu a transição do pensamento baseado no teocentrismo para o antropocentrismo, assim como também a reviravolta dialética materialista proposta por Karl Marx em relação às conjecturas tratadas por Hegel sobre o espírito (mundo das ideias), que instituiu o movimento do mundo segundo este filósofo.

Desse modo, você terá a oportunidade de compreender como se deu o desenvolvimento histórico que ocorreu na historiografia ocidental, tendo como referência os próprios períodos, explorando inclusive as múltiplas tendências teóricas e metodológicas atuantes na contemporaneidade. Com isso, instigue a capacidade intelectual que há em você de traçar analogias entre os assuntos históricos que irá conhecer nesta primeira unidade e o presente vivenciado por todos nós.

Para auxiliá-lo nessa trajetória, foi pensado o seguinte contexto de aprendizagem: um professor de história chamado Raul decide trabalhar com uma turma de estudantes do 3º ano do Ensino Médio a importância de se refletir sobre o acúmulo e a mera reprodução de informações, tão presentes na atualidade com o advento das inúmeras plataformas virtuais disponíveis, e a falta de oportunidades de se produzir conhecimento, seja individualmente, seja coletivamente. Daí o interesse do professor em trabalhar a reflexão dos estudantes acerca das perspectivas históricas elaboradas por historiadores da Antiguidade, Idade Média e Modernidade, traçando paralelos com situações de nosso cotidiano.

Diante da situação apresentada, você será convidado a refletir acerca dos seguintes questionamentos: como fazer com que os estudantes entendam a diferença e a importância de se produzir conhecimento, e não meramente repetir informações repassadas? O que se “esconde” por trás das informações transmitidas como se fossem aleatórias, mas que muitas vezes camuflam interesses que divergem dos nossos? De que maneira pode-se criar situações para fazer com que os alunos tracem analogias e paralelos estruturais entre os eventos do passado e os acontecimentos do presente? Tendo como base os conteúdos que serão posteriormente abordados, essas são algumas questões debatidas ao longo desta unidade.

# Seção 1.1

## História na Antiguidade e no Medievo

### Diálogo aberto

Estamos conhecendo o caso do professor de história, Raul, interessado em promover uma série de debates com os alunos do 3º ano do Ensino Médio, a fim de levar os estudantes a refletirem sobre as produções realizadas por pensadores na Antiguidade, Idade Média e Modernidade, no intuito de traçar paralelos entre as perspectivas presentes nesses períodos e as situações que fazem parte de nosso cotidiano. Dessa forma, pretende despertar nos alunos a importância da criticidade em relação às informações que nos são repassadas constantemente enquanto verdade absoluta. O professor Raul acredita que esse é um caminho importante para a valorização de nossa democracia, pois essa forma de governo, se não é a melhor das formas de governabilidade, é a única que permite uma participação de todos no debate político, além de proporcionar a busca pelo respeito à pluralidade de pensamento.

Dando início ao ciclo de reflexões, o professor Raul apresenta aos alunos a teoria desenvolvida pelo historiador grego Políbio que, após anos de estadia em Roma, buscou explicar as etapas governamentais pelas quais a cidade passou, concentrando seus estudos na vitória dos romanos frente aos cartagineses, evento que finalizou as conhecidas Guerras Púnicas, em 146 a.C. Na sequência, solicita aos alunos que tracem um paralelo entre a teoria desenvolvida por Políbio e a história do Brasil, de sua independência da metrópole portuguesa, no início do século XIX, até os dias atuais. Ao realizar essa tarefa, Raul busca incentivar seus alunos a explorar as conjunturas apresentadas por Políbio em sua teoria das formas de governo (autocracia, aristocracia e democracia) e suas conseqüentes degenerações (tirania, oligarquia e oclocracia), traçando um paralelo entre os períodos da história do Brasil enquanto monarquia, república e, mais recentemente, democracia.

## Não pode faltar



### Assimile

Nesta primeira seção, intitulada *História na Antiguidade e no Medievo*, você terá a oportunidade de conhecer o trajeto percorrido por historiadores que procuraram pensar sobre o passado tendo como ponto de referência o contexto no qual estavam inseridos.

Assim, utilizaram os mais diversos métodos de investigação em um período em que a historiografia possuía um significado distinto do qual possui na atualidade.

No entanto, mesmo que seja distinto, sempre é possível traçar conjecturas entre passado e presente, condição que colabora para a assimilação do conteúdo aprendido com as situações de nosso próprio cotidiano.

Tendo tal premissa em mente, você deve refletir sobre a primeira situação-problema sugerida nesta unidade: de que maneira as conjecturas realizadas pelo historiador Políbio auxiliam a compreender a história de nosso país, utilizando-se como recorte histórico o processo de independência do Brasil, que se deu no início do século XIX, e todas as etapas de governabilidade vivenciadas desde então?

Os pensadores gregos da Antiguidade Clássica deixaram como herança para a posteridade ponderações que influenciam diretamente a sociedade ocidental até os dias atuais. Conceitos como democracia, política, filosofia, cidadania, para ficar apenas nesses exemplos, estão constantemente presentes em vários espaços de debate das ideias. Entretanto, os filósofos gregos não teciam suas análises baseadas no real a eles apresentado, era o mundo mitológico que dava conta de responder o porquê dos questionamentos. Desse modo, deuses e semideuses, além de inúmeros seres míticos, eram utilizados para explicar aquilo que até então era inexplicável.

As narrativas presentes no interior dos lares gregos, principalmente por meio das mulheres, eram repassadas às crianças pela oralidade e continham os valores familiares amalgamados aos contos de seres míticos. Assim, de pequeno, aprendia-se a imaginar as divindades e, conseqüentemente, a respeitá-las. Ao crescer, era pela voz dos poetas, verdadeiros guardiões de uma memória social e coletiva, que em público reforçava-se aquilo aprendido no seio familiar desde os primeiros anos de vida (VERNANT, 2006). É em meio a esse contexto que surgem figuras que passam a exercer um papel privilegiado na sociedade grega: os poetas, como Homero (que acredita-se ter vivido por volta do século IX a.C. e VIII a.C.) e Hesíodo (que possivelmente atuou por volta do século VIII a.C. e VII a.C.).

Em *Teogonia*, poema escrito por Hesíodo e dividido em mais de mil versos, está presente relatos das sucessivas gerações de deuses e o contato destes com os seres humanos. Compilando histórias presentes em rodas de conversa entre os gregos, o poeta Homero escreveu os livros *Iliada* e *Odisseia*, onde relata o acontecimento que marca o momento de união de todos os povos localizados ao sul da Península Balcânica e cercanias: a Guerra de Troia. A vitória dos gregos frente aos troianos funciona como um marco na história desse povo. Os heróis ali presentes; a história de amor entre Paris e Helena; as batalhas e estratégias de luta; a derradeira vitória por meio do fatídico presente. Enfim, em ambos encontramos prerrogativas que não só figuravam no imaginário das pessoas ao longo de toda uma vida, como atravessaram os séculos influenciando peças teatrais, romances, novelas etc.



### Exemplificando

Ao longo da história, vários são os exemplos que podem ser citados para demonstrar a influência dos relatos poéticos presentes na narrativa desses conservadores das memórias míticas dos gregos. Recentemente o cantor estadunidense Bob Dylan foi laureado com o Nobel de Literatura, algo até então inóspito na história da premiação. Como justificativa às críticas em relação à escolha de Dylan, a secretária permanente da Academia Sueca, Sara Danius, lembrou que:

[...] se olharmos para trás, bem para trás, descobrimos Homero e Safo, que escreveram textos poéticos ou peças que foram feitos para ser ouvidos, apresentados, frequentemente junto com instrumentos, e é a mesma coisa com Bob Dylan. Nós ainda lemos Homero e Safo e gostamos. (BBC BRASIL, 2016 apud DANIUS, 2016, [s.p.])



Assim, questionamentos à parte, que tal escutar um dos grandes sucessos desse poeta da contracultura americana interpretado pela banda inglesa Rolling Stones? Segue o link de *Like a Rolling Stone*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JXRyohuXeS4>>. Acesso em: 27 out. 2016.

A mudança radical que proporcionou uma significativa guinada no pensamento grego, criando inclusive condições para o surgimento não só da história, como também da geografia, da sofística, do direito, da medicina, da filosofia, da tragédia, foi o modo de organização social no qual passaram a se estruturar por volta do século V a.C., conhecido como *pólis*. O estabelecimento desse sistema foi fundamental para a mutação intelectual em suas diversas modificações (EYLER, 2012).



### Pesquise mais

Compreender a importância da formação das pólis no mundo antigo é fundamental para entender o pensamento grego pautado em paradigmas racionais. No vídeo disponibilizado no link a seguir, produzido pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo, você terá a oportunidade de acompanhar a entrevista cedida pela antropóloga Maria Beatriz Borba Florenzano, professora titular de arqueologia clássica no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), que irá tratar justamente do tema das cidades-estados gregas.

UNIVESP TV. **História:** Estudo das cidades gregas - Maria Beatriz Borba Florenzano. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=0L-NwqgA\\_Ps](https://www.youtube.com/watch?v=0L-NwqgA_Ps)>. Acesso em: 27 out. 2016.

Inserido nesse contexto de explicações mitológicas e praticamente realizando o caminho contrário ao presente até então, o historiador Heródoto (484 a.C.-430 a.C. ou 420 a.C.), de Halicarnasso, passa a adotar um método investigativo novo para com os eventos do passado, com certa distinção ao proposto pelo poeta Homero, para o qual deuses e seres humanos mantinham uma relação de aproximação intensa. Heródoto, após realizar viagens pelo mundo antigo, começa a perceber que a história que lhe interessa escrever depende de um método em que a fonte seja, digamos, o próprio ser humano. Em outras palavras, ele deseja tratar os eventos do passado de modo humano, e não pautado em uma mitificação heroica. A história de Heródoto procurou epistemologicamente se afastar da narração baseada no mito para se concentrar na narração de eventos que se desenrolam num tempo humano (EYLER, 2012). Assim, pautado nos relatos colhidos em suas viagens, escreve sobre aquilo relatado por vários interlocutores diferentes.

Já o aristocrata Tucídides (460 a.C. - 404 a.C.), legítimo cidadão ateniense, procurou trilhar um percurso oposto ao percorrido tanto por Homero quanto por Heródoto. Ocupando o cargo de estrategista militar em Atenas, posto disponível apenas àqueles que possuíam certo prestígio nos espaços políticos na pólis, lutou na Guerra do Peloponeso, contra Esparta, até ser morto, em 404 a.C., mesmo ano da queda definitiva de Atenas e do conseqüente fim da guerra (MAGALHÃES, 2012). Tucídides

fazia questão de destacar que sua visão dos fatos apresentava a verdade plena e absoluta, já que não baseava sua narrativa nos depoimentos de terceiros, mas sim em sua própria experiência de ter visto e vivido os acontecimentos por si só. Relatando, portanto, os episódios da guerra entre Atenas e Esparta baseado em seu conhecimento empírico, focou sua atenção na construção de uma narrativa desprovida do encanto mítico (característico da narrativa homérica) e poético (presente tanto na narrativa de Homero quanto na de Heródoto) e afastou-se de um discurso que considerava por demasiado fabuloso.

**Aos que se inteirarem de minha narrativa pela audição, ela provavelmente parecerá, pela ausência do fabuloso, grandemente desprovida de encanto. Mas todos os que desejarem examinar com precisão tanto os acontecimentos passados como os que, em algum dia, voltarão a ocorrer de forma semelhante, em função do seu caráter humano, julgarão minha narrativa útil e proveitosa e isto é suficiente. Ela não foi composta para obter os aplausos numa competição momentânea, mas sim para se constituir em uma aquisição para sempre. (TUCIDIDES, 1968 apud MAGALHÃES, 2012, p. 40-41)**

Se Heródoto e Tucídides são historiadores contemporâneos que divergiram com relação ao método utilizado para tentar compreender o passado, o historiador Políbio (200 a.C. - 118 a.C.) viveu em uma época posterior, século II a.C., momento no qual Roma concentra sua atenção na expansão de suas fronteiras. Por volta da década de 160 a.C., os romanos derrotam definitivamente a Macedônia e transformam em cativos vários de seus habitantes, dentre eles o próprio Políbio. Transferido para Roma, teve a oportunidade de viver junto à elite política e intelectual da cidade, graças à amizade feita com Cipião Emiliano, importante político da urbe. Nos quase 20 anos vividos em Roma, acumulou viagens a diversos locais, além de presenciar a destruição e ocupação de vários territórios. Essa experiência de vida lhe possibilitou escrever uma grande obra clássica da Antiguidade: *Historiae*, que ao longo de 40 volumes narra a ascensão de Roma diante da cidade de Cartago, potência que fazia frente à república romana até ser derrotada após várias batalhas travadas nas conhecidas Guerras Púnicas (264 a.C - 146 a.C.) (SEBASTIANI, 2012).

Entretanto, é no volume IV de sua obra que Políbio expõe sua teoria de governabilidade, na qual apresenta a seguinte reflexão: existem seis formas de governo, sendo três positivas – realeza, aristocracia e democracia – e suas conseqüentes degenerações – tirania, oligarquia e oclocracia, respectivamente. Ao expor sua teoria, Políbio a explica de uma forma cíclica, como podemos perceber na citação a seguir, extraída do livro *A teoria das formas de governo*, de Norberto Bobbio:



Em primeiro lugar se estabelece sem artifício e “naturalmente” o governo de um só, ao qual segue (e do qual é gerado por sucessivas elaborações e correções) o “reino”. Transformando-se este no regime mal correspondente, isto é, na “tirania”, pela queda desta última se gera o governo dos “melhores”. Quando a aristocracia por sua vez degenera em “oligarquia”, pela força da natureza, o povo se insurge violentamente contra os abusos dos governantes, nascendo assim o “governo popular”. Com o tempo, a arrogância e a ilegalidade dessa forma de governo levam à “oclocracia”. (POLÍBIO apud BOBBIO, 1997, p. 67)

Políbio chega a considerar que uma forma de governo justa seria aquela nas quais as três formas positivas de governo – realza, aristocracia e democracia – estão presentes em um modelo governamental misto, assim, o que há de essencial e melhor nas três formas positivas é dosado e balanceado, evitando os excessos de cada um dos modelos e a infinitude do ciclo de governabilidade degenerada (SEBASTIANI, 2012).



### Pesquise mais

Para saber mais sobre a teoria desenvolvida por Políbio, que te auxiliará na situação-problema desta unidade, leia o **Capítulo IV – Políbio**, presente na obra de Norberto Bobbio **A teoria das formas de governo**. No link a seguir você terá acesso a todo o livro digitalizado, basta procurar o capítulo solicitado para leitura.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/arquivos/Upload/5371894291314711953.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2016.

A conseqüente ascensão da cidade de Roma como império frente aos demais povos da Antiguidade possibilitou o aparecimento de pensadores que, tal qual os gregos aqui citados, também se preocuparam em refletir sobre a origem histórica da civilização da qual faziam parte. Nesse contexto, nomes como Tito Lívio (59 a.C. ou 64 a.C. - 17 d.C.) e Públio Cornélio Tácito (56 d.C. - 120 d.C.) ficaram marcados pelo modo como relataram os eventos referentes ao passado de Roma. Se por um lado Tito Lívio, interessado em lançar uma maneira distinta de descrever as origens romanas, concentra sua atenção no desenvolvimento de uma narrativa histórica baseada em um gênero literário conhecido como *annales*, característica dos primórdios da historiografia romana baseada no contar a história ano a ano (VITORINO, 2012), por



outro lado, Tácito, pontualmente em sua obra *Anais*, relata a trajetória dos imperadores romanos Tibério, Calígula, Cláudio e Nero. Desenvolvendo uma reflexão acerca da atuação tirânica dos imperadores e da consequente resignação da população frente a essa situação, influenciou séculos depois, de maneiras distintas, os escritos de alguns pensadores renascentistas. Maquiavel, por exemplo, retira de Tácito a ideia de como se comportar perante governantes despóticos, enquanto outras vertentes de pensamento da mesma época utilizam seus escritos como um guia para a construção de governos tirânicos. Sua forma de escrita irônica e a utilização constante de artifícios retóricos diversos confundiam, muitas vezes, aqueles que se dispuseram a interpretar suas ideias (MARQUES, 2012).



### Refleta

O historiador romano Tácito, escrevendo sobre as tiranias de seu tempo, não esgotou o assunto, haja vista a existência na atualidade de governos despóticos que infelizmente ainda calam vozes. Em muitos casos, só resta a essas pessoas resignar-se para sobreviver. Como combater as tiranias de nosso tempo? Como evitar que governos aparentemente democráticos subjuguem seu povo com atitudes tirânicas? É possível, em pleno século XXI, o Brasil enfrentar governos que optem por esse modelo antidemocrático de governo?

Depois de séculos de grande influência do pensamento greco-romano no mundo ocidental, que estava se consolidando ao longo de toda a Antiguidade Clássica, na virada do século IV para o V, as ideias desenvolvidas por Agostinho de Hipona (354-430), influenciado pela filosofia platônica, são interpretadas por diversas correntes de pensamento, como aquelas responsáveis por mesclar a filosofia do mundo antigo com a crença judaico-cristã, então em franca ascensão, influenciando o imaginário de boa parte do mundo ocidental durante séculos do período medieval (COSTA, 2012).



### Pesquise mais

O início do século IV pode ser considerado um marco para o cristianismo. Após décadas sendo perseguidos pelos imperadores romanos, jogados nas arenas para serem devorados por feras, proibidos de cultuar o Deus único, os cristãos contaram com a ajuda pontual do próprio imperador romano Constantino que, no ano de 312, converteu-se ele próprio ao cristianismo, decretando assim o fim de anos de perseguição.

Contextualizar essa situação é primordial para entender a conjuntura na qual Agostinho de Hipona desenvolveu suas reflexões.

Assim, a seguir encontra-se o link para acessar o livro *Quando nosso mundo se tornou cristão* (312-394), do historiador francês Paul Veyne, que narra como, pelas mãos do imperador Constantino, a Igreja Católica ascende enquanto potência, e todo o império romano torna-se, aos poucos, cristão.

VEYNE, Paul. **Quando nosso mundo se tornou cristão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Disponível em: <<https://portalconservador.com/livros/Paul-Veyne-Quando-Nosso-Mundo-Se-Tornou-Cristao.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.

Boa leitura!

Já Tomás de Aquino (1225-1274), alinhado com os questionamentos que passam a ser debatidos com a virada do primeiro para o segundo milênio da era cristã, dá continuidade às reflexões vinculadas à filosofia e à fé. Porém, diferentemente de Agostinho, é inspirado por Aristóteles e, em comunhão com as reflexões de seu tempo – que tinham por intuito aparelhar-se com as prerrogativas ligadas ao campo da racionalidade –, pautou-se na razão para embasar suas ponderações (FAITANIN, 2012).



### Refleta

O fim do Medievo e início da Modernidade é marcado pela ascensão do pensamento racional que procura, aos poucos, desvincular-se do clerical. Como reflexão, seguem os seguintes questionamentos a serem respondidos na próxima seção: a transição do pensamento teocêntrico para o antropocêntrico se deu de maneira amistosa ou conflituosa entre as partes? Qual é a importância da perspectiva humanista para o pensamento ocidental?

### Sem medo de errar

A situação-problema gerada nesta seção tem por intuito proporcionar uma reflexão acerca de uma perspectiva teórica elaborada na Antiguidade Clássica e que, guardadas as devidas proporções, pode ser utilizada para refletir sobre a história do Brasil e as formas de governabilidade que foram se instituindo no país, desde sua independência até os dias atuais.

Traçar analogias como a que está aqui proposta é tarefa primordial a todo aquele que se envereda no campo do estudo dos eventos do passado. Quando Políbio, após

anos vivendo na Roma ainda republicana, conjectura sua teoria, sua preocupação é a de pensar em uma forma ideal para se governar uma sociedade. Assim, as relações entre todos aqueles que vivem sob a tutela de um mesmo governante seriam pautadas em um bom convívio social, e os conflitos gerados por essa convivência seriam resolvidos com mais clareza e objetividade por parte daquele que orienta democraticamente a todos.

No caso do estudo do Brasil, é muito importante reflexões como essa justamente para que tenhamos a possibilidade de desmistificar alguns conceitos instituídos no imaginário de muitos brasileiros e que são repassados de geração a geração sem a devida criticidade. Criar situações em que é possível analisar de forma plural nosso passado é primordial no ambiente escolar para que os alunos tenham a oportunidade de valorizar nossa jovem democracia.

Nosso país, atravessado por premissas que marcaram profundamente as relações sociais, como é o caso dos mais de 300 anos enquanto colônia e dos quase 400 anos de escravidão, precisa urgentemente ressignificar seu passado se tem interesse em construir bases distintas dessas, que podem ser observadas constantemente na contemporaneidade.

Assim, quando Políbio apresenta a primeira das formas de governo – reino, que podemos nomear também como autocracia, governo nas mãos de uma única pessoa – e sua conseqüente degeneração, como não lembrar que os primeiros anos do Brasil independente foram marcados por uma autocracia que se degenerou? O monarca brasileiro D. Pedro I, ao instituir os três poderes na política brasileira, agregou a essa teoria (iluminista, diga-se de passagem) um quarto poder, o Poder Moderador (situação a qual seu filho, D. Pedro II, deu continuidade). Nessa perspectiva, quando os três poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário – elaboravam suas leis, o quarto poder, concentrado exclusivamente na figura do imperador, tinha total autonomia para barrar as decisões sem sequer consultar os demais poderes.

No momento em que membros da aristocracia brasileira se cansaram de viver sob a tutela de um regime autocrático, como o que se configurava no Brasil, e se uniram para pôr um fim à autocracia degenerada imperial, as regras do jogo mudaram: de um império, passamos para uma república. No entanto, governada por aristocratas, a degeneração não tardou a acontecer, fato que marcou profundamente toda a história do Brasil do século XX: golpes atrás de golpes sendo infligidos ao sistema republicano criaram as condições necessárias para fazer os brasileiros enfrentarem longos anos de privação da liberdade, tudo capitaneado e estimulado pelos degenerados oligarcas – primeiro na década de 1930, com o Estado Novo (é bom lembrar que há quem afirme que os quinze anos de governo Vargas devem ser caracterizados como uma ditadura), depois em 1964, com a ditadura civil militar.

Assim, a década de 1980 presenteou anos de lutas e reivindicações com a abertura política e, graças a diversos setores de nossa sociedade, conseguimos, enfim, vivenciar os primeiros momentos de nossa história enquanto uma democracia. Nesses anos foi elaborada a Constituição de 1988, com algumas mudanças sociais importantes configuradas como progressistas e que caminharam em comum acordo com as sociedades democráticas do mundo; a estabilidade de uma moeda forte, como o real, foi conseguida após anos de tentativas frustradas; e leis favorecendo milhões de pessoas consideradas vulneráveis socialmente foram colocadas em prática, retirando várias delas da condição de extrema pobreza na qual se encontravam.

Entretanto, como bem alertou Políbio há mais de 2 mil anos, quando um sistema pautado na democracia não é devidamente cuidado pela sua população, quando esta se deixa levar pela retórica daqueles que, de um jeito ou de outro, estão dispostos a acabar com esse modelo onde todos têm o direito de participar das decisões políticas, a degeneração acontece, e é aí que temos o governo dos piores, a oclocracia.

Será que corremos esse risco? Será que mesmo com toda a liberdade de expressão, de pensamento, de acesso às informações que a população brasileira possui pelo menos desde os anos de 1980 é possível uma degeneração como essa acontecer? Como o ofício do historiador é traçar conjecturas do presente, mas tendo como referência o passado, é difícil inferir o que pode vir a acontecer em um futuro próximo, mas fica a dica dada por Políbio ainda na Antiguidade, já que tal perspectiva de análise de governabilidade conjecturada por esse historiador é cíclica, e não linear, podendo, sem a devida atenção de todos, retroceder a um modelo onde os oclocratas tenham o controle governamental em suas mãos.

## Avançando na prática

### O perigo por trás da retórica do mito salvador

#### Descrição da situação-problema

Ao longo da situação-problema apresentada nesta primeira seção, foi disponibilizada a você não só a oportunidade de conhecer as teorias desenvolvidas pelo historiador grego Políbio, como também a de refletir sobre como a teoria dos modelos de governabilidade apresentada por esse pensador da Antiguidade (guardadas as devidas proporções, sempre é bom reforçar) nos auxilia não só na compreensão acerca das etapas de governo pelas quais o Brasil vem passando, desde o processo de independência até a contemporaneidade, como também no entendimento do quão importante é valorizar as prerrogativas governamentais alicerçadas na democracia, único modelo onde é permitido a todos, sem qualquer distinção, participar das decisões políticas presentes em uma sociedade.

Finalizando esse primeiro momento de estudo sobre teorias da história, será apresentada a seguinte situação-problema como complemento da que foi solucionada por você nesta primeira seção: ao finalizar o debate acerca do tema proposto para reflexão, o professor Raul concentrou sua atenção na questão tratada por Políbio a respeito da degeneração de um sistema autocrático, ou seja, quando o governante se torna um tirano e passa a utilizar daquilo que conhecemos na atualidade como modelo totalitarista de governo. Dessa forma, Raul propõe o seguinte trabalho, agora não mais em sala de aula, mas para casa, como complemento ao assunto estudado na escola, para a turma do 3º do Ensino Médio: os alunos deverão pesquisar alguns exemplos de governo europeu após a Primeira Guerra Mundial, governantes que iniciaram seu mandato tendo o apoio da população assumiram o posto de governante geral da nação adotando uma postura aparentemente democrática, mas, com o tempo, mostraram-se extremamente tirânicos e totalitários, não só com o seu povo, mas, principalmente, com outras populações consideradas por eles como inferiores.

### Resolução da situação-problema

O propósito é levar os alunos a refletir sobre o cuidado que devemos ter com aquilo que Raoul Girardet apresenta no capítulo *O mito do herói salvador*, do seu livro *Mitos e mitologias políticas*, de que maneira os políticos, principalmente em momentos de crise (como a enfrentada por países europeus após a Grande Guerra), utilizam-se do estereótipo mítico do salvador, daquele que irá livrar literalmente seu povo do mal instituído socialmente, e como a população, ávida por uma solução, abraça a causa apresentada por esse pseudo-herói.

Hannah Arendt, no livro *Origens do totalitarismo – antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*, traça um perfil desse modelo populacional nomeado por ela como massa, parcela significativa da população que tende a não só comprar a ideia apresentada pelo político mito-salvador, como também pulverizar no social suas conjecturas aparentemente democráticas, mas que, no fim das contas, tendem a suprimir tal perspectiva governamental, instituindo assim uma postura totalitarista de governo. Na atual conjuntura, em que as pessoas consomem informações de modo desenfreado e na maioria das vezes pouco conhecimento se produz, acreditar na retórica de políticos assim é extremamente perigoso.

Como isso, o professor Raul espera que os alunos (devido à idade, todos já têm ou estão próximos de obter o direito ao voto) tenham condições de se atentar ao discurso oportunista colocado em prática por políticos que se utilizam de prerrogativas aparentemente democráticas, mas que, em sua essência, escondem um viés ligado a totalitarismos tirânicos que não combinam em nada com uma convivência social baseada na democracia

## Faça valer a pena

1. A citação a seguir, extraída do livro *Helenismo, história de uma civilização*, escrito pelo historiador britânico Arnold Joseph Toynbee, tece comentários a respeito da importância das polis para os gregos:



**A cidade-estado era um objeto mais digno de devoção do que os deuses do Olimpo, feitos à imagem de bárbaros humanos. A personalidade humana, quando emancipada, sofre se não encontra um objeto mais ou menos digno de sua devoção, fora de si mesma. (TOYNBEE, 1963, p. 59)**

Com o advento das pólis, cidades-estados gregas que possuíam autonomia e independência política entre si, é nítido perceber uma significativa mudança com relação à intelectualidade dos gregos. É nesse contexto que ideias como política, democracia, cidadania, assim como campos do conhecimento como história, filosofia e geografia passam a fazer parte do linguajar cotidiano de seus habitantes. No entanto, se por volta do século V a.C. essas prerrogativas passam a direcionar a vida dos helênicos, em tempos anteriores, no imaginário grego predominava o pensamento:

- a) Que possuía uma ligação muito grande com as expressões religiosas orientais, fonte de inspiração não só aos gregos, que conheciam profundamente as prerrogativas ligadas a essa perspectiva religiosa, mas a todos os povos que habitavam as proximidades da divisa entre Oriente e Ocidente.
- b) Estritamente político, como demonstra o desenvolvimento da cidade Esparta, por exemplo. Preocupados com invasões dos povos considerados pelos gregos como bárbaros, os espartanos não tinham interesse em reflexões abstratas como a filosofia, dedicando a atenção para a arte da guerra acima de qualquer coisa.
- c) Mitológico, baseado na crença herdada pelos povos nórdicos, como os vikings, grandes desbravadores do mundo antigo que conquistaram várias colônias gregas antes do surgimento das cidades-estados, deixando como herança para os habitantes da Península Balcânica sua cultura mítica.
- d) Vinculado à religiosidade cristã, principalmente pelo fato de Platão, com suas viagens por várias partes do mundo antigo, ter tido contato com o que chamamos atualmente de cristianismo primitivo, pressuposto que criou as bases para o modelo cristão que predominou no Ocidente a partir do século IV.

e) Ligado à mitologia, pressuposto que fazia parte do cotidiano das pessoas desde pequenas, quando eram orientadas no interior de suas casas, principalmente pelas mulheres, com histórias de deuses e semideuses. Já na vida adulta, os poetas, em público, davam continuidade a essa narrativa mitológica.

**2.** A questão da verdade em relação aos fatos históricos é um pressuposto que acompanha o ofício do historiador desde os tempos antigos. Na atualidade, é importante ter em mente que a verdade não deve ser entendida como algo inalterável, mas sim fruto de uma determinada conjuntura histórica que atende aos interesses de seu tempo.

Entretanto, em se tratando da Grécia Antiga, o historiador Tucídides tinha uma visão particular com relação à verdade relacionada aos acontecimentos históricos, que inclusive chocava-se com a proposta historiográfica sugerida por Heródoto. Se Heródoto buscou trilhar um caminho distinto ao proposto pelo poeta Homero, os escritos históricos narrados por Tucídides tinham por intuito:

a) Trazer a verdade baseada nos relatos de pessoas que vivenciaram acontecimentos marcantes para a história dos povos gregos, como as guerras entre os povos considerados bárbaros pelos gregos.

b) Apresentar a verdade plena e absoluta baseada nos fatos por ele mesmo vivenciados empiricamente, distanciando-se assim de uma narrativa que considerava fabulosa e, portanto, irreal.

c) Relatar os feitos míticos realizados pelas divindades gregas, e a influência direta dessas realizações para o convívio social que os gregos mantinham entre si e com outros povos que viviam na região do Peloponeso.

d) Demonstrar que toda a história escrita até então na Grécia Antiga não deveria ser levada a sério. Para Tucídides, apenas a história baseada em fontes históricas oficiais tinham valor enquanto material historiográfico.

e) Apresentar uma história pautada na maior variedade possível de fontes. Tanto que, séculos mais tarde, os historiadores vinculados à Escola dos Annales tiveram como referência seus estudos para revolucionar a escrita sobre a história.

**3.** O século IV depois do nascimento de Cristo pode ser considerado um marco na história do cristianismo. Após aproximadamente três séculos de intensa perseguição pelos mais diversos motivos, os cristãos, enfim, são autorizados pelo então imperador Constantino (ele próprio convertido ao cristianismo) a praticar os rituais vinculados à expressão religiosa da qual compactuavam.

Essa situação acabou criando as condições necessárias para uma verdadeira ressignificação do pensamento ocidental. De todos os pensadores envolvidos com as mudanças advindas da aceitação do pensamento cristão pelo império romano, Agostinho de Hipona foi quem apresentou as prerrogativas filosóficas que embasaram a mentalidade da população por praticamente todo o período medieval, justamente pela seguinte situação:

- a) O grande papel filosófico desenvolvido por Agostinho de Hipona foi o de realizar um amálgama entre a filosofia greco-romana e a religiosidade judaico-cristã.
- b) Agostinho de Hipona, admirador e seguidor das conjecturas filosóficas aristotélicas, relegou a filosofia de seu mestre para seguir à risca os mandamentos presentes no cristianismo.
- c) Tanto Agostinho de Hipona quanto Tomás de Aquino, filósofos contemporâneos, conseguiram traçar paralelos entre o pensamento filosófico e o cristão, que embasaram a mentalidade dos governantes no medievo.
- d) Nos momentos finais do período medieval, Agostinho de Hipona foi muito referenciado por questionar as atitudes dos governantes romanos de dar liberdade de culto religioso aos cristãos.
- e) Como era de costume, tanto Agostinho de Hipona quanto os demais filósofos de seu tempo abdicaram da tradição greco-romana para concentrar a atenção apenas no pensamento cristão católico.







## Seção 1.2

### História no Renascimento e no Iluminismo

#### Diálogo aberto

Caro aluno, nesta seção damos continuidade à situação-problema apresentada na primeira seção desta unidade, em que você foi convidado a refletir sobre uma teoria desenvolvida por Políbio séculos atrás – a de governabilidade – e a possibilidade de se traçar analogias entre essa teoria e a história do Brasil, pelo menos do processo de independência até a contemporaneidade. Na situação-problema desta segunda seção você continuará refletindo sobre a preocupação do professor de história, Raul, em fazer com que seus alunos criem conhecimento com as informações a eles apresentadas. Ao sugerir analisar os acontecimentos do passado e as situações presentes em nossa atual sociedade, propondo um canal de comunicação entre esses períodos aparentemente distintos, Raul espera que os alunos possam romper a barreira da simples reprodução de informações sem o devido cuidado para com elas.

Assim, o professor apresenta o contexto conflituoso que marca a transição entre o Medievo e a Modernidade, em que podemos acompanhar o tenso embate existente entre o pensamento pautado em preceitos ligados ao teocentrismo, que embasou boa parte das conjecturas replicadas ao longo da Idade Média, e o antropocentrismo, que passa a alicerçar os paradigmas estruturados a partir da Modernidade. Isso posto, Raul propõe aos seus alunos que debatam entre si sobre a importância na atualidade de pensamentos e atitudes que busquem romper com verdades preestabelecidas socialmente como se fossem leis naturais e imutáveis (muitas delas defendidas por aqueles que por um motivo ou outro querem chegar, manter-se ou até mesmo perpetuar-se no poder), justamente para que mudanças estruturais importantes continuem a acontecer em um regime democrático como o brasileiro, sempre tendo como propósito reforçar a democracia e a pluralidade de pensamento, em contraposição a ideias que priorizam a homogeneização do pensamento.

## Não pode faltar



### Assimile

A segunda seção, nomeada *História no Renascimento e no Iluminismo*, tem por propósito te conduzir às reflexões que passaram a fazer parte do imaginário dos intelectuais que vivenciaram a transição de uma forma de interpretar o mundo baseado no teocentrismo, onde Deus é o centro de todas as conjecturas traçadas ao longo do Medievo, para o antropocentrismo, no qual o homem passa a ocupar esse espaço.

Com tal informação, é necessário analisar nesta seção a seguinte situação-problema: de que maneira as reflexões realizadas por pensadores – que vivenciaram a transição do Medievo para a Modernidade e que direcionaram seu interesse epistemológico para uma visão racional acerca da atuação do homem frente aos questionamentos a ele apresentados – podem contribuir para o despertar de pensamentos e atitudes que busquem romper com verdades instituídas socialmente, justamente para que mudanças que fortaleçam o regime democrático e o pluralismo de ideias continuem a acontecer na atualidade?

Como você teve a oportunidade de acompanhar no fim da seção anterior, Tomás de Aquino, homem de seu tempo, buscou conciliar o pensamento medieval baseado na fé cristã com as prerrogativas ligadas à razão. É importante frisar que não só esse importante filósofo vinculado à escolástica, como também outros pensadores desse período prepararam as bases para uma verdadeira ressignificação do pensamento ocidental. Assim, se o pensamento teológico se fez maciçamente presente durante os séculos do Medievo, as condições para a ascensão de perspectivas ligadas à cientificidade foram, aos poucos, sendo solidificadas.

Desse modo, a transição para a Modernidade pode ser caracterizada por uma guinada epistemológica, pois se a mentalidade das pessoas ao longo do período medieval esteve estruturada ao pensamento alicerçado no teocentrismo, em que Deus era o cerne de todas as reflexões, com o advento da Modernidade, o homem assumiu o posto de centro dos questionamentos. O antropocentrismo, portanto, em contraposição ao teocentrismo, passou a embasar o imaginário dos pensadores. No entanto, isso não quer dizer que o pensamento baseado em preceitos religiosos cristãos foi simplesmente relegado ao ostracismo e deixado de lado; pelo contrário: o poder exercido pelo cristianismo vinculado à tradição católica foi muito forte ao longo de toda a Modernidade. Na verdade, até o século XIX, a *Bíblia* foi uma fonte muito utilizada por cientistas para embasar suas ideias. Isaac Newton (1643-1727), por exemplo, um dos maiores pensadores da Modernidade, sustentava a ideia de que

qualquer pesquisa a ser realizada deveria necessariamente contemplar duas fontes primordiais: as obras de Deus, como o magnífico universo, e a palavra de Deus, ou seja, a *Bíblia* (FEYERABEND, 2010).

Isso posto, não podemos em hipótese alguma entender que a transição proposta pelo Humanismo Renascentista – conceito utilizado para se referir às ideias baseadas nesse viés racional, que passa a ganhar corpo entre os séculos XIV e XV – deu-se de maneira tranquila e sem conflitos. A título de exemplificação, tomemos como referência a história de um importante pensador do início da Modernidade, que teve que medir muito bem suas palavras e escritos, além de tomar um cuidado grandioso com relação aos desdobramentos de suas conjecturas: Galileu Galilei (1564-1642). Galileu aproximou-se muito de ter de enfrentar a fogueira da Inquisição graças à defesa que realizou acerca da teoria do universo heliocêntrico publicada no ano de 1543 por Nicolau Copérnico (1473-1453) em seu tratado *De revolutionibus orbium coelestium*. Nele, Copérnico refutou a teoria geocêntrica (elabora por Ptolomeu no início da era cristã), aceita pela Igreja Católica, retirando do planeta Terra o posto de centro do universo (FEYERABEND, 2011).

A Igreja Católica, após muito analisar, em 24 de fevereiro de 1616, condenou definitivamente a obra de Copérnico. A Terra continuaria, para os cristãos católicos, sendo o centro do cosmos, mas Galileu, no ano de 1632, publicou seu *Diálogo sobre os dois principais sistemas do mundo*, no qual reforçou a teoria copernicana. Levado ao Santo Ofício, no ano seguinte foi declarado suspeito de heresia por acreditar em doutrina contrária aos dogmas da Igreja. Forçado a se retratar para não ter que sofrer penas maiores, foi condenado à prisão domiciliar, onde acabou morrendo em janeiro de 1642. Apenas no fim do século XX, em 1992, foi absolvido pessoalmente por João Paulo II, com muitos pedidos de “perdão” (RENDINA, 2013). O filósofo Paul Feyerabend (2010), inclusive, no artigo *Galileu e a tirania da verdade*, chegou a nomear como um conflito de tradições (a fé tradicional que movia a vida das pessoas em confronto com as mudanças paradigmáticas trazidas pela ciência e a razão) o fato que levou Galileu a quase ser punido com a pena máxima aplicada pela Inquisição.

As ideias vinculadas ao Humanismo favoreceram significativas modificações na compreensão de mundo ao longo da transição do Medievo para a Modernidade. Quando o ser humano assumiu o papel de centro das reflexões, com o advento do antropocentrismo frente ao teocentrismo, vários setores da sociedade ocidental acompanharam essas transformações. Afinal, não podemos deixar de destacar que nessa mesma época também se dá, aos poucos, a transição do mundo baseado nas relações pautadas no feudalismo para um modelo onde os aspectos ligados ao sistema capitalista passam a se fazer presentes. Uma das principais distinções que podem ser feitas com relação a ambos os modelos diz respeito a como estão estruturados. No feudalismo, diferentemente do sistema de classes presente no modelo capitalista, há

um sistema de ordens prevalecendo e, nessa estrutura, em que a mobilidade social é praticamente nula, é possível perceber uma sociedade estratificada e hierarquizada da seguinte forma:



[...] [havia] os detentores da “autoridade”, encarregados de conduzir o combate espiritual, os detentores da “força”, encarregados de dirigir o combate temporal e, finalmente, os “servos” [...], que não usam a espada, emblema do poder, nem oram e só têm o direito de estar calados e o dever de obedecer, passivos, submissos. (DUBY, 1994, p. 81)

Ao longo do período feudal, a sociedade trifuncional vigorou subdividida, conforme apresenta a citação, entre os que oravam (membros do clero) pelo conjunto social, os que batalhavam (nobres) pela sua defesa e proteção e os responsáveis pelo trabalho braçal (artesãos e camponeses nomeados como servos) – *oratores, bellatores e laboratores*.

Essa concepção é distinta àquela que passa a vigorar com as novas relações sociais existentes no interior dos burgos, espaço urbano onde as transações comerciais voltam a acontecer, diferindo-se das relações feudais, baseadas na troca de produtos, característica básica presente em um feudo.



### Pesquise mais

A organização social predominante em boa parte da Europa ocidental, conhecida como feudalismo, tinha como característica, dentre outros aspectos, a pouca mobilidade social. Desse modo, pertencer à categoria de servos significava que nela a pessoa permaneceria por toda a vida, assim como seus descendentes. Caso fizesse parte de algum grupo familiar ligado à nobreza, manteria seu posto para as suas futuras gerações.

No vídeo a seguir, o historiador Peter Demant, professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP), fala sobre o feudalismo e como ele se estruturou ao longo da Europa medieval.

UNIVESP TV. **História das relações internacionais**, aula 3, parte 5. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-ksbods96Gc>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

Nesse contexto de profundas transformações, surgem figuras sociais desconectadas da prática trifuncional presente no sistema de ordens feudais. Negociantes, mercadores, cambistas, dentre tantos outros habitantes desse novo centro comercial medieval – o burgo –, despontam como os responsáveis por romper as amarras ligadas ao feudalismo

e por dar os primeiros passos rumo ao capitalismo. São os burgueses. Essa transição – é preciso destacar – ocorre de modo lento e gradual, com características típicas de região para região, portanto, é um tremendo equívoco imaginar que esteve presente em todo o mundo, como bem destaca o historiador Eric Hobsbawm:

[...] é muito duvidoso que se possa falar de uma tendência universal do feudalismo em transformar-se em capitalismo. Com efeito, ele só o fez em uma única região do mundo, a saber, Europa ocidental e parte da área mediterrânea. [...] O triunfo do capitalismo ocorreu integralmente apenas em um único lugar do mundo, essa região, por sua vez, transformou o resto. [...] A transição do feudalismo para o capitalismo é, portanto, um processo longo que nada tem de uniforme. A controvérsia sobre essa transição tem se voltado principalmente para as características dos séculos que decorreram entre os primeiros sinais evidentes de derrocada do feudalismo e o triunfo definitivo do capitalismo no final do século XVIII. (HOBSBAWM, 1977, p. 203)

Toda essa conjuntura fez com que esse período da história do Ocidente europeu passasse a ser visto por alguns pensadores do Renascimento como um momento obscuro, em que as amarras teológicas impediam o pleno desenvolvimento da dualidade ciência e razão. Autores como o poeta italiano Francesco Petrarca (1304-1374) enxergavam esse período como tenebroso, sombrio, em que a mentalidade das pessoas era regida pela credence cristã, que impedia o pleno desenvolvimento intelectual. Assim, a utilização da expressão *medium tempus*, ou seja, tempo médio entre o classicismo admirável da Antiguidade e o novo tempo que se apresentava, baseado no renascer das ideias greco-romanas, acabou fazendo com que uma visão pejorativa do período medieval aflorasse e ganhasse corpo entre os intelectuais da Modernidade.



### Pesquise mais

Na obra a seguir, intitulada *Idade Média – Nascimento do Ocidente*, o medievalista Hilário Franco Júnior nos apresenta concepções extremamente importantes sobre este período da história ocidental. O intuito é apresentar uma visão mais abrangente sobre o medievo, contribuindo com a desconstrução de concepções pejorativas e preconceituosas que ainda estão presentes no imaginário de muitas pessoas.

JÚNIOR, Hilário Franco. *A Idade Média: nascimento do ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

<https://pt.slideshare.net/darlancampos/hilrio-franco-jnior-a-idade-mdia-o-nascimento-do-ocidente>

Boa leitura!

O historiador Giambattista Vico (1668-1744) vivenciou os preceitos ligados ao renascimento cultural que emergiu em sua cidade natal, Nápoles, e pôde acompanhar de perto a revolta geral que se deu nesse período contra o medievalismo, situação inclusive que fez surgir um novo olhar para com os progressos advindos da filosofia, ciência e teoria do direito (GARDINER, 1964). Essa resignificação presente na época de Vico influenciou decididamente suas reflexões, levando-o a apresentar uma metodologia histórica até então inédita, já que uma das prerrogativas de seu olhar para com a história visava compreender como as variações e usos da língua não eram indissociáveis da realidade histórica da qual faziam parte. Ordenar a mentalidade de uma determinada época (ordem das ideias) com o conjunto das práticas humanas (ordem das coisas) é fundamental, haja vista que a união de ambas as concepções devem ser consideradas como a base principal para se entender um determinado período histórico (PEREIRA FILHO, 2012).

Tendo tal preceito em mente, Vico propõe-se a confrontar um dilema: como escrever a genealogia de uma determinada nação se as narrativas sobre sua origem, em sua grande maioria, estão envoltas em explicações mitológicas, distanciando-se da verdade racional e científica, tão em voga em seu período? Como resposta, uma das ideias centrais em Vico pressupõe que:



**[...] não foram homens racionais com alta capacidade racional e com uma linguagem transparente que criaram a vida em sociedade, pois essa tese leva admitir uma 'idade de ouro', uma espécie de Atlântida perdida. Ora, se não há homens racionais no início dos tempos, se as variações linguísticas são testemunho das épocas, então só resta uma alternativa. É preciso admitir a natureza poética da origem da humanidade, reencontrar o vínculo entre mito e a tradição oral e, enfim, mostrar que a linguagem transparente da prosa e da escrita alfabética pertencem a um outro momento da formação da vida civil, no interior da qual os mitos e lendas passam a adquirir um outro sentido. (PEREIRA FILHO, 2012, p. 202)**

Buscar razão em uma época onde o recurso utilizado para esclarecer o real apresentado baseava-se em explicações mitológicas, e não em preceitos ligados à cientificidade moderna, para Vico, é um caminho a ser evitado, por esse motivo ele



propõe refletir sobre a importância de se compreender o passado visando entender a mentalidade das pessoas que vivenciaram esse passado. Assim, Vico contrapõe-se à máxima cartesiana de que o espírito que move as narrativas históricas opõe-se fatalmente à sobriedade científica e cita, para refutar essa suposta lógica, a grande influência exercida por Aquiles, guerreiro grego, em Alexandre, o Grande (356 a.C. - 323 a.C.). A cultura grega influenciou de tal maneira a vida do imperador macedônico que não só os ensinamentos obtidos com o grande filósofo da Antiguidade Aristóteles moldaram sua visão de mundo, como também os escritos poéticos e mitológicos criados por Homero forneceram-lhe um modelo de heroísmo primordial para as suas conquistas (PEREIRA FILHO, 2012).

As ideias desenvolvidas por Vico não se limitaram a se fazer presentes apenas na região da qual fazia parte, mas também fora dela, e muitas vezes sem os devidos créditos a esse historiador, já que nesse período muitas ideias viajavam sem a devida "etiqueta" e nome do autor (BERLIN, 1982). Desse modo, tem-se muitas vezes uma imagem construída de um historiador póstumo, ou seja, só lido e analisado após sua morte. É importante salientar que muitos pensadores teriam sido influenciados diretamente por suas conjecturas, porém, em algumas ocasiões, sem dar o devido crédito. Essa situação só mudou no século XIX, principalmente após a tradução, por parte do historiador Jules Michelet (1798-1874), para o francês da obra fundamental de Vico, *Ciência nova*. Fortemente influenciado pelo historiador napolitano, Michelet assim destaca a importância do olhar historiográfico de Vico:

No vasto sistema do fundador da metafísica história, já existe, pelo menos em germe, todo o trabalho da moderna sabedoria. Como Wolf, ele disse que a *Ilíada* era o trabalho de um povo, seu trabalho erudito e última expressão, após muitos séculos de inspirada poesia. Como Creuzer e Gorres, ele interpretou as figuras heroicas e divinas da história primitiva como ideias e símbolos. Antes de Montesquieu e Gans, ele mostrou como o direito surge dos costumes de um povo e represente cada etapa de sua história. O que Niebuhr iria encontrar após várias pesquisas foi adivinhado por Vico. Ele restaurou a Roma dos patrícios e fez viver de novo suas *curiaes* e suas gentes. Certamente se Pitágoras lembrava que em uma vida anterior tinha lutado sob as muralhas de Troia, esses ilustres germanos podiam ter lembrado que todos eles tinham vivido anteriormente em Vico. Todos os gigantes do criticismo já estão contidos, e sobre lugar no pequeno pandemônio da Ciência Nova. (MICHELET, 1835 apud PEREIRA FILHO, 2012, p. 203)

”

A influência de Vico na obra de Michelet afeta decisivamente sua maneira de analisar os acontecimentos do passado, principalmente a virada do Medieval para a Modernidade e toda a complexidade histórica envolta ao aparecimento de conceitos até então inexistentes. Homem de seu tempo, Michelet reflete os questionamentos que estão profundamente presentes na mentalidade da população francesa do início do século XIX, momento de grande tensão em praticamente toda a Europa. Justamente nesse momento de pós-Revolução Francesa algumas correntes de pensamento surgem e passam a influenciar diretamente a produção ligada à historiografia: a concepção filosófica estruturada pelo francês Auguste Comte (1798-1857), conhecida como positivismo; o materialismo histórico, preceito filosófico cunhado por Karl Marx (1818-1883) e que será devidamente abordado na próxima seção; e o historicismo – mesmo havendo profundas discussões acerca de sua definição, basicamente procura pelo que verdadeiramente se pode conhecer sobre o passado baseando-se em documentos oficiais, como podemos perceber na citação a seguir sobre as conjecturas traçadas pelo historiador vinculado ao historicismo alemão que mais influenciou o campo da escrita da história no século XIX, o alemão Leopold Von Ranke (1795-1886):



**Método que associa erudição e escrita, que narra e explica, que nem julga nem filosofa, que retira a sua substância de fontes primárias extraídas dos arquivos e das bibliotecas. Ranke escreve obras sólidas, isto é, precisas, pormenorizadas, logo volumosas, mas também bastante apoiadas tipograficamente em referências de pé de página que remetem o leitor para os documentos. Não dizer nada que não seja verificável – eis o que funda a história como uma ciência positiva. [...] O objetivo do historiador não é deduzir as leis nem enunciar a causa geral; é mais simplesmente – e mais difícil – mostrar “como é que aquilo se produziu exatamente”. (CARBONELL, 1987, p. 104)**

Outra corrente de pensamento que se fez presente principalmente na primeira metade do século XIX é o romantismo, ou corrente romântica, à qual Michelet está associado e, por esse motivo, embasa suas reflexões, inclusive a que trata do conceito de renascimento. O historiador Lucien Febvre (1878-1956), em seu livro *Michelet e a Renascença*, procura destacar a importância dada pelo romântico historiador francês a esse período de transição, de mudança na forma de pensar e interpretar o real, chegando inclusive a creditar ao próprio Michelet a “invenção”, na França, do conceito de Renascença (1995). Devemos ter cuidado com adjetivações como essa, no entanto, tal perspectiva não é difícil de entender quando se toma contato com sua obra. Michelet modificou radicalmente o modo de abordar os acontecimentos do passado ao abdicar de uma prática comum de seu tempo – a valorização das grandes personalidades históricas – para concentrar sua atenção no povo. Trabalhando com a perspectiva de um modelo de obra literária que despertasse o interesse pela valorização dos ideais

ligados à humanidade, a fonte na qual Michelet buscou inspiração é justamente o período histórico – Renascimento – em que houve uma intensa radicalização no que diz respeito ao ser humano da ação, e não da submissão.

Dando continuidade a esse distanciamento iniciado pelos renascentistas para com as premissas vinculadas à fé, ao longo de todo século XVIII, começa a ganhar corpo outro paradigma que também influenciará o rumo de vários países no Ocidente: o Iluminismo. Valorizando o pensamento racional científico e ideias como o progresso, os pensadores que se empenharam em *iluminar* a mente das pessoas ao longo de todo o Século das Luzes estavam interessados em se distanciar tanto das amarras clericais quanto da submissão imposta pelos membros da nobreza. Dentre os vários iluministas, François Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire (1694-1778), direcionou seus escritos contra a proposta teológica maniqueísta atuante nesse período.



### Exemplificando

No livro *O beijo de Lamourette*, o historiador e bibliotecário norte-americano Robert Darnton dedica o capítulo *Cinema: Danton e o duplo sentido* para analisar o filme do cineasta Andrzej Wajda *Danton*, que narra a história do desentendimento de duas importantes figuras que participaram ativamente da Revolução Francesa, em 1789, Robespierre e Danton, fato que culminou na condenação e morte pela guilhotina de Danton.

Darnton analisa como as questões tratadas no filme de Wajda têm proximidade com os acontecimentos que atravessam a história da Polônia, país de origem do cineasta e que, no período de lançamento do filme, 1983, ainda encontrava-se sob forte influência do regime socialista soviético.

Ler o artigo e assistir ao filme, ambos disponíveis nos links a seguir, são exercícios interessantes para entender como a história é construída aliada aos questionamentos presentes em seu tempo.

*Danton: o processo da Revolução*. Direção: Andrzej Wajda. Produção: Margaret Ménégoz, Barbara Pec-Slesicka. França, 1983. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kcwmrh-R7T0>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

DARNTON, Robert. Cinema: Danton e o duplo sentido. In.: **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 54-68.

Disponível em: <<http://euzebiocarvalho.blogspot.com.br/2012/11/danton-revolucionario-3.html>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

A grande preocupação presente nos escritos de Voltaire é a urgente substituição de uma historiografia alicerçada em premissas ligadas à teologia por uma metodologia que privilegie o progresso presente em uma história pautada, portanto, em preceitos científicos (SANTOS, 2014). É a humanidade que pretende se valorizar a partir de então, e não mais a providência divina. É necessário, nas palavras do próprio Voltaire, trazer à tona uma história que enalteça o ser humano como um todo, iluminar em todos os sentidos a mentalidade da população. Assim,



[...] a abordagem educacional para Voltaire deve ser compreendida como uma formação integral: um homem que começa primeiro a dominar a técnica do fazer pão e roupa, para só depois passar para estágios mais elevados de dominar a escrita e, deste modo, investigando os costumes, as diferenças, apreender a transmitir os seus pensamentos à posteridade, o que, segundo o filósofo, é uma tarefa difícil. Mas, o grande trunfo desse estágio final é o homem se reconhecer como senhor de seu próprio destino, com as suas insídias e seus progressos, sem, contudo necessitar do auxílio da graça. Assim, encontra-se auxiliado pela razão, marcando isso o “humanismo histórico” de Voltaire. (SANTOS, 2014, p. 142)



### Refleta

Tanto Voltaire quanto Michelet, cada qual à sua própria maneira, refletem sobre a possibilidade de pensar uma história que coloque o ser humano como centro das atenções, e não mais as grandes personagens do passado ou até mesmo a providência divina. Como reflexão, seguem os seguintes questionamentos a serem respondidos na próxima seção: qual é a importância de se pensar em uma história que busque valorizar os diversos acontecimentos e personagens históricos? De que maneira tais prerrogativas acabaram influenciando futuros questionamentos quanto ao método de se estudar sobre o passado?

## Sem medo de errar

Quando analisamos tanto a obra quanto o contexto no qual os intelectuais aqui citados conjecturam suas ideias, muitas vezes é difícil compreender (atravessados que estamos pelos mais distintos valores que nos constituem enquanto ser humano) a fundo as angústias e aflições vividas por homens que procuraram romper com as ideias de seu tempo instituídas como verdades absolutas e, portanto, inquestionáveis. Afinal de contas, vivemos em uma democracia, e um dos pressupostos básicos de se viver em um regime como esse é a liberdade que temos para expressar nossas ideias.

Tomemos como exemplo Galileu Galilei (1564-1642), que você estudou nesta sessão. Enfrentou o perigo real de ser queimado vivo na fogueira da Inquisição defendendo ideias nas quais acreditava profundamente, mas que entrava em conflito com os dogmas defendidos pela Igreja Católica. Correndo o risco de serem acusados como praticante de heresia, enfrentou a maior instituição do período medieval e contribuiu para modificar radicalmente uma forma de enxergar o real apresentado. Homem que conseguiu, acreditando em conhecimentos construídos após muitas análises e reflexões, tanto empíricas quanto abstratas, demonstrar que a verdade então instituída como incontestável podia ser desconstruída.

Atualmente, em nossa sociedade, existem inúmeras ideias instituídas como verdades plenas e absolutas e que precisam ser analisadas com a devida criticidade pra que o Brasil continue no árduo, porém gratificante, processo de fortalecimento da recente democracia, que existe desde 1985, fim do período de ditadura civil militar. Por isso, o propósito da situação-problema desta seção é fazer com que você tenha a oportunidade de pensar sobre a importância do olhar atento e reflexivo sobre informações que nos são apresentadas, recebem nossa credibilidade sem o devido cuidado e que muitas vezes passam como verdades incontestáveis se uma análise mais criteriosa não for realizada.

Cair nessa armadilha atualmente é uma situação muito corriqueira, mais comum do que imaginamos. Afinal de contas, somos bombardeados constantemente por uma quantidade tão grande de informações que muitas vezes mal temos tempo para refletir sobre cada uma delas.

A tecnologia que despontou na virada do século XX para o XXI, e que se faz presente em nosso dia a dia por meio de tablets, celulares, notebooks, computadores e os mais diversos aparatos, é extremamente útil e importante em vários aspectos. Salva vidas, evita acidentes, aproxima e ajuda pessoas, enfim, vários são os benefícios advindos com as inovações tecnológicas que surgem a todo instante. O próprio modelo de educação a distância é um exemplo de como a tecnologia pode transformar de maneira positiva a realidade de muitas pessoas.

Portanto, a reflexão não deve se pautar no abandono dos aparatos tecnológicos, mas sim no criar condições para utilizá-los de uma maneira sadia, em que se possa buscar pela plena independência intelectual do sujeito. Os indivíduos devem ser capazes de construir analogias entre as várias informações apresentadas com criticidade, procurando desconstruir verdades supostamente vendidas como inquestionáveis, que ainda insistem em se fazer presentes em nossa sociedade e que escondem, muitas vezes, preconceito, discriminação, racismo, machismo, corrupção, falta de empatia para com o próximo, enfim, esses e tantos outros aspectos negativos que impedem o respeito para com a pluralidade cultural presente em nossa sociedade, assim como travam o amadurecimento de uma mentalidade social regida por pressupostos cada vez mais democráticos.

## Avançando na prática

### Fortalecendo a democracia frente a atitudes “absolutistas” contemporâneas

#### Descrição da situação-problema

Como você pôde perceber nesta segunda seção, as transformações que ocorreram ao longo da transição do Medievo para a Modernidade foram profundas e marcaram intensamente o imaginário social das pessoas que vivenciaram esse período. Os vários pensadores que se propuseram a refletir de modo distinto acerca das premissas instituídas como verdades absolutas tiveram que enfrentar dilemas complicados para a época, mas que criaram as condições necessárias para uma guinada epistemológica extremamente importante.

Assim, para finalizar esta seção, será apresentada a você uma nova situação-problema, que tem ligação profunda com a situação-problema aqui apresentada: em sala, o professor Raul procura demonstrar aos seus alunos como este momento da história ocidental – em que o homem começa a ser o elemento central das conjecturas que passam a ser desenvolvidas tendo como alicerce fundamental não apenas a fé, mas também razão e a ciência – é primordial para compreender o processo de desenvolvimento do pensamento ocidental nos séculos posteriores.

Ao longo das histórias apresentadas sobre intelectuais que radicalizaram métodos e teorias considerados inquestionáveis, o professor Raul destaca que tais atitudes acabaram criando as condições necessárias para o ser humano assumir as rédeas de sua própria existência. Porém, alerta o professor: em meio a essa conjuntura social em profunda transformação, um modelo de governabilidade, que concentra de forma plena e absoluta o poder exclusivamente em suas mãos, começa a ganhar corpo – surge o Estado absolutista. Desse modo, como complemento às reflexões realizadas em sala, para casa, Raul propõe o seguinte trabalho:

- Ler a obra *O príncipe*, escrita por Nicolau Maquiavel (1469-1527). Nesse livro, que

foi tomado muitas vezes como uma espécie de manual para se governar (onde estão presentes orientações práticas que deviam ser levadas em consideração por todos os governantes), ao longo de 26 capítulos, Maquiavel apresenta alguns pressupostos essenciais não só para se chegar ao poder, como também para se manter nele.

- Após a leitura do livro em casa, os alunos terão de debater em sala de aula o seguinte questionamento: por que, passados tantos anos e vivendo uma realidade bem distinta da qual Maquiavel viveu (afinal, a democracia é a perspectiva governamental predominante na sociedade brasileira, certo?), ainda encontramos políticos que colocam em prática as orientações apresentadas por Maquiavel a monarcas absolutistas?

### Resolução da situação-problema

Nessa situação-problema, os alunos do professor Raul deverão debater sobre as possíveis analogias que podem ser realizadas entre os governantes absolutistas do início da Modernidade e o modo como muitos políticos procuram arquitetar na atualidade suas estratégias tanto para chegar ao poder como para se manter nele.

É primordial que os alunos tenham em mente o contexto estudado nesta seção, compreendendo que toda a complexidade conflituosa presente nessa época fez reaparecer um personagem histórico até então relegado a uma posição de menor expressão dentro da sociedade europeia – graças principalmente à ascensão dos senhores feudais durante boa parte da Idade Média –, o rei. Com o advento de políticas que buscavam reforçar a autoridade do monarca, concentrando todo o poder do Estado em suas mãos, vemos surgir na Modernidade uma teoria política que ficou conhecida como absolutismo.

Finalizando, é primordial que os alunos do professor Raul tenham condições de compreender que por mais que a obra de Maquiavel tenha sido escrita há aproximadamente 500 anos, ainda na atualidade é nítido perceber que suas “lições” de governança são levadas em considerações por muitos políticos. Para ficar em alguns exemplos, podemos destacar as promessas e seu descarado descumprimento em campanhas políticas; o reconhecimento e a busca por contemplar os anseios tanto do povo quanto dos poderosos e o enveredamento em alianças muitas vezes nefastas para alcançar o poder.

### Faça valer a pena

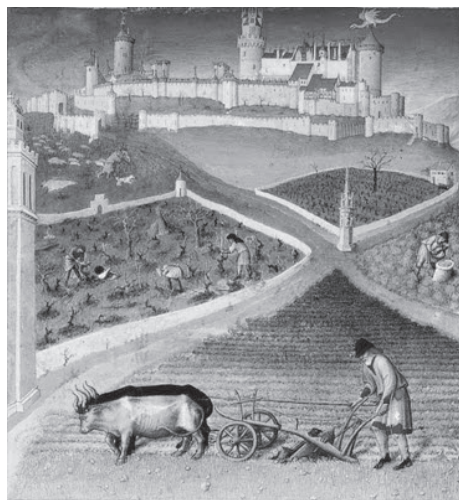
- 1.** Durante praticamente todo o período medieval, a mentalidade da população que vivia no continente europeu era regida por princípios pautados no teocentrismo, assim, as reflexões eram baseadas em um preceito básico: Deus deve ocupar o centro de todas as conjecturas realizadas.

Com o advento da Modernidade, houve uma transformação com relação a esse princípio, já que passou a predominar uma forma de pensar baseada no:

- a) Antropocentrismo, em que Deus continua a ser a peça central das análises realizadas, porém, o homem deixa de ser sua máxima criação.
- b) Antropocentrismo, em que o homem assume o posto de principal ser criado por Deus, e outras espécies passam a ocupar um posto secundário.
- c) Antropocentrismo, forma de pensamento que procura colocar o homem como centro de todas as reflexões.
- d) Antropocentrismo, pressuposto que crê em Deus como um ser uno, não passível de ser três pessoas divinas ao mesmo tempo – pai, filho e espírito santo.
- e) Antropocentrismo, em que tanto Deus quanto o homem ocupam o posto central das reflexões.

**2.** Observe a imagem a seguir.

Figura 2.1 | Trabalhador durante o período medieval



Fonte: <[http://www.sohistoria.com.br/ef2/medieval/index\\_clip\\_image008.jpg](http://www.sohistoria.com.br/ef2/medieval/index_clip_image008.jpg)>. Acesso em: 31 out. 2016.

Nela podemos visualizar um trabalhador durante o período medieval realizando sua atividade de homem do campo, preparando a terra para o cultivo. Ao longo desse período histórico, a sociedade europeia estava estruturada basicamente em três grupos sociais com características próprias. Além do camponês aqui representado, responsável pelo trabalho braçal no interior do feudo e considerado um serviçal, assim como o artesão, outros



dois grupos sociais formavam a sociedade medieval. Assinale a alternativa que apresenta esses outros dois grupos.

- a) Os escravos, adquiridos por meio de guerras por conquistas territoriais, e os nobres, responsáveis pela proteção do feudo.
- b) Os burgueses, que comercializavam diversos produtos no interior dos feudos, e os padres, membros do clero, que deveriam orar pela proteção divina de todos.
- c) Os nobres, que defendiam os burgos contra ataques de saqueadores, e servos, soldados leais ao rei de seu respectivo condado.
- d) Os membros do clero, que treinavam militarmente os soldados cristãos (como os cruzados), e os burgueses, que realizavam trocas comerciais entre os feudos.
- e) Os nobres, que batalhavam pela defesa e proteção do feudo, e os membros do clero, responsáveis pela proteção espiritual de seus habitantes.

### 3.



É tão grande a fraqueza do gênero humano, tamanha a sua perversidade, que, sem dúvida, lhe vale mais estar subjugado por todas as superstições possíveis - desde que não tenham caráter assassino - do que viver sem religião. [...] Quando os homens não dispõem de sãs noções acerca da Divindade, as ideias falsas suprem-lhes a falta, tal como nos tempos de desgraça se fazem negócios com moeda falsa quando falta a moeda boa. [...] Em todo o lado onde há uma sociedade estabelecida, é necessária uma religião. As leis exercem vigilância sobre os crimes conhecidos, a religião exerce-a sobre os crimes secretos.

Mas, a partir do momento em que os homens chegam a abraçar uma religião pura e santa, a superstição torna-se não apenas inútil, mas muito perigosa. Não se deve tentar alimentar com bolotas aqueles que Deus se dignou alimentar com pão.

A superstição está para a religião como a astrologia está para a astronomia, a filha louca de uma mãe sábia. Essas duas filhas subjugaram durante muito tempo a Terra inteira. (VOLTAIRE, 2000, p. 97)

Analisando a citação, é nítida a preocupação de Voltaire sobre como a religião mexia com o imaginário da sociedade de seu tempo. Com relação a preceitos historiográficos, Voltaire procurou destacar a importância de uma mudança radical no que dizia respeito às análises do passado, já que procurou valorizar em suas reflexões:

- a) A humanidade como um todo, e não somente a providência divina.
- b) A nação francesa, que ansiava por uma mudança radical em seu modelo social.
- c) Os burgueses, que despontavam como os grandes questionadores do seu tempo.
- d) A sociedade positivista científica, que estava nascendo no século XVIII.
- e) A comunhão entre o pensamento teológico e o filosófico.

## Seção 1.3

### História e dialética

#### Diálogo aberto

Finalizando esta nossa primeira unidade, nesta seção, é interessante que você alinhe as duas situações-problema trabalhadas nas seções anteriores, mas de que maneira? Relembrando, desde a primeira seção tivemos a possibilidade de acompanhar o trabalho que o professor de História, Raul, se dispôs a realizar com uma turma de 3º ano do Ensino Médio. Raul apresentou para a sala de aula uma concepção teórica que foi elaborada há mais de dois mil anos pelo historiador grego Políbio e solicitou que os estudantes traçassem um paralelo entre essa leitura historiográfica e os acontecimentos que se deram ao longo da história do Brasil independente. Em um segundo momento, criou condições para o debate das ideias entre os estudantes, tendo como tema central a importância de ressignificar ideias e padrões preestabelecidos socialmente como verdades inquestionáveis, como fizeram os intelectuais da virada da Idade Média para a Idade Moderna.

Assim, agora é a ocasião para se construir conhecimento com as conjecturas realizadas nesses dois momentos, mas de que forma? Após as reflexões e os debates coletivos acerca dos temas apresentados, o professor Raul finaliza essa proposta de trabalho propondo aos alunos a elaboração de uma produção textual em que as ideias discutidas estejam presentes. Como tema principal, ele sugere o seguinte título: *Fortalecendo a democracia frente ao pensamento dicotômico*.

O objetivo de Raul é proporcionar o diálogo e a troca de ideias entre os estudantes para que, democraticamente, eles tenham a possibilidade de não só enxergar, como também de propor ações para o mundo (do qual todos fazemos parte) de uma maneira plural, onde as acusações e análises superficiais, rasas e preconceituosas, sem embasamento e sustentadas pelo senso comum sejam deixadas de lado, destacando sempre a importância de não nos limitarmos intelectualmente e muito menos sustentar nossas convicções exclusivamente no restrito modo de interpretar o mundo vinculado ao dualismo das ideias, tão presente nos debates do século XX – quando a Guerra Fria colocava frente a frente as dicotomias capitalista e socialista – e, ao mesmo tempo, tão necessário de ser ressignificado por nós na contemporaneidade.

## Não pode faltar

Ao longo da seção anterior, foram apresentadas a você algumas consequências geradas pelas reflexões realizadas por intelectuais da Modernidade que buscaram, cada qual à sua maneira, romper com os dogmas instituídos pela Igreja Católica, baseados em preceitos ligados à doutrina teocêntrica. Era o início dos questionamentos alicerçados no antropocentrismo, pressuposto que insere o homem, e não mais apenas Deus, como o centro dos questionamentos. Tal atitude criou condições para que, com o desenrolar do tempo, outros pensadores pudessem se beneficiar dessa ressignificação epistemológica. Assim, ao longo do século XVIII, podemos acompanhar pensadores que basearam suas conjecturas acerca do real a eles apresentado tendo como referência a vivência contextual do ser humano.



### Assimile

Nesta última seção, chamada *História e dialética*, teremos a oportunidade de verificar que os debates iniciados na transição do Medievo para a Modernidade se aprofundaram, criando condições para que uma ruptura definitiva ocorresse: se durante séculos a sociedade foi compreendida dentro de esquemas hierarquizados, portanto entendidos e aceitos como imóveis, as conjunturas sociais presentes do século XVIII e XIX mudam radicalmente essa lógica. É a era das revoluções – Revolução Francesa e Industrial –, período de mudanças radicais na estrutura econômica e social do Ocidente.

Assim, nesta seção você será convidado a alinhar as duas situações-problema trabalhadas nesta unidade, a fim de construir um conhecimento subjetivo tendo como referência o seguinte questionamento: de que maneira nós, embasados teoricamente e com o olhar crítico e reflexivo para com as verdades que nos são apresentadas, podemos contribuir para que o sistema democrático, único modelo governamental que permite a participação direta da população nas decisões políticas, não se transforme no que um dia conjecturou Políbio, em uma oclocracia, ou seja, o governo dos piores?

Durante todo o Século das Luzes, período histórico em que intelectuais acreditavam poder *iluminar* a mente do ser humano utilizando-se da razão, os questionamentos propostos acabaram dando continuidade às reflexões realizadas ao longo do Renascimento. Assim, a realidade vivida em muitas regiões europeias, baseadas ainda em uma forma de organização social muito próxima ao sistema feudal, estava alinhada com a pouca mobilidade social característica do sistema de ordens, e não de classes.

Foi em meio a esse contexto que pensadores como Rousseau, Montesquieu, Diderot e Voltaire, para ficar apenas nesses exemplos, teceram intensas críticas ao sistema absolutista, em que o monarca exercia sua função de governante com extremo autoritarismo. Na França, baseada nesse modelo de organização social, o primeiro e segundo estado – formados respectivamente pelos membros do clero e da nobreza – detinham o controle absoluto do terceiro estado, representado pela população francesa em si – camponeses, artesãos, burgueses –, obrigado a sustentar, por meio de altas taxas de impostos, os membros dos dois primeiros estados. Representando mais de 90% da população francesa, no fim do século XVIII, essa organização social predominante ruuiu com o advento da Revolução Francesa.



### Exemplificando

A Revolução Francesa foi um evento tão impactante para o Ocidente que alterou decididamente os rumos não só da sociedade francesa, como também de várias nações que estavam se formando entre os séculos XVIII e XIX.

Estudar, na atualidade, um acontecimento como esse envolve conhecer as diversas metodologias disponíveis, para fazer com que nossa aula torne-se mais atraente. Assim, materiais distintos aos convencionais devem ser vistos como aliados importantes ao longo do processo de construção de conhecimento.

Prova disso é a possibilidade da utilização de jogos de videogame. Isso mesmo! Um exemplo é o jogo disponível para várias plataformas tecnológicas chamado *Assassin's Creed: United*. Ambientado na França revolucionária, o jogador tem a possibilidade de conhecer ludicamente os acontecimentos que levaram milhares de franceses a perder literalmente a cabeça.

Está disponível a seguir o link de acesso para você assistir a um trailer bem interessante a respeito desse jogo.

REVOLUÇÃO Francesa Animação. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yHMsDshKzAE>>. Acesso em: 27 out. 2016.

Com esse evento, o mundo ocidental atravessou um momento de intensa ressignificação, gerando transformações até então inimagináveis que afetaram significativamente a relação entre os grupos sociais, afinal de contas, entendia-se a diferença entre os grupos como algo natural, criação do divino, como leis que não deveriam sofrer alterações. A Revolução Francesa aprofundou esse rompimento, contribuindo para a modificação, inclusive, da própria forma semântica de se

compreender o termo. Isso foi demonstrado pelo historiador alemão Reinhart Koselleck (1923-2006), ao analisar como o conceito de revolução foi redefinido após esse importante evento histórico para o mundo ocidental.

A palavra revolução era utilizada para designar um retorno a um ponto de partida de um determinado movimento, ou seja, para demonstrar o movimento cíclico de algo. Por essa ideia estar atrelada a uma questão compreendida como natural, portanto, imutável e cíclica, tanto as estações do ano poderiam ser compreendidas como algo ligado à ideia de revolução quanto a análise de Políbio com relação às formas de governo que ele conjecturou na Antiguidade, já que tudo tende a retornar ao seu ponto de origem.



Trata-se aqui de um modelo de revolução que, em grego, foi compreendido como *metábole tôn politeiôn* [expressão aristotélica que significa mudança, reviravolta de governo ou regime] ou como *anakyklosis tôn politeiôn* [expressão cunhada por Políbio para demonstrar um ciclo de constituições ou de regimes] e que se nutria da experiência de que toda a forma de convivência política é, por fim, limitada. Cada mudança conduz a uma forma de governo já conhecida, sob a qual os homens são obrigados a viver. Seria impossível romper esse ciclo natural. [...] A experiência histórica permaneceu constrangida aos limites das circunstâncias naturais que lhes são próprias. Assim como as estações do ano permanecem sempre as mesmas em suas alternâncias, também os homens, como seres políticos, permaneciam atados a transformações que não traziam nada de novo. (KOSELLECK, 2006, p. 63-64)

Se o conceito de revolução esteve, a princípio, atrelado a uma compreensão das ordens consideradas como naturais, logo, trans-históricas, a partir de 1789 a ideia de revolução se desvencilha da compreensão de que tudo tende a retornar a situações anteriormente já vividas. Revolução passa a conduzir a um futuro incerto, não só em sua concepção, como também em sua apreensão, uma vez que passou a ser vista como uma tarefa do campo da política. Torna-se, desse modo, um conceito meta-histórico, abandonando sua origem natural e assumindo como propósito ordenar historicamente as experiências de convulsão social (KOSELLECK, 2006)

Com a derrubada da ideia de que os indivíduos são naturalmente desiguais e o surgimento de um entendimento que envolve igualdade entre os seres, um novo modelo distinto ao sistema de ordens começa a ascender. É o rompimento de uma forma de compreensão de sociedade que está diretamente ligada ao sistema feudal, porém remete a tempos antigos, mais precisamente à Grécia Antiga, berço

da civilização ocidental. Para os helênicos, a dignidade moral do sujeito consistia em desenvolver plenamente suas virtudes alinhadas com uma finalidade ordenada pelo universo. Nesse plano, há os moralmente superiores, que contribuem para o pleno desenrolar desse plano cósmico, e aqueles inferiores moralmente, que deveriam trabalhar para os que naturalmente são nobres. Com a instituição desse modo de compreensão, a desigualdade torna-se a marca da moral para os gregos.

Já a moral moderna, alinhada às conjunturas de seu tempo, procura romper com essas ideias naturalmente preconcebidas, pois considera o esforço de transcendência das virtudes individuais um passo moral essencial. Assim, Immanuel Kant (1724-1804), um dos mais influentes filósofos da modernidade do século XVIII, concentrou sua atenção sobre como lidar com nossos impulsos e desejos de modo racional, haja vista que considerava a moral não como um simples talento natural, mas sim consequência do uso racional que fazemos de nossas virtudes. Desse modo, tratou de construir seu credo moral alicerçado nas práticas ligadas à existência de um imperativo categórico absoluto e pleno, determinado pela própria razão em si e que pode ser atribuído a todo ser racional que não fundamenta suas atitudes simplesmente em seus desejos individuais, pois entende que estes carregam um valor não categórico, portanto, universal, mas sim condicionado, pois sempre espera atender seus desejos individuais no fim de atitudes supostamente morais (TONETTO, 2013).

É com conjecturas como essa, trabalhada por Kant, que os indivíduos conseguem se igualar socialmente, possibilitando assim a construção de uma sociedade em que cada um de seus membros possa atingir o máximo de liberdade compatível com a liberdade de todos aqueles presentes em um determinado meio social (GARDINER, 1964). Só com o advento da razão presente e desenvolvida na Modernidade é que se pôde começar a romper definitivamente com as ideias ligadas a hierarquias sociais tidas como naturais, portanto, imutáveis.

Kant, filósofo metódico e de escrita rebuscada, que nunca saiu de sua cidade natal, Königsberg, localizada na Prússia, escreveu uma obra tão densa que influenciou vários pensadores de seu tempo, dentre eles Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), ou simplesmente Hegel. Originário da cidade de Estugarda, atual Stuttgart, na Alemanha, foi profundamente impactado pelo contexto histórico em que nasceu, época de profundas transformações sociais, como estamos tendo a oportunidade de acompanhar. Inserido nessa perspectiva de intensos questionamentos, Hegel elabora sua concepção moderna de dialética concebendo a realidade como um eterno vir a ser, um movimento no qual o confronto das contradições é uma premissa básica.

A ideia da dialética é outro paradigma que remonta à Antiguidade Clássica; tem como principal expoente o filósofo pré-socrático Heráclito de Éfeso (544 a.C. - 484 a.C.). Segundo Heráclito, que em muitos manuais filosóficos é nomeado como O Obscuro, tudo está em constante movimento graças à luta perene entre os opostos, sendo assim, tudo é um eterno vir a ser, um devir, incluindo o próprio ser humano. É

dele, por exemplo, a famosa frase de que jamais um homem poderia banhar-se duas vezes em um mesmo rio, haja vista que da segunda vez em que realizasse tal feito, tanto o rio quanto o homem não seriam mais os mesmos (HERÁCLITO apud BARROS, 2011).

Em Hegel, a dialética ganha novos contornos. Se Heráclito procura por meio da escrita de pequenos fragmentos explicar sua concepção das mudanças constantes, a dialética hegeliana busca compreender a totalidade que constitui o mundo, tanto natural quanto humano, dentro de sistemas passíveis de serem analisados por um ponto de vista pautado na razão moderna. Assim,



[...] o movimento dialético, na perspectiva hegeliana, prevê uma Tese inicial que logo será confrontada pelo desenvolvimento de uma “contradição” saída de si mesma de modo a formar uma Antítese. O confronto entre Tese e Antítese – isto é, entre duas realidades contraditórias que se confrontam dialeticamente – gera ao final do processo a Síntese: um novo movimento do processo que, então, pode reiniciar da mesma maneira o movimento de transformações dialéticas. O círculo dialético, orientando-se sempre para novas direções e produzindo sempre o novo, jamais cessa de girar, seja na natureza ou no mundo humano. (BARROS, 2011, p. 39)

O real, portanto, para Hegel, é racional, e o racional é, conseqüentemente, real (HEGEL, 2003). Esse modelo dialético desenvolvido na modernidade por Hegel pressupõe um fim a se alcançar, ou, como diziam os gregos, um *telos*. Como homem de seu tempo, essa finalidade seria o inevitável progresso (tal qual conjecturaram os iluministas) da humanidade, fruto da sucessão de diversos círculos dialéticos em constante conflito uns com os outros. No entanto, como se não bastasse decretar um fim a se alcançar, em Hegel temos também o início, uma espécie de ponto de partida para o movimento do mundo. Esse ponto de partida para o movimento do mundo é o espírito, o mundo das ideias (BARROS, 2011), como é possível perceber na citação a seguir:



Deve-se observar desde o início que o fenômeno que investigamos – História Universal – pertence ao domínio do Espírito. O termo ‘Mundo’ inclui tanto a Natureza física como a psíquica. A Natureza física também desempenha o seu papel na História do Mundo, e importará ter em conta as relações naturais básicas assim implicadas. Mas o Espírito, bem como o curso do seu desenvolvimento, é o nosso objetivo essencial. A



nossa tarefa não requer que contemplemos a Natureza como um Sistema Racional em si mesmo – se bem que o seu próprio domínio prove sê-lo -, mas simplesmente na sua relação com o Espírito. Na posição em que a observamos – a História Universal – o Espírito manifesta-se na sua mais concreta realidade. (HEGEL, 1807 apud GARDINER, 1964, p. 73-74)

Considerado um dos grandes idealistas da Modernidade, Hegel tinha em mente que a ideia de progresso estava atrelada ao entendimento com relação à própria liberdade contida no progresso inexorável capitaneado pelo espírito. Assim, procurou desenvolver sua filosofia destacando o fato de que apenas com o advento do cristianismo é que uma consciência de liberdade genuína passou a ser considerada possível. Os gregos, por exemplo, por mais que tivessem ideias de liberdade bem mais desenvolvidas que seus predecessores, mantinham relações de aprisionamento entre si, como é o caso da escravidão, situação que restringia a liberdade apenas aos mais abastados socialmente. Graças, portanto, a um plano capitaneado pelo espírito, dialeticamente o ser humano alcançaria a plenitude da liberdade, deixando para trás amarras como as que dominaram os primórdios da civilização.



### Pesquise mais

O texto a seguir, do psicólogo e psicanalista Sérgio Eduardo Lima Prudente, intitulado *A leitura iluminista de Kant e Hegel para a interpretação da história universal*, aprofunda a reflexão apresentada nesta terceira seção acerca de como a história é pensada pelos filósofos Kant e Hegel, tendo como pressuposto principal a razão. Entretanto, se essa observação é óbvia, cada autor elencou elementos próprios para sustentar suas reflexões.

PRUDENTE, Sérgio Eduardo Lima. A leitura iluminista de Kant e Hegel para a interpretação da história universal. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**. Aracaju. v.1, n. 3, p. 9-20, jun. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/humanas/article/viewFile/797/444>>. Acesso em: 27 out. 2016.

Mais uma vez é extremamente válido reforçar o contexto social no qual os filósofos mencionados nesta seção conjecturaram suas ideias. O historiador Eric Hobsbawm, em sua famosa obra *A era das revoluções*, analisa esse período histórico de intensas transformações, momento em que tanto a Revolução Francesa quanto a Revolução Industrial estão dando os primeiros passos rumo às transformações sociais profundas que influenciaram diretamente o desenrolar das relações sociais do Ocidente (e, por que não, do mundo como um todo) até a contemporaneidade. Dentre vários dados

analisados, um em específico merece nossa atenção neste momento: o modo como as pessoas estavam distribuídas na sociedade europeia. Assim, essa sociedade, no final do século XVIII, estava majoritariamente vinculada ao mundo



[...] rural, e é impossível [entendê-las] sem assimilar este fato fundamental. Em países como a Rússia, a Escandinávia ou os Bálcãs, onde a cidade jamais se desenvolvia de forma acentuada, cerca de 90 a 97% da população era rural. Mesmo em áreas com uma forma acentuada, cerca de 90 a 97% da população era rural. Mesmo em áreas com uma forte tradição urbana, ainda que decadente, a porcentagem rural ou agrícola era extraordinariamente alta: 85% na Lombardia, 72-80% na Veneza, mais de 90% na Calábria e na Lucânia, segundo dados disponíveis. De fato, fora algumas áreas comerciais e industriais bastante desenvolvidas, seria muito difícil encontrar um grande Estado europeu no qual ao menos quatro de cada cinco habitantes não fossem camponeses. E até mesmo na própria Inglaterra, a população urbana só veio a ultrapassar a população rural pela primeira vez em 1851. (HOBBSAWM, 1996, p. 13)

Outro importante historiador inglês, inclusive contemporâneo ao próprio Hobsbawm, Edward Palmer Thompson, destaca que até a década de 1760, a Inglaterra, berço do movimento industrial, ainda conservava um perfil extremamente agrário (1998). A situação passa a modificar quando o trabalhador rural, acostumado com as relações ligadas aos costumes e tradições presentes nesse ambiente, vê-se envolto a um processo que foi se desenrolando com o tempo, nomeado como cercamento, ou seja, as terras, que durante muitas gerações foram um bem comum do qual todos podiam usufruir – o pasto para os animais de criação ou a floresta para a coleta de alguns gêneros alimentícios, por exemplo –, passaram a ser cercadas, assim, se anteriormente a esse movimento as terras eram comunais, são agora propriedades privadas, e o seu dono, ávido por se inserir na então crescente lógica do mercado industrial, vê com mais interesse utilizar suas terras para a criação de carneiros e ovelhas do que para a manutenção da utilização da terra como um bem comum, prática que atravessava gerações.

Uma expressão que se tornou recorrente dizia que *os carneiros se tornaram comedores de gente*, haja vista que a terra, antes utilizada para alimentar pessoas, estava alimentando esses animais que, conseqüentemente, alimentavam com suas lãs os teares presentes no interior das oficinas que surgiam em abundância já na transição do Medievo para a Modernidade.

No interior dessas oficinas muitos camponeses vão trabalhar (não só na fiação de lã, como também em diversas outras atividades ligadas à manufatura) quando não podem mais se dedicar às atividades exercidas há muitos séculos pelos seus antepassados.

Em meio a essa conjuntura de mudanças extremas, as cidades inglesas passaram a receber em grande quantidade cada vez mais famílias oriundas do campo. Mão de obra disponível em abundância, com seu trabalho manual, diário e exaustivo, esses trabalhadores acabam inseridos em uma lógica de trabalho então nova, mas que irá modificar radicalmente as relações a partir de então: a divisão das tarefas.

Com essa situação posta em prática, agiliza-se o processo de produção e, conseqüentemente, tem-se um aumento significativo nos lucros. O economista inglês Adam Smith (1723-1790), ao observar esse contexto relacionado à divisão do trabalho acontecendo no interior das oficinas manufatureiras, destaca em seu livro *A riqueza das nações* como esta prática é benéfica para a produção local e, conseqüentemente, nacional. A citação a seguir exemplifica a crença de Smith:

Tomemos, pois, um exemplo, tirado de uma manufatura muito pequena, mas na qual a divisão do trabalho muitas vezes tem sido notada: a fabricação de alfinetes. Um operário não treinado para essa atividade [...] nem familiarizado com a utilização das máquinas ali empregadas [...], dificilmente poderia talvez fabricar um único alfinete em um dia, empenhando o máximo de trabalho; de qualquer forma, certamente não conseguirá fabricar vinte. Entretanto, da forma como essa atividade é hoje executada, não somente o trabalho todo constitui uma indústria específica, mas ele está dividido em uma série de setores, dos quais, por sua vez, a maior parte também constitui provavelmente um ofício especial. Um operário desenrola o arame, um outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas, um quinto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete [...]. Assim, a importante atividade de fabricar um alfinete está dividida em aproximadamente 18 operações distintas [...]. Vi uma pequena manufatura desse tipo, com apenas 10 empregados, e na qual alguns desses executavam 2 ou 3 operações diferentes. Mas, embora não fossem muito hábeis, e portanto não estivessem particularmente treinados para o uso das máquinas, conseguiam, quando se esforçavam, fabricar em torno de 12 libras de alfinetes por dia. Ora, 1 libra contém mais do que 4 mil alfinetes de tamanho médio. Por conseguinte, essas 10 pessoas conseguiam produzir entre elas mais do que 48 mil alfinetes por dia. (SMITH, 1996, p. 64-65)

”

O recado dado por Adam Smith em sua obra é claro: quer fazer com que sua nação enriqueça, incentive (dentre outras situações, é claro) o máximo que puder as divisões das tarefas para a fabricação de produtos. No entanto, se por um lado as nações europeias começam a ascender economicamente como principais potências globais quando optam por essa prática, tendo a Inglaterra assumido a liderança graças ao fato de ter dado os primeiros passos rumo ao processo de industrialização, por outro lado, os trabalhadores não eram tão beneficiados assim com esse processo, muito pelo contrário.

Exercendo suas funções em condições precárias de trabalho, expostos aos mais diversos perigos e enfermidades, trabalhando exaustivamente no interior de estabelecimentos sem o mínimo de dignidade e geralmente catorze horas por dia, homens, mulheres, crianças e idosos eram tratados, em meio a essa lógica, como a escória da humanidade. Acompanhando de perto as dificuldades enfrentadas por esses primeiros trabalhadores industriais, Karl Marx (1818-1883), amigo íntimo de Friedrich Engels (1820-1895) – *filho de um grande industrialista da cidade de Barmen* –, traça suas conjecturas.



### Pesquise mais

A Revolução Industrial, em conjunto com a Revolução Francesa, foram acontecimentos que transformaram a vida de inúmeras pessoas ao redor do mundo, graças à divulgação das ideias que nasceram com esses eventos.

No vídeo a seguir, o historiador Peter Demant, professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP), fala sobre algumas invenções (tanto no campo das ideias quanto no da vivência em sociedade) que alteraram a vida dos trabalhadores que passaram a viver em âmbito urbano, situações que estão presentes em nosso próprio dia a dia.

TV UNIVESP. História das relações internacionais, aula 15 - 1750-1914 - A revolução industrial: Hegem. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gK133K1pLu0&list=PLxI8Can9yAHde0-EG990R6lyJAaTksojr&index=73>>. Acesso em: 27 out. 2016.

Inicialmente estudante de direito, talvez por influência do próprio pai, que era advogado, Karl Marx passou a se dedicar exclusivamente à filosofia quando tomou contato com a obra de Hegel, já na Universidade de Berlim, para onde se transferiu após breve período na Universidade de Bona, na Renânia, região que fazia parte da Prússia no século XIX. Sedento leitor de Hegel, procurou estudar a fundo as concepções teóricas tratadas por esse filósofo, que tanto o influenciou. Dentre as principais, a dialética desenvolvida por Hegel foi a que chamou mais a atenção do

filósofo Marx, justamente no período em que se mudou para Paris, no ano de 1843. Sob forte influência do pensamento tanto inglês quanto francês, passou a reexaminar os pressupostos metafísicos da filosofia hegeliana, modificando por completo a concepção ocidental sobre a história (GARDINER, 1964), mas de que maneira? Invertendo o ponto de partida do processo dialético:

**Enquanto Hegel o situava no Espírito, Marx o localiza na Matéria. É de uma realidade concreta, ou das condições materiais objetivas que se apresentam aos homens organizados em sociedade, que parte o movimento histórico de transformação da realidade, sendo por isso necessário que também a historiografia procure compreender os desenvolvimentos histórico-sociais do mundo humano a partir da análise das condições materiais, objetivas. (BARROS, 2011, p. 41-42)**



Para Marx, o ponto de partida para se tentar compreender a história da humanidade não pode estar atrelado a uma perspectiva como aventou Hegel, algo, digamos, “sobrenatural”, que teceria a trama dos acontecimentos históricos. As transformações históricas estão inseridas em campo material, não espiritual. A maneira como os homens produzem tanto sua vida social quanto material deve ser o ponto de partida do processo dialético proposto por Marx.

Temos, com isso, o surgimento de um novo paradigma, que influenciará decididamente o mundo *que estaria por vir*: o *materialismo histórico e dialético*. Ao virar Hegel de cabeça pra baixo, já que transfere de um plano ideal para um plano material a análise sobre os acontecimentos históricos, Marx desloca o olhar do historiador para um campo impensável até então ao propor uma atenção diferenciada para a dinâmica econômico-social presente no mundo material, do qual todos nós fazemos parte.



### Refleta

Karl Marx desenvolveu pressupostos tão interessantes em seu tempo que mesmo passados tantos anos da elaboração de sua obra é comum encontrar pessoas que podem tanto admirá-lo quanto odiá-lo, e muitas vezes na mesma proporção.

O materialismo histórico, paradigma teórico pensado por Marx e essencial para analisar as conjunturas sociais tendo o plano material, e não metafísico, como principal referência, radicalizou em seu tempo o modo como devemos refletir acerca do desenrolar dos acontecimentos históricos.

No entanto, se levarmos em conta a dialética tratada tanto por Marx quanto por Hegel, assim como os eventos do passado são influenciados pelo eterno vir a ser, nossas ideias não escapam dessa necessidade constante de resignificação.

Finalizando esta seção, segue a seguinte reflexão: qual é a importância de procurar entender as ideias elaboradas por pensadores do passado tendo como principal ponto de análise o contexto histórico no qual estavam inseridos? De que maneira as análises sob a ótica e os valores que nos constituem enquanto ser humano, no presente, interferem na análise da atuação desse e de outros intelectuais do passado?

### Sem medo de errar

“Consideremo-lo ovo de serpente que, chocado, por sua natureza, se tornará nocivo. Assim, matemo-lo, enquanto está na casca” (SHAKESPEARE, 1956, p. 36). Essa citação, presente na tragédia *Júlio César*, escrita por William Shakespeare no início da Modernidade, portanto contemporâneo a muitos intelectuais estudados nesta primeira unidade, visa retratar uma das falas do personagem Brutus e sua imensa preocupação com relação à ascensão da popularidade do chefe militar Júlio César frente à população romana. Personagem central na obra shakespeariana, Brutus, então membro do senado, não vê outra solução senão conjecturar junto a outros senadores o assassinato a punhaladas de seu pai adotivo.

Já o diretor sueco Ingmar Bergman, no ano de 1977, apresentou ao seu público o filme *O ovo da serpente*, em que apresenta uma Berlim sombria e cinzenta no ano de 1923. Ao longo da película, somos levados a acompanhar a trajetória do trapezista Abel Rosenberg na busca por entender os motivos que teriam levado seu irmão a cometer suicídio. Esse recorte histórico feito por Bergman não é por acaso. Justamente no início da década de 1920, a Alemanha enfrentava uma terrível crise econômica, e a população pagava um alto preço pelo fato de ter sido considerada culpada pela tragédia humanitária que ocorreu ao longo da Primeira Guerra Mundial.

Tanto o texto de Shakespeare quanto a película de Bergman buscam retratar momentos históricos, de sistemas de governo que enfrentaram crises profundas. O sistema republicano em Roma teve que lidar com crises e instabilidades por praticamente todo seu período; mesmo com o assassinato de Júlio César, seu fim não pôde ser evitado. Já na Alemanha do pós-guerra, a população vivenciou um verdadeiro caos social com a moeda extremamente desvalorizada, e a fome e miséria reinando em absoluto em muitos lares. Esse foi o cenário perfeito para ideias ligadas ao totalitarismo ascenderem, levando ao poder um ditador como Adolf Hitler, que, já no fim da década de 1930, iniciou seu processo de expansão territorial pela Europa, criando condições propícias para o início da Segunda Guerra Mundial.

William Shakespeare e Ingmar Bergman, portanto, basearam-se em contextos históricos que, mesmo distantes um do outro, apresentam conjecturas estruturais muito semelhantes. Não é à toa que ambos se utilizaram de um mesmo conceito para exemplificar os acontecimentos que se propuseram a retratar: o ovo da serpente. Essa analogia procura enfatizar o fato de que é em momentos de crise e de grande clamor popular por mudanças que ovos de serpente podem ser chocados e, uma vez quebrados, apresentam para a sociedade governos fortemente ligados a perspectivas autoritárias. O propósito de se traçar paralelos históricos está no fato de compreender que os acontecimentos do presente não são meras reproduções de eventos do passado, mas carregam em si muitos elementos estruturais semelhantes e que podem, com características próprias de seu tempo, estar em qualquer sociedade.

A sociedade brasileira iniciou há pouco tempo seu aprendizado sobre como se relacionar democraticamente, haja vista que, ao longo de toda a sua história, só com o fim do período de ditadura civil militar, em 1985, é que começou a dar os primeiros passos pautados definitivamente em um regime democrático. A democracia, se não é a melhor das formas de governo, é talvez a única que permite a participação de toda a população nas decisões políticas. No entanto, quando a sociedade não desenvolve alternativas para consolidar cada vez mais esse regime de governabilidade, conforme salienta Políbio, a chance de o governo de todos se transformar no governo dos piores, a oclocracia, é muito grande, seja na Grécia de Políbio, na Roma descrita por Shakespeare ou na Alemanha retratada por Bergman.

Refletir sobre esse questionamento é primordial na conjuntura histórica do Brasil, no início do século XXI, já que existem muitos debates embasados única e exclusivamente em verdades estabelecidas, sem a possibilidade de reflexões. A dicotomia das ideias se faz muito presente na atualidade, acirrando os ânimos de quem se propõe a defender pensamentos baseados em verdades inquestionáveis. O historiador Leandro Karnal costuma advertir em suas palestras, de forma irônica, que o brasileiro descobriu recentemente a Guerra Fria (conflito ideológico que colocou frente a frente no século passado Estados Unidos – capitalista – e União Soviética – socialista) devido à incapacidade de ressignificação de certos grupos, de romper com posturas que lembram esse momento recente da história mundial, em que a dualidade do pensamento se fazia muito atuante nas relações sociais. Na entrevista realizada pelo jornal *O povo* com o professor Karnal, em outubro de 2016, está presente essa colocação da seguinte forma:

**O grande drama é que essas duas grandes narrativas não reconhecem à outra a qualidade de brasileiros. Ou seja, quem é “petralha” não reconhece ao “coxinha” a qualidade de ser um cidadão do Brasil querendo o melhor para o Brasil, e vice-versa. Com isso, nós perdemos uma coisa importante,**

”

que é a capacidade do diálogo, fundamental em política. A capacidade de diálogo é essencial para que eu possa dizer: meu adversário político não é meu inimigo pessoal, eu não tenho a explicação única e totalitária, os dois lados não são verdadeiros e a “Verdade”, com letra maiúscula, é um elemento exclusivamente religioso. Nunca pode ser nem político e nem filosófico. A “Verdade” só é possível no âmbito das igrejas, mesquitas e sinagogas. Não é possível no campo da política. A política é a arte da negociação, da divergência. [...] Nós negamos a identidade do outro e dizemos: vai pra Cuba. Você discorda de mim e eu digo: vai pra Miami, que são a mesma coisa, só que com vistas diferentes pro mar. Esse enfrentamento é ruim. (KARNAL, 2016, [s. p.])

Ao criarmos condições para o debate sadio entre as pessoas, sem acusações e adjetivações, buscando por reflexões vinculadas a ideias plurais e não pela simples dualidade dos pontos de vista, estamos contribuindo significativamente para evitar a degeneração de nosso jovem sistema democrático, impedindo assim que ovos de serpentes do autoritarismo, vinculado ao governo dos piores, sejam chocados. Cria-se, desse modo, a cultura do debate dialético das ideias, e não a do simples engessamento de perspectivas dicotômicas que acirram o ódio e em nada contribuem para a continuação do pleno desenvolvimento da democracia.

## Avançando na prática

### O extremismo do pensamento dicotômico

#### Descrição da situação-problema

Como encerramento dessa temática, o professor Raul propõe a seguinte dinâmica entre seus alunos: insistindo no fato de que o negativo é para uma sociedade democrática alimentar ideias pautadas na simplicidade presente em discussões dicotômicas, em que ambos os lados apenas defendem verdades e não criam condições para o debate sadio e produtivo das ideias, solicita aos alunos que, em casa, pesquisem na internet ao menos duas reportagens, postagens, comentários, situações que possam exemplificar essa questão ligada ao dualismo das ideias.

Salienta aos alunos a importância de embasar nossas conjecturas em pressupostos teóricos que nos auxiliem no processo de construção dialética de conhecimento, evitando a simples repetição de ideias preconcebidas, baseadas no senso comum, rompendo assim com uma visão simplista e limitada do real a nós apresentado. Como refletir sobre essa situação é premissa básica para o bom andamento de uma sociedade



democrática, apresenta aos alunos uma citação presente no livro do pensador italiano Norberto Bobbio, *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*, que exemplifica bem essa perspectiva de análise:

[...] afirma-se que num universo político cada vez mais complexo como o das grandes sociedades, e, em particular, das grandes sociedades democráticas, torna-se sempre mais inadequada a separação muito nítida entre duas partes contrapostas, sempre mais insuficiente a visão dicotômica da política. Sociedades democráticas são sociedades que toleram, ou melhor, que pressupõe a existência de diversos grupos de opinião e de interesse em concorrência entre si; tais grupos às vezes se contrapõe, às vezes se superpõem, em certos casos se integra para depois se separarem; ora se aproximam, ora se dão as costas, como num movimento de dança. Objetiva-se, em suma, que em um pluriverso como o das grandes sociedades democráticas, nas quais as partes em jogo são muitas e têm entre si convergências e divergências que tornam possíveis as mais variadas combinações de umas com as outras, não se podem mais colocar os problemas sob a forma de antítese, de “ou-ou”, ou direita ou esquerda, quem não é de direita é de esquerda ou vice-versa. (BOBBIO, 2011, p. 53)

Assim, após as pesquisas realizadas de antemão pelos alunos, na aula seguinte, propõe uma roda de debate sobre as ideias pesquisadas. Os próprios alunos, em um primeiro momento, selecionarão as reportagens por eles pesquisadas, encontrando aquelas que se assemelham. Na sequência, terão a oportunidade de refletir sobre quais alternativas podem ser criadas para se romper (se não em definitivo, pelo menos minimizar) essa bolha da dicotomia extremista, que além de pouco ou nada contribuir para o respeito às diversas formas de enxergar do mundo, trava o desenvolvimento sadio e respeitoso de nossa democracia.

### Resolução da situação-problema

Encerra-se, assim, o debate sobre como é importante a discussão sadia e constante acerca da valorização do respeito para com a multiplicidade, e não para com a dualidade das ideias. Um dos preceitos básicos de uma sociedade baseada em ideais democráticos é o respeito às várias formas de pensar existentes, evitando a todo custo o extremismo das reflexões, pois se sabe que quando essa questão é deixada de lado, corre-se o sério risco de colaborar com o chocar do ovo da serpente, situação que causa preocupação àqueles que, do presente, estão refletindo sobre conjunturas ligadas a crises e a momentos de intempéries, que já eram motivo de análise realizada por pensadores de outros tempos, como é o caso aqui citado tanto de William Shakespeare quanto de Ingmar Bergman.

## Faça valer a pena

**1.** A Idade Média é um período histórico tão importante de se estudar que, só para se ter uma ideia de sua influência, é uma tarefa muito difícil tentar entender a história do Brasil desvinculada da história da Europa do fim desse período. É nesse momento que podemos perceber uma significativa transformação que mudaria para sempre a relação social entre as pessoas: a transição do feudalismo para o sistema capitalista.

Assinale a alternativa que explica essa modificação.

- a) Transformação das relações comerciais: o feudalismo dá lugar a um sistema onde as trocas de mercadorias passam a existir.
- b) Se na Idade Média pode-se perceber as relações se darem no âmbito urbano, após esse período, as sociedades passam a se relacionar no mundo rural.
- c) Durante a Idade Média era comum às sociedades serem reguladas pelo sistema de classes sociais, situação que chega ao fim com a ascensão do sistema capitalista.
- d) Mudança de um sistema baseado na geração de produtos de subsistência para um regime baseado na produção de bens e serviços.
- e) Na Idade Média as transações comerciais se davam exclusivamente pelo sistema de vendas de mercadorias, substituído pelo sistema conhecido como escambo.

## 2.



O botão desaparece no desabrochar da flor, e pode-se afirmar que é refutado pela flor. Igualmente, a flor se explica por meio do fruto como um falso existir da planta, e o fruto surge em lugar da flor como verdade da planta. Essas formas não apenas se distinguem, mas se repelem como incompatíveis entre si. Mas sua natureza fluida as torna, ao mesmo tempo, momentos da unidade orgânica na qual não somente não entram em conflito, mas uma não existe tão necessariamente quanto a outra. (HEGEL, 1996 apud BARROS, 2011, p. 40)

A citação, presente no livro escrito por Hegel *A fenomenologia do espírito*, é uma metáfora utilizada por esse filósofo para exemplificar poeticamente a concepção filosófica designada como:

- a) dialética clássica grega.

- b) materialismo dialético.
- c) movimento dialético.
- d) estruturalismo dialético.
- e) dialética pós-moderna.

**3.** Complete as lacunas da sentença a seguir:

[...] na \_\_\_\_\_ do século XVII, o sentido da palavra "melhoramento" estendeu-se além de seu significado de "tornar alguma coisa melhor"; significa fazer algo visando lucro monetário e, sobretudo, cultivar a terra visando \_\_\_\_\_, através dos \_\_\_\_\_. Os melhoramentos não dependeram num primeiro momento de avanços tecnológicos, e sim da utilização de novas técnicas agrícolas, implicando a eliminação dos antigos \_\_\_\_\_ e práticas que limitavam o uso mais produtivo da terra. Ao mesmo tempo, novas concepções de \_\_\_\_\_ eram teorizadas, como a de John Locke [...], na qual se sustenta que a propriedade é baseada no ato de tornar a terra produtiva e lucrativa. (SECRETO, 2007, p. 51)

Assinale a alternativa que preenche de forma CORRETA as lacunas acima.

- a) Trata-se de um momento marcado pela cosmologia, em que os pensadores se concentravam em encontrar o princípio do universo (o cosmo).
- b) Marcado pela consolidação das cidades-Estados (as *pólis*) e do início da democracia, esse período tem em Sócrates seu principal expoente.
- c) Consolida-se o comércio e a democracia e, com isso, os cidadãos ganham espaço e representação política, necessitando do ensino da oratória.
- d) Trata-se do período em que a Igreja Cristã consolida sua doutrina e seus dogmas e passa a ter grande representação e poder político, de modo que a filosofia, em muitos momentos, confunde-se com a própria teologia.
- e) Momento de grande tensão em função das crises religiosas, que procuravam eliminar de vez a filosofia e as teorias do conhecimento e difundir apenas a teologia.



# Referências

- ARAUJO, Henrique. O Brasil descobriu a Guerra Fria. Entrevista com Leandro Karnal. O Povo online: Jornal de hoje. Ceará, 24 out. 2016. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2016/10/24/noticiasjornalpaginasazuis,3665611/o-brasil-descobriu-a-guerra-fria.shtml>>. Acesso em: 31 out. 2016.
- BARROS, José D'Assunção. **Teorias da história: os paradigmas revolucionários**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BBC BRASIL. **As razões da Academia Sueca para premiar Bob Dylan com o Nobel de Literatura**. 13 out. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/geral-37636333>>. Acesso em: 23 out. 2016.
- \_\_\_\_\_. Trifuncionalidade medieval: notas sobre um debate historiográfico. **Cultura: revista de história e teoria das ideias**. Vassouras, v. 22, p. 275-294, 2006.
- BERLIN, Isaiah. **Vico e Herder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.
- BOBBIO, Norberto. **Elogio da serenidade e outros escritos morais**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- CARBONELL, Charles Olivier. **Historiografia**. Editora: Teorema, 1987.
- COSTA, Marcos Roberto Nunes. Santo Agostinho. In: ROSSANO, Pecoraro. **Os filósofos clássicos da filosofia: de Sócrates a Rousseau**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 105-138. v. 1.
- DANTON: o processo da Revolução. Direção: Andrzej Wajda. Produção: Margaret Ménégoz, Barbara Pec-Slesicka. França, 1983.
- Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kcwmrh-R7T0>>. Acesso em: 5 jan. 2017.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DESCARTES, René. **Meditações metafísicas**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.
- DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Editora Estampa, 1994.

EYLER, Flávia Maria Schlee. Heródoto de Halicarnasso. In: PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da história**: de Heródoto a Humboldt. Petrópoles: Vozes; PUC-Rio, 2012. p. 9-31. v. 1.

FAITANIN, Paulo. São Tomás de Aquino. In.: ROSSANO, Pecoraro. **Os filósofos clássicos da filosofia**: de Sócrates a Rousseau. Petrópolis: Vozes; PUC-Rio, 2012. p. 139-164. v. 1.

FEBVRE, Lucien. **Michelet e a Renascença**. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda., 1995.

FEYERABEND, Paul K. **A ciência em uma sociedade livre**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. Galileu e a tirania da verdade. In.: **Adeus à Razão**. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 295-314.

GAUKROGER, Stephen. **Descartes**: uma biografia intelectual. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 1999.

GARDINER, Patrick. **Teorias da história**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1964.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HANNAH, Arendt. **Origens do totalitarismo** – antisemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Fenomenologia do Espírito**. São Paulo: Ática. Vol. Único, 1995.

HOBSBAWM, Eric John. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. Do feudalismo para o capitalismo. In: SWEEZY, Paul et al. (Orgs.). **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

MAGALHÃES, Luiz Otávio de. Tucídides. In: PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da história**: de Heródoto a Humboldt. Petrópoles: Vozes; PUC-Rio, 2012. p. 32-50. v. 1.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARQUES, Juliana Bastos. Públio Cornélio Tácito. In: PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da história**: de Heródoto a Humboldt. Petrópolis: Vozes; PUC-Rio, 2012. p. 88-106. v. 1.

PEREIRA FILHO, Antonio José. Giambattista Vico. In: PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da história**: de Heródoto a Humboldt. Petrópolis: Vozes; PUC-Rio, 2012. p. 192-216 v. 1.

PRUDENTE, Sérgio Eduardo Lima. A leitura iluminista de Kant e Hegel para a interpretação da história universal. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**. Aracaju. v.1, n. 3, p. 9-20,

jun. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/humanas/article/viewFile/797/444>>. Acesso em: 27 out. 2016.

RENDINA, Cláudio. **Os pecados do Vaticano** – soberba, avareza, luxúria, pedofilia: os escândalos e os segredos da Igreja Católica. Rio de Janeiro: Editora Gryphus, 2013.

SANTOS, Pedro Miguel Souza. Voltaire crítico da teologia da história. In: **Griot** – Revista de Filosofia, Amargosa, v. 10, n. 2, dez. 2014. Disponível em: <[www.ufrb.edu.br/griot](http://www.ufrb.edu.br/griot)>. Acesso em: 9 jan. 2017.

SEBASTIANI, Breno Battistin. Políbio. In: PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da história**: de Heródoto a Humboldt. Petrópolis: Vozes; PUC-Rio, 2012. p. 51-67. v. 1.

SECRETO, Maria Verônica. Espaços, territórios e assimetrias de poderes. In: LIMA, Eli Napoleão de; DELGADO, Nelson Giordano; MOREIRA, Roberto José [Orgs.]. **Mundo rural** – configurações rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SHAKESPEARE, William. Júlio César/Antonio e Cleópatra. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TOYNBEE, Arnold Joseph. **Helenismo**: história de uma civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

TONETTO, Milene Consenso. Sobre a caracterização do conceito de dignidade em Kant. **Revista Princípios**, Natal, v. 20, n. 33, p. 181-194, jan./jun. 2013.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Livro 1. Tradução de Ana Lia de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Edição bilíngue.

UNIVESP TV. **História das relações internacionais**, aula 3, parte 5. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-ksbods96Gc>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **História das relações internacionais**, aula 15 - 1750-1914 - A revolução industrial: Hegem. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gK133K1pLu0&list=PLxI8Can9yAHde0-EG990R6lyJAaTksojr&index=73>>. Acesso em: 27 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **História**: Estudo das cidades gregas - Maria Beatriz Borba Florenzano. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=0L-NwqgA\\_Ps](https://www.youtube.com/watch?v=0L-NwqgA_Ps)>. Acesso em: 27 out. 2016.

VEYNE, Paul. **Quando nosso mundo se tornou cristão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Disponível em: <<https://portalconservador.com/livros/Paul-Veyne-Quando-Nosso-Mundo-Se-Tornou-Cristao.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e religião na Grécia Antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

VITORINO, Júlio César. Tito Lívio. In: PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da história**: de Heródoto a Humboldt. Petrópolis: Vozes; PUC-Rio, 2012. p. 68-87. v. 1.

VOLTAIRE. **Tratado sobre a tolerância**: a propósito da morte de Jean Calas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.







## A história como ciência

### Convite ao estudo

Bem-vindo, caro estudante! Nesta segunda unidade vamos continuar os estudos sobre as teorias da história, desta vez com um recorte temporal interessante, que se inicia na pós-Revolução Francesa (1789) e termina no início do século XX, com o surgimento da Escola dos Annales, que será trabalhada na terceira unidade deste material. Por que esse recorte temporal é tão interessante? Muito simples: ele perpassa todo o século XIX, que é conhecido como Século da História. A explicação para essa nomenclatura está imbricada em toda a nossa unidade.

O século XIX é o das ciências por definição. Vários campos científicos, como a física, a química e a biologia, tiveram um exponencial crescimento nesse período, principalmente pelo uso do método científico baseado no quarteto **observação, dedução, experimentação** e **conclusão**. As ciências “duras” ganharam fama e o respeito de todas as sociedades contemporâneas por conta do seu **método**, que além de apresentar uma explicação lógica para determinados fatos, conseguiam confirmar em laboratório a eficácia dessas teorias.

No bojo das ciências contemporâneas, a história ainda não aparecia. Sempre se questionou a eficácia do trabalho do historiador, muito comparado a um cronista ou escritor. Com o tempo e o trabalho de grandes historiadores, a história conseguiu galgar o status de ciência, desenvolvendo um método que, se por questões óbvias não poderia reproduzir suas hipóteses em um laboratório, tinha princípios geradores de credibilidade e confiabilidade.

Para ilustrar os temas trabalhados nesta unidade, vamos utilizar o

exemplo do Guilherme, que é candidato de um concurso público para o cargo de professor de História. Guilherme já foi aprovado na primeira etapa do concurso, uma prova objetiva de conhecimentos gerais. Agora, vamos acompanhá-lo nas demais etapas do concurso. Ele se defrontará com uma redação, a prova didática e a entrevista antes de ser finalmente contratado.

## Seção 2.1

### A institucionalização da história

#### Diálogo aberto

Conforme já relatado na apresentação da unidade, vamos seguir a trajetória do Guilherme em um concurso para o cargo de professor de História. Ele já foi aprovado na primeira unidade, uma prova com questões objetivas abordando vários temas caros à história, desde a Antiguidade até a política brasileira contemporânea.

Na segunda etapa, que consiste na redação de um texto dissertativo, Guilherme acabou sorteando o tema **A institucionalização da história**. Conforme consta nas explicações da redação, o nosso candidato deverá abordar os subtemas **racionalismo e empirismo no século XIX; a conquista do status de ciência pela história e o paradigma positivista na história, fundamentado pelo historicismo alemão**.

Guilherme já estudou sobre essa temática e terá uma hora para consultar seus materiais antes de começar a sua redação. Ele consultará diversos livros relacionados a teorias da história e fará uma narrativa entrelaçando todos os subtemas, uma vez que, apesar de separados, todos estão dentro do mesmo contexto histórico.

#### Não pode faltar

A história surge como ciência no século XIX. Quando escrevemos que ela “surge” tem-se a impressão de que foi algo repentino e espontâneo o fato de a história se tornar uma ciência. Contudo, há um caminho que justifica essa afirmação. Nas próximas páginas, vamos compreender melhor como a história chegou a esse patamar, entendendo o caminho percorrido, as influências de outros campos científicos nesse processo e constituição de alguns conceitos importantes para os historiadores, como o do *positivismo* e do *historicismo*.



### Refleta

Trabalhando com a história, sempre nos deparamos com o conceito da verdade. O esforço dos historiadores, sobretudo o dos metódicos alemães, para selecionar as fontes consideradas oficiais e passíveis de apresentar a verdade dos fatos pode não ser correta atualmente, mas é, sem dúvida, notável. Atualmente, quase tudo pode ser fonte histórica, como afirma Marc Bloch: “Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele”. (BLOCH, 2001, p. 79). Então, vem a dúvida: como não cair em um emaranhado de opiniões próprias e construções particulares ao analisar fontes históricas tão abrangentes, como faz a Escola dos Annales?

Quando tratamos de qualquer tema relativo à história, nunca podemos deixar de contextualizar a época à qual estamos nos referindo. Sem esse cuidado, estaremos cometendo um dos grandes pecados do historiador, o anacronismo, que nada mais é do que misturar os acontecimentos históricos sem respeitar suas temporalidades. O historiador José D’Assunção Barros, no segundo volume da coleção *Teoria da história*, nos dá um contexto interessante sobre o surgimento da história enquanto ciência. Segundo ele:



**Seu mundo contextual será o do assentamento da burguesia pós-revolucionária no poder, após os fracassos do projeto mais radical da Revolução Francesa e da derrocada definitiva da expansão napoleônica, sem mencionar o contexto decisivo da consolidação dos grandes estados nacionais que precisavam agora exercer um controle mais efetivo sobre a sua população, sobre o seu território e sua imagem. (BARROS, 2014, p. 12)**

Partindo das reflexões que são possíveis no contexto apresentado, o embate existente entre o positivismo e o historicismo é um dos mais importantes. O positivismo buscava uma explicação generalizante para as diversas sociedades do mundo, queria encontrar uma ordem ou característica natural inerente a todas as sociedades humanas, independentemente de local, origem, crenças, linguagem e valores. Seria algo que ultrapassasse as especificidades culturais de cada povo, uma regra de funcionamento geral. A história, ainda engatinhando nesse novo paradigma científico, analisaria as diversas sociedades de forma específica, sem buscar modelos rígidos que explicassem vários povos, mas tentando desvendar o que há de específico em cada povo e sociedade. Essa afirmação dará origem à história factual, que não analisa os

eventos históricos entrelaçados entre si, mas como sínteses episódicas individuais, é o embrião do historicismo.

Esse historiador científico que começa a tomar forma no século XIX é um misto de vários outros intelectuais, pesquisadores e pensadores. Segundo Barros (2014), ele empresta dos filólogos seu cuidado com os documentos, dos teólogos a concepção de tempo linear, dos juristas sua obsessão pela verdade. Ele já não é mais um filósofo historiador, mas busca a ideia e o conceito de um historiador profissional. Por que essa exigência de buscar o científico, o profissional? Na Europa, nesse período, há um grande desenvolvimento das ciências naturais, principalmente da física e da química, que ganharam força e credibilidade por conseguirem desenvolver um método de trabalho, o método científico, ou empírico, cuja base é a reprodução, em laboratório, de um determinado fenômeno observado na natureza, para comprovar uma hipótese que explicaria tal fenômeno, ou seja, o empirismo. Os historiadores, por sua vez, buscavam essa credibilidade e criar o seu próprio método. Como é impossível reproduzir em laboratório as condições que geraram a Revolução Francesa, por exemplo, os historiadores utilizam outras ferramentas que lhes deem a credibilidade e o caráter científico das ciências naturais.

Com relação a esse método, que nada mais é do que a maneira pela qual o historiador realiza as suas pesquisas em busca do conhecimento, Rusen (2007, p. 104) afirma que:

**Pesquisa histórica é um processo cognitivo, no qual os dados das fontes são apreendidos e elaborados para concretizar ou modificar empiricamente perspectivas (teóricas) referentes ao passado humano. A pesquisa se ocupa primariamente da realidade das experiências, nas quais o passado se manifesta perceptivelmente, ou seja: de “fontes”. [...] A pesquisa é, por conseguinte, o processo no qual se obtém, dos dados das fontes, o conhecimento histórico controlável.**

Portanto, as fontes são a base do estudo e da construção do conhecimento da história. Isso não é um fato tão novo assim. Atualmente, podemos considerar como fontes históricas materiais escritos, artefatos arqueológicos e da cultura material, imagens, filmes, enfim, tudo que o homem cria ou modifica pode ser considerado como fonte, desde a Escola dos Annales, pelo menos. Entretanto, no início do paradigma cientificista da história, a caracterização de fontes era muito mais restrita. Sendo ela a matéria-prima do conhecimento do historiador, deveria ter certa confiabilidade, credibilidade, enfim, cientificidade. Por conta disso, definiu-se que somente os documentos escritos oficiais teriam a chancela de fonte. Portanto, um decreto ou uma lei elaborada por um determinado governo poderiam ser utilizados

pelos historiadores como fonte. Um jornal, de caráter popular, por exemplo, não teria as características de confiabilidade necessárias ao credenciamento desse material como fonte. Essa caracterização das fontes aparece principalmente com os historiadores ditos metódicos, da Escola Alemã, sobre os quais discutiremos mais posteriormente.

Além da íntima relação com as fontes, a história moderna do século XIX, como afirma Barros (2014), já apresenta alguns dos seus indícios na segunda metade do século XVIII. A ideia da “busca pela verdade” sempre foi muito próxima da história desde a Antiguidade e será ainda mais arraigada ao ofício do historiador neste novo paradigma. Barros (2014) cita Rusen (1996) para afirmar que outra característica marcante dessa mudança do paradigma da história e que tem os seus primeiros sinais no fim do século XVIII é a “vinculação direta da História com a Realidade: passa-se a se entender a história como realidade temporal do mundo humano, ou, o que dá na mesma, a História doravante passará a ser vista como o mundo humano real na perspectiva do tempo”. (RUSEN, 1996 apud BARROS, 2014, p. 51).

Barros (2014) afirma que essa vinculação da história com a realidade leva a uma conclusão lógica para a época. A verdade não mais está circundando o trabalho do historiador na escrita da história. A história é a verdade! Para o autor, a noção de processo histórico se impõe a partir daqui. Portanto, o historiador não será mais visto como um literato que escreve sobre política ou qualquer outro tema. A história se impõe como o próprio processo a ser estudado. Nesse momento, o historiador passa a ser um apreendedor dessa realidade:



**A partir de então, duas novas palavras passam a pautar esta relação entre Historiografia e história: “racionalidade” e “método”. A Historiografia passa a ser entendida cada vez mais como “forma de conhecimento” (e não mais como mero meio pragmático ou voltado para o aprimoramento ético). Como nova forma de conhecimento a ser cuidadosamente definida em suas especificidades, a principal estratégia cognitiva da historiografia para lidar com a experiência do passado deverá ser necessariamente a “racionalidade do método”. Surgirá aqui, concomitantemente, um novo conceito importante para ser considerado no âmbito dos procedimentos metodológicos da historiografia: a “objetividade”. (BARROS, 2014, p. 52)**

Portanto, podemos concluir que a racionalidade do método é um dos fundamentos da historiografia, base da história moderna. A história deixa de ser apenas um discurso e torna-se um campo do conhecimento.

Você, aluno, pode estar se perguntando: qual é a relação entre a discussão



proposta até aqui e o tema deste material? A teoria da história é o lugar de reflexão do historiador sobre a sua prática e sobre a constituição do seu ofício. Por isso, descobrir os caminhos que levaram a história ao seu corpo teórico atual é importantíssimo para o historiador e logicamente para o professor. Vejamos o que nos diz o historiador Jorn Rusen no primeiro volume da sua coleção *Razão histórica*:

Por que razão, então, a pesquisa empírica deveria seguir as recomendações de pensar a si mesma e deixar-se guiar por considerações teóricas, das quais não se tem certeza, desde o início, se e como desembocariam na práxis da pesquisa histórica e da historiografia?

Uma resposta a essa pergunta está embutida na pretensão de cientificidade da ciência da história. Independentemente de como se venha a definir ciência, o pensamento científico é sempre um pensamento bem fundamentado. Pensar de forma bem fundamentada requer conhecer as regras e os princípios desse pensar, ou seja: um conhecimento que não se constituiria sem a reflexão do pensamento sobre si mesmo. [...] Na medida em que é requisito de qualquer ciência que os cientistas prestem contas a si mesmos e a todos os demais sobre seu modo de pensar, a ciência da história não poderia recusar a “teoria” como lugar dessa prestação de contas, e não faltam historiadores que tenham assumido essa obrigação. (RUSEN, 2001, p. 17)

Portanto, Rusen (2001) nos aponta a direção de que a aceitação da comunidade científica de historiadores com relação ao trabalho dos seus pares e a constante reflexão sobre o fazer-se do trabalho histórico são condições fundamentais da construção da história e da própria historiografia.

Dentro desse contexto, temos uma série de acontecimentos que corroboram enormemente para a consolidação dessa nova história, que fará do século XIX o Século da História. Vejamos quais são esses acontecimentos:

[...] (1) a pretensão da cientificidade para o conhecimento histórico, (2) a emergência da figura do “historiador profissional”, (3) os primeiros passos na formação de uma “comunidade [científica] de historiadores”, (4) a entrada da História no rol das disciplinas universitárias, (5) a edificação de um método e de um sistema de regras específicas para a produção do saber historiográfico (ou de uma “matriz

disciplinas”), e, particularmente, (6) a emergência daqueles que poderemos considerar os primeiros “paradigmas historiográficos”. (BARROS, 2014, p. 24)

Entre os paradigmas historiográficos a que Barros (2014) faz referência na citação anterior, estão o positivismo, o historicismo e o materialismo histórico. Este último não será tema desta nossa unidade, mas os dois primeiros sim.

Barros salienta que durante todo o século XIX os debates sobre as questões relativas à objetividade e subjetividade foram muito densos para a nossa ciência. Eles são um dos sérios motivos da oposição entre dois dos paradigmas mais importantes para o entendimento da história moderna: o positivismo e o historicismo.



A oposição fundamental entre Positivismo e Historicismo dá-se em torno de três aspectos fundamentais: a dicotomia Objetividade/Subjetividade no que se refere à possibilidade ou não de a História chegar a Leis Gerais válidas para todas as sociedades humanas; o padrão metodológico mais adequado à história (de acordo com o modelo das ciências naturais, ou um padrão específico para as ciências humanas); e a posição do historiador face ao conhecimento que produz (neuro, imerso na própria subjetividade, engajado na transformação social). (BARROS, 2014, p. 64-65)

De maneira geral, os fundamentos do positivismo que consideraremos para a nossa discussão são aqueles que versam com a possibilidade da construção de um conhecimento humano objetivo, que veem a possibilidade de uma história universal, que acreditam na imparcialidade do sujeito que produz o conhecimento histórico e, basicamente, acreditam na natureza imutável do homem. É a ideia de buscar uma regra geral que sirva para entender qualquer sociedade humana.



### Assimile

Nesta seção, nós discutimos sobre a formação da história como campo científico. Para isso, exploramos o contexto histórico do século XIX, que viu o apogeu das ciências naturais, como a química, e a tentativa da história de alcançar um status científico semelhante. No caminho para alcançar esse status, ela desprende-se da filosofia da história e ganhou força no embate entre o positivismo e o historicismo, recém-criado e que seria a base paradigmática da história científica.

É da oposição ao positivismo que nascem os primeiros caminhos do método histórico, utilizado nas pesquisas e na construção do conhecimento. Enquanto o positivismo buscava uma regra geral para entender as sociedades do mundo, a história tentava entender as especificidades de cada uma delas, focando nos fatos considerados importantes. Além disso, há o aspecto da perspectiva teleológica positivista, muito bem explicada na citação abaixo:

**O próprio destino da humanidade e sua própria condição pensante se colocam, axiomáticamente, numa perspectiva teleológica, positivista e evolucionista, que mal disfarça seu pressuposto sobrenatural, supra-humano e/ou religioso. Não há dúvida quanto à nossa missão divina e a finalidade da nossa existência no mundo; há apenas problemas momentâneos de ordem técnica, organizacional e, principalmente, comunicacional. Ou seja, tudo que não se enquadra na premissa teleológico, no propósito providencial e no desígnio científico primal é, de antemão, desqualificado e descartado, prontamente etiquetado como ruído, interferência, cacofonia ou outras parábolas (maiores ou menores) da entropia. (ELHAJJI, 2007, p. 208)**



A institucionalização da história como disciplina acadêmica e do historiador como profissional destinado a escrever o conhecimento histórico coram esse caminho trilhado pela disciplina, que deixa de ser apenas a narrativa literária dos fatos para ser a história científica.

Por sua vez, o historicismo apresenta fundamentos e características diferentes. Ele está em construção no início do século XIX e, segundo Barros (2014), tem discussões tão abrangentes ao ponto de congregar, sob o mesmo teto epistemológico, pensadores como Ranke, que acha necessário contar os fatos como eles realmente aconteceram, e Droysen e Dilthey, que já trabalham com a questão da subjetividade histórica no fim do século XIX.

Outra clara dissociação entre o positivismo e o historicismo aparece na definição do conceito de homem para essas duas correntes do pensamento. Para os positivistas o homem é um ser imutável, “para os historicistas, um ser em movimento e em processo de diferenciação.” (BARROS, 2014, p. 68-69)

O historicismo, segundo Barros (2014), trouxe importantes contribuições para a fundamentação da história moderna, principalmente a Escola Histórica Alemã. Dentre

elas, podemos destacar a “crítica documental”, um método sistemático de crítica às fontes, ou seja, uma análise minuciosa sobre a fonte escolhida para determinado estudo, tentando extrair todas as informações relevantes dessa fonte e considerando todas as suas implicações. Além da “crítica documental”, devemos ressaltar a consolidação da história como disciplina universitária e a instituição da figura do historiador como legítimo detentor da tarefa de escrever a história, além de outras grandes contribuições dos historicistas alemães para esse campo. A fim de exemplificar a importância do historiador profissional, emprestaremos as palavras de José D’Assunção Barros, que afirma que:



[...] o “historiador científico”, passa a se dedicar cada vez mais ao exame do “concreto vivido” trazido pelas suas fontes, e a se distanciar cada vez mais das perspectivas teleológicas daquelas “filosofias da história” que buscavam antecipar um futuro e refletir essencialmente sobre o sentido e o ponto de chegada da história, mais do que sobre a história em si mesma. O historiador profissional que surge no século XIX, e que seguirá pelos séculos posteriores, estará muito claramente ocupado em sedimentar as suas reflexões em evidências, e em se afastar de especulações não comprováveis ou sem alguma base empírica. (BARROS, 2014, p. 55-56)

Em comparação com os paradigmas atuais, temos duas importantes características do historiador profissional da modernidade que merecem destaque. Primeiro, a ideia da problematização. Atualmente todo trabalho historiográfico que se preze parte da chamada “história-problema”, portanto, uma história que não é uma narrativa de um fato histórico, mas que busca contradições e falhas. Os historiadores modernos eram narradores da história, não problematizadores. A segunda característica é a análise factual. Atualmente, buscamos sempre as chamadas continuidades e rupturas nos processos, enxergamos os fatos como encadeados, ligados uns aos outros. Essa concepção não existe para o historiador moderno, que vê os fatos como únicos, exclusivos e sem relação com os demais acontecimentos.

Na próxima unidade, haverá uma profícua discussão sobre como a Escola dos Annales destronou os historiadores científicos do século XIX. Ficará claro para você que as concepções dos Annales parecem muito mais acertadas ao ofício do historiador do que os conceitos do historicismo alemão. Contudo, temos que ressaltar que, conforme já foi mencionado no início deste texto, cada um é filho de seu tempo, o contexto histórico define os parâmetros de nossa análise, e as contribuições dos historiadores modernos ainda estão muito vivas e presentes na atualidade, seja pelo cuidado com o método científico da história, seja pelo cuidado com a análise das fontes. Vivemos sobre a exegese da Escola dos Annales, mas somos filhos e devemos

o nosso status científico aos metódicos alemães.



### Exemplificando

É comum em discussões com profissionais que não são da área de história questionamentos sobre a veracidade da ciência histórica. Explico: muitas vezes, as pessoas que são leigas no assunto pensam que o historiador pode inventar a história, preencher as lacunas como um escritor bastante inspirado. Afinal de contas, qual é a diferença entre um historiador e um escritor ao escreverem sobre a Roma Antiga, por exemplo? A diferença, caro aluno, está no método e nas fontes. O escritor pode ser inspirado por fatos e acontecimentos históricos, pode mudar os fatos ao seu bel-prazer, escrever um livro todo dizendo como seria o desenvolvimento do Império Romano sem a influência do cristianismo, ele tem a liberdade e a licença poética para fazê-lo. Já o historiador chega a suas conclusões analisando as fontes disponíveis sobre a civilização romana, sejam elas escritas, imagéticas, da cultura material, primárias ou secundárias. Seu trabalho não vem do “achismo”, mas do método de análise das fontes. Ele escreve e baseia suas conclusões mediante as informações que as fontes lhe permitem chegar. Esse é o diferencial, aquilo que defina a história, mesmo no século XXI, como diria Marc Bloch (2001), como a ciência dos homens no tempo.



### Pesquise mais

Para aprofundar seus conhecimentos sobre as teorias da história, é necessária uma leitura mais densa sobre esse tema. Recomendo que você busque os livros citados neste material e que constam na seção Referências. Além disso, sugiro a leitura do artigo ***As dimensões do historicismo: um estudo dos casos alemães***, de Pedro Spinola Pereira Caldas, que faz um interessante percurso sobre a história metódica alemã. O link para o artigo está abaixo. Boa leitura!

Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/viewFile/9327/6419>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

### Sem medo de errar

Nesta seção, nos deparamos com o desafio de Guilherme, que foi aprovado na primeira etapa do concurso para o cargo de professor de história do instituto federal da sua cidade e que, na segunda fase, teve que elaborar uma redação sobre o tema da constituição da história enquanto ciência. Com muito esforço e dedicação,

Guilherme foi aprovado. Sua escrita baseou-se nas discussões apresentadas até aqui, demonstrando como a história deixou de ser apenas a narrativa literata dos fatos para galgar o patamar da ciência histórica.

## Avançando na prática

### A prática do professor-pesquisador

#### Descrição da situação-problema

Quando assumiu a vaga de professor de história do instituto federal, Guilherme começou a sua atuação profissional normalmente. Teve reuniões pedagógicas, conheceu o perfil dos seus alunos, elaborou seus planejamentos e começou a ministrar aulas para alunos das três séries do ensino médio. Eis que um novo desafio apareceu. Como parte das suas atribuições no novo cargo, Guilherme deve propor o desenvolvimento de um projeto de pesquisa com seus alunos. É claro que o nível da pesquisa deve ser condizente com as turmas, além disso, ele precisa ter os cuidados metodológicos necessários ao bom desenvolvimento do projeto.

#### Resolução da situação-problema

Sorte é quando a preparação encontra a oportunidade, e Guilherme estava preparado. Aproveitando os seus estudos da época do concurso para professor, ele utilizou-se dos conhecimentos sobre a pesquisa histórica, o desenvolvimento da história como ciência e do método de análise das fontes para propor um projeto no qual seus alunos deveriam realizar a análise de uma fonte histórica imagética. Os alunos teriam liberdade para escolher a imagem, mas teriam que seguir um roteiro predeterminado de análise dessa fonte, construído segundo os pressupostos metódicos que, em grande parte, ainda são baseados no que os historiadores metódicos do século XIX faziam.

## Faça valer a pena

### 1.



**Seu mundo contextual será o do assentamento da burguesia pós-revolucionária no poder, após os fracassos do projeto mais radical da Revolução Francesa e da derrocada definitiva da expansão napoleônica, sem mencionar o contexto decisivo da consolidação dos grandes estados nacionais que precisavam agora exercer um controle mais efetivo sobre a sua população, sobre o seu território e sua imagem. (BARROS, 2014, p. 12)**

O contexto histórico descrito na citação relaciona-se corretamente à(ao):

- a) Surgimento da história enquanto ciência.
- b) Elaboração inicial do positivismo como paradigma histórico.
- c) Surgimento do conceito científico das ciências naturais.
- d) Elaboração inicial do materialismo histórico dialético.
- e) Surgimento do idealismo alemão.

## 2.

**Desde que o cientificismo iniciou a busca pela objetividade na história, no século XIX, a partir do momento em que a história pretendeu fazer-se uma ciência; a discussão em torno da adoção de métodos e técnicas tornou-se uma necessidade tão premente como a composição teórica para fornecer sustentação científica ao discurso historiográfico. (RAMOS, 2010, [s. p.]**

O texto acima ajuda a reforçar a ideia da história enquanto ciência, uma vez que:

- I- Reforça a importância do método e das técnicas de pesquisa.
- II- Ressalta a importância da objetividade para a história.
- III- Opina sobre a importância das fontes confiáveis e oficiais para o historiador.
- IV- Apoia o uso do conceito de relativismo cultural no trabalho do historiador.

Estão corretas as afirmações:

- a) I e III
- b) I e II
- c) II e III
- d) III e IV
- e) II e IV

## 3.



Destruídos todos os documentos sobre um determinado período, nada poderia ser dito por um historiador. Uma civilização da qual não tivéssemos nenhum vestígio arqueológico, nenhum texto e nenhuma referência por meio de outros povos, seria como uma civilização inexistente para o profissional da História? A categoria documento define uma parte importante do campo de atuação do historiador e a amplitude de sua busca. (KARNAL; TATSCH, 2009, p. 9)

Com base no texto e nos estudos desta disciplina, podemos concluir que:

- a) O texto demonstra a importância das fontes para o historiador e apresenta uma alternativa metodológica caso as fontes de estudo sejam limitadas.
- b) O texto defende o ponto de vista dos historiadores metódicos, que não aceitam a análise de outro tipo de fonte que não seja as escritas e oficiais.
- c) O texto ressalta a importância das fontes para o trabalho do historiador, uma vez que sem elas a análise das civilizações é inviável.
- d) O texto critica a dependência do historiador em relação às suas fontes, uma vez que sem elas o trabalho do historiador é impossível.
- e) O texto ressalta a enorme diversidade de fontes existentes e como, mesmo as mais insignificantes aparentemente, são fundamentais para o ofício do historiador.



## Seção 2.2

### História e objetividade científica

#### Diálogo aberto

Como acompanhamos nas seções anteriores e na Apresentação desta unidade, a carreira do professor Guilherme segue a todo vapor, já que foi aprovado no concurso público de uma instituição federal de ensino e tem como atribuições o ensino da história e a apresentação da pesquisa na mesma área aos seus alunos. Neste momento, o desafio de Guilherme é desenvolver, com um grupo de estudantes, um projeto em que reconstituirão os passos da história enquanto ciência, realizando principalmente a análise das fontes históricas. Para isso, precisarão conceituar diferentes metodologias de análise documental, as quais são a base do ofício do historiador.

#### Não pode faltar

Caro aluno, nesta seção vamos aprofundar as nossas reflexões sobre a Escola Metódica, dita positivista. Para tanto, trabalharemos bastante com o seu grande representante, o historiador alemão Leopold von Ranke, e apresentaremos alguns conceitos importantes para a historiografia científica do século XIX, tais como a crítica documental e a hegemonia da história política nas narrativas históricas.

Antes de começarmos é importante explicar a diferença de dois conceitos que são quase homônimos e que podem gerar confusão: positivista e positivismo. O positivismo, que já foi discutido na seção anterior, refere-se ao pensador Auguste Comte, considerado um dos fundadores da sociologia. O pensamento comteano busca o entendimento de uma ordem universal, uma lei geral que regeria todas as sociedades do mundo. Segundo Barros (2014), Comte vê no mundo uma ordem que seria própria a todas as sociedades. Essa ordem está dividida em três estágios, pelos quais todas as civilizações deverão passar: o teológico, o metafísico e o positivo, auge da evolução social. Já a Escola Metódica alemã, que tem em Ranke seu grande precursor, é dita positivista. Segundo Reis (1995), essa nomenclatura positivista não tem

nenhuma relação com o positivismo de Comte. Muito pelo contrário: os metódicos negam a ideia do positivismo de que há uma regra universal para entender o mundo. O positivista dos metódicos tem relação com a crítica das fontes, que veremos mais adiante nesta seção.

Discutiremos bastante sobre o historiador Leopold von Ranke. Ele é o grande nome da Escola Metódica, dita positivista, na Alemanha, berço desse tipo de história. Contudo, é importante salientar que ele não era o único historiador alemão proeminente. Segundo Reis (1995), Johann Gustav Droysen e Heinrich von Sybel são outros grandes historiadores alemães considerados positivistas. Aliás, Sybel é o fundador da *Historische Zeitschrift* (Revista Histórica) em 1859, local-chave das publicações dos metódicos. Também é correto ressaltar que a historiografia metódica não se restringia única e exclusivamente à Alemanha. A França também foi um grande reduto dos pensadores positivistas. Nesse país, destacam-se as figuras de Charles Seignobos e Charles-Victor Langlois, responsáveis pelo famoso manual *Introduction aux Études Historiques* (Introdução aos Estudos Históricos). Vejamos um pequeno trecho desse manual, que demonstra claramente alguns dos pressupostos dos positivistas metódicos franceses:



**Nós nos propomos a examinar as condições e os procedimentos e indicar o caráter e os limites do conhecimento histórico. Como chegamos a saber do passado o que é possível e o que importa saber? O que é um documento? Como tratar os documentos com vistas à obra histórica? Que são os fatos históricos? E como agrupá-los para construir a obra histórica? Um ensaio sobre o método das ciências históricas. (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898 apud REIS, 1995, p. 47)**

Esses questionamentos feitos por Langlois e Seignobos na citação nos ajudam a compreender alguns dos princípios iniciais da Escola Metódica francesa. Por falar em gênese, voltemos para a análise de Ranke e do início da Escola Metódica. Para Ranke (1979, p. 142), havia apenas duas maneiras de adquirir conhecimento sobre os assuntos humanos: “através da percepção particular, ou através da abstração; o último é o método da filosofia, o primeiro de história”. Ele negava a filosofia da história, especialmente de Hegel, e queria buscar a verdade dos fatos históricos. Aliás, essa noção factual é muito importante, uma vez que Ranke e os metódicos negavam a ideia da universalidade da história. Para esses autores, cada fato era único, singular, não se repetia e não tinha relação com outros fatos anteriores e posteriores.



### Assimile

Nesta seção, abordamos três focos principais: primeiro, analisamos as particularidades do método histórico com base no historiador alemão

Leopold von Ranke, grande representante da Escola Metódica e defensor árduo da crítica documental. Em segundo lugar, definimos o que é a crítica externa dos documentos, que basicamente quer comprovar a sua autenticidade, e a crítica interna, que quer dar voz ao documento, para que ele conte a história como “realmente aconteceu”. Por último, debatemos sobre hegemonia da história política no século XIX, uma vez que ela representava para os historiadores metódicos o campo de excelência das discussões, uma vez que o indivíduo só teria relevância e força se estivesse relacionado ao Estado.

Apesar de negar a herança filosófica de Hegel, há em Ranke um traço do idealismo alemão, exatamente a questão sobre o conhecimento da história. Para ele, a história só é passível de ser conhecida na medida em que as singularidades são investigadas, pois o todo nunca se revelará para os homens: só Deus conhece a história universal e seu itinerário pertence apenas a ele. Apesar de não fazer análises, tentando narrar os fatos tal como aconteceram, Ranke sempre tentou preencher os vazios das narrativas utilizando seus conhecimentos críticos sobre os temas por ele estudados. Ele acreditava em uma narrativa isenta, sem excessos do historiador-observador. Para ele, sem a compreensão dos fatos não havia a história. Ranke é conhecido como o pai da história científica e lutou arduamente pela institucionalização do método, mas não podemos resumir o seu legado apenas ao empirismo, pois isso significaria reduzir sua importância a um ponto mínimo da sua perspectiva de história e diminuir sua contribuição à consolidação do historicismo como uma atitude historiográfica.

Conforme já foi explicado na seção anterior, Ranke era um homem do seu tempo e sua forma de fazer história serviria para justificar a burguesia poderosa do século XIX que financiava vários movimentos históricos importantes, como a unificação alemã. Por que é necessário ponderar sobre isso? Porque Ranke tinha à sua disposição um acervo muito grande de fontes. A história tinha a atenção do governo, havia investimentos para se conseguir fontes de estudo para os historiadores, expedições que buscavam documentos em vários locais do mundo. Ranke pôde, por exemplo, analisar as famosas *relazioni*, relatórios muito bem detalhados que os embaixadores venezianos deveriam enviar ao seu governo. Toda essa conjuntura deve ter despertado em Ranke um sentimento de responsabilidade sobre essa documentação. A sua narrativa seria o elo entre esses documentos, que deveriam contar os fatos como eles aconteceram, e o seu presente. Descortinar o passado e trazê-lo à tona. A história como ciência nos metódicos queria ser ética, sem exageros ou omissões: queria mostrar ao mundo o que realmente aconteceu no passado.

Para conseguir alcançar essa ética, os historiadores metódicos construíram um método de análise historiográfica. Dentre as principais características do método difundido pelos historicistas alemães, do qual Ranke tornou-se o grande representante, podemos elencar os seguintes tópicos, segundo José Carlos Reis (1995), utilizando a

análise de Bourd e e Martin (1983):



1- o historiador não é um juiz do passado, não deve instruir os contemporâneos, mas simplesmente dar conta do que realmente se passou; 2- não há nenhuma interdependência entre o historiador, sujeito do conhecimento, e o seu objeto, os eventos históricos passados. O historiador seria capaz de escapar a todo condicionamento social, cultural, religioso, filosófico em sua rela o com seu objeto, procurando a *neutralidade*; 3- a história - *res gestae* - existe em si, objetivamente, e se oferece através dos documentos; 4- a tarefa do historiador consiste em reunir um número significativo de fatos, que são *substâncias* dadas através dos documentos *purificados*, restituídos à sua autenticidade externa e interna; 5- estes fatos extraídos dos documentos, rigorosamente criticados, deverão ser organizados em uma sequência cronológica, na ordem de uma narrativa; toda reflexão teórica   nociva, pois introduz a especula o filosófica, a *priorissubjetivistas*; 6- a história-ciência pode atingir a objetividade e conhecer a verdade histórica objetiva, se o historiador observar as recomenda es anteriores. (REIS, 1995, p. 43)

Portanto, as fun es e regras para o trabalho do historiador estavam muito bem definidas, algo importante para aquele momento da historiografia. É interessante perceber que alguns dos pressupostos da Escola Metódica ainda são viáveis no paradigma atual da história. Quando os Annales fizeram sua crítica aos metódicos, havia a impressão de que tudo o que foi construído por Ranke e seus seguidores deveria ser abandonado por completo. Percebemos, por essa cita o, que não é bem assim.

O primeiro t pico cont m um exemplo disso. Os historiadores continuam não devendo realizar juízos sobre o passado, o que mudou foi a concep o de verdade. Já no segundo t pico há a discussão sobre a neutralidade do historiador. Na Escola Metódica, pensávamos que o historiador conseguiria ser imparcial, hoje temos consciência de que ele sempre será contaminado pelos seus conceitos, suas vivências e o contexto histórico no qual está inserido quando analisa um fato. No entanto, ainda vemos muito fortemente uma herança dessa concep o positiva da história. Repare quantos trabalhos de historiadores afirmam ter descoberto algo totalmente inovador, inédito, *verdadeiro*. O terceiro t pico ainda é totalmente utilizado. Não existe trabalho de qualquer historiador sem a análise das fontes. Elas é que tornam possível o ofício do historiador. No quarto t pico, temos a utiliza o dos seus pressupostos em parte.   verdade que o historiador reúne a maior quantidade possível de fontes

sobre determinado fato histórico para realizar a sua análise. O que mudou foi o foco. Hoje falamos em versões da história, enquanto que no século XIX o discurso era o da purificação das fontes para encontrar a verdade. Já o quinto tópico gera uma discussão fantástica em vários debates sobre a história. Os metódicos alertavam para os perigos ao se analisar uma fonte. Ela não deveria ser analisada, mas sim ouvida, relataria a história como realmente aconteceu, depois de criticada e considerada legítima. Hoje temos o discurso do relativismo. Cada historiador pode interpretar as fontes de formas diferentes, recorre a diversos métodos de análise e embasamentos teóricos e chega às mais variadas conclusões. Contudo, esse conhecimento é aparentemente muito pulverizado, dando a falsa impressão de que o historiador não tem um método único, de que preenche as lacunas ao seu bel-prazer.

Da mesma forma que alguns aspectos da história metódica ainda são válidos, o próprio Ranke refletia sobre os pressupostos do seu método, demonstrando que ele poderia ser em alguns momentos volátil:

Em História, é de valor incalculável, sem dúvida, a visão de determinado momento, em sua realidade, em sua evolução específica: o específico encerra em si o geral. Todavia, permanece sempre a exigência de encarar o todo, de um ponto de vista isento; aliás, é também o que de algum modo buscamos; da diversidade das percepções isoladas irá surgir natural e espontaneamente uma noção de unidade. (RANKE, 1979, p. 146, grifo nosso)

Apesar da força da narrativa individual do historiador, no trecho grifado, Ranke admite a possibilidade de que as várias percepções sobre um fato histórico podem naturalmente unir-se para criar uma noção de unidade.

Outro aspecto interessante é a questão da religiosidade. O protestantismo era muito forte em Ranke e em outros historiadores alemães, portanto, a sua visão de história sofria certa influência. Vejamos a citação a seguir:

A religiosidade de Ranke era, a um só tempo, cultural e pessoal. Sob muitos aspectos, ele foi um fruto característico de seu tempo e espaço. Como bom protestante alemão, não via conflito entre a ciência e a religião; para ele, a ciência, quando mais não fosse, possuía uma fundamentação religiosa. Portanto, falar de Ranke como cientista devoto é falar não metaforicamente, mas literalmente. (GAY, 1990, p. 79-80)

Percebemos pela citação que a questão da religião não é apenas uma influência, primeiro, porque não havia separação entre a crença pessoal e a profissional. A visão de história está toda impregnada com a ideia de uma divindade, que conhece unicamente os grandes movimentos da história. Segundo, porque o historiador não é influenciável por nada, ele é imparcial em todos os seus trabalhos. Contudo, devemos esclarecer que esta é uma característica muito forte do trabalho de Ranke, portanto, não abrange todos os historiadores metódicos.

Então, como podemos definir, de forma direta e precisa, a Escola Metódica, dita positivista? Dentre as várias definições possíveis para ela, talvez a de José Carlos Reis (1995) seja a mais didática. Segundo ele:



*A história científica, portanto, seria produzida por um sujeito que se neutraliza enquanto sujeito, para fazer aparecer o seu objeto. Evitará a construção de hipóteses, procurará manter a neutralidade axiológica e epistemológica, isto é, não julgará e não problematizará o real. Os fatos falam por si e o que pensa o historiador a seu respeito é irrelevante. Estes fatos existem objetivamente, em si, brutos, e não poderiam ser recortados e construídos, mas apanhados em sua integridade, para se atingir a sua verdade objetiva, isto é, eles deverão aparecer *tais como são*. Passivo, o sujeito se deixa possuir pelo seu objeto, sem construí-los ou selecioná-los. É uma consciência *recipiente*, que recebe o objeto exterior em si, ou uma consciência *espelho*, que reflete o fato tal como ele é, ou uma consciência *plástica*, que toma a forma dos objetos que se apresentam diante dela. Para obter este resultado, o historiador deve se manter isento, imparcial, emocionalmente frio e não se deixar condicionar pelo seu ambiente sociopolítico-cultural. (REIS, 1995, p. 43)*

Além das características muito bem definidas acima por Reis, devemos nos concentrar em dois outros aspectos importantes do trabalho do historiador metódico: a crítica documental e a hegemonia da história política. Segundo Reis (1995), a crítica documental tinha como objetivo elevar a fonte de um vestígio histórico para um fato em si, assim tornando direta a relação entre o historiador e o fato estudado.



*Assim, o historiador conseguia, ou acreditava nisto, pelo método crítico, resgatar as condições iniciais do trabalho das ciências naturais e parava aí, quando o conhecimento *positivo* nas ciências naturais começa a partir daí, da relação direta entre o observador e objeto; 2- o seu ideal de conhecimento*

verdadeiro: o da objetividade absoluta, conquistada pela imparcialidade, pela ausência de paixões ou a *prioris* e pela extração do fato em si, contido no real: o historiador não constrói o seu fato, ele o encontra já nos documentos; 3- a sua herança: a crítica textual e a sua exigência de rigor, de dúvida, de certeza, de verdade. (REIS, 1995, p. 51)

Continuando a discussão sobre a crítica das fontes, podemos dizer que ela envolve a crítica externa dos testemunhos, ou da autenticidade. Neste momento, é verificada a autenticidade do documento, a época em que foi produzido, sua origem, procedência, o motivo da sua constituição e se é ou não único.

Segundo Jean Glénisson (1983), a crítica interna, ou da sinceridade, é aquela na qual se verifica o conteúdo das informações do documento. Aqui percebe-se a instrumentalidade, a competência do pesquisador para a “boa compreensão do pensamento profundo do autor”. É neste momento que a fonte “falaria” com o historiador, relatando a verdade dos fatos. O historiador deveria ser cauteloso para não deixar nenhuma informação escapar do seu crivo, ao mesmo tempo em que não deveria exagerar e criar interpretações pessoais para as fontes, distorcendo a realidade. Vejamos abaixo um quadro que tenta resumir de forma precisa as principais características da crítica documental do método histórico:

## O MÉTODO HISTÓRICO

**Heurística:** localizar, reunir e classificar as fontes históricas.

**Crítica externa dos documentos:** avaliar se o documento é verdadeiro ou falso; tentativa de restaurar o documento ao seu estado original; determinar a data, o local, a autoria e a origem.

**Crítica interna:** hermenêutica: interpretação, que consiste em apreender o conteúdo exato e o sentido de um texto; consiste em avaliar se são confiáveis as informações contidas no texto; restabelece o grau de conhecimento direto efetivo que poderia ou não ter o autor, segundo sua posição em relação aos fatos que enuncia. A forma de proceder é a comparação sistemática de todos os testemunhos disponíveis para cada fato, dado ou processo.

Além de Ranke, temos outros historiadores menos conhecidos que contribuíram enormemente para dar corpo ao campo teórico da Escola Metódica. Vejamos a seguir uma série desses historiadores e suas respectivas contribuições:



[...] reside na obra de Barthold Niebuhr, sobretudo sua História romana, na qual desenvolveu inovadoras técnicas de crítica histórica documental, buscando evitar tanto o anacronismo quanto a reprodução acrítica do que diziam os documentos. Partindo dos avanços recentes tanto da filologia quanto da hermenêutica, Niebuhr indicou para os historiadores duas operações fundamentais da história: a heurística e a sistemática. Sua contribuição é enorme, bem como a repercussão de suas pesquisas; basta ver seu reconhecimento por Ranke e Droysen; ambos revelam sua dívida metodológica a Niebuhr, que realmente constituiu um momento de inflexão nas técnicas de pesquisa histórica na Alemanha. Essa tradição veio, sobretudo, da escola filológica de Göttingen, que promoveu o exame crítico e rigoroso dos clássicos antigos e das fontes, preconizada por Wolf e Böckh. (BENTIVOGLIO, 2010, p. 29)

Vimos nesta citação uma série de autores que contribuíram grandemente para o desenvolvimento do método da Escola Metódica. Não queremos aqui retirar o protagonismo de Ranke, até porque o próprio Bentivoglio (2010, p. 30) ressalta que Ranke era famoso pelo “modo como escolhia seus objetos de estudo, a forma como submetia as informações à crítica, bem como suas narrativas profundamente articuladas e expressivas”.

Para finalizar as discussões desta seção, vamos trabalhar com a escolha pelo viés político nos trabalhos dos historiadores da escola positivista. Afinal de contas, por que essa hegemonia da história política? Primeiro, vamos pontuar a participação dos historiadores metódicos na política da época:



A participação dos historiadores nos assuntos políticos deixava claro que eles disputavam com os filósofos e os políticos o papel de tematizarem a liberdade, e de refletirem sobre a política ou a governança. Esse envolvimento político expressa um período decisivo da história alemã, vivido entre a derrota para Napoleão e a vitória na Guerra Franco-Prussiana. Segundo Norbert Elias, a “vitória dos exércitos alemães sobre a França foi, ao mesmo tempo, uma vitória da nobreza alemã sobre a classe média alemã” (1997: 26). Com isso, eles trocavam “decisivamente, o idealismo burguês clássico pelo manifesto realismo do poder”. (ELIAS, 1997, p. 27 apud BENTIVOGLIO, 2010, p. 47)





### Exemplificando

Como vimos nesta seção, havia um predomínio da história política durante o Século da História, ou seja, o XIX. Esse predomínio é explicado, em parte, pela grande importância que se dava ao Estado nessa época e ao fato de que o homem só era considerado um indivíduo relevante se estivesse participando do Estado. Com a Revista dos Annales, em 1929 iniciou-se, nas palavras de Peter Burke, a “revolução francesa da historiografia”. Novas fontes, novas metodologias e novas abordagens foram incorporadas ao ofício do historiador, e trabalhos sobre as mais diversas temáticas multiplicaram-se, como no âmbito econômico, social, cultural, do ensino, da história vista de baixo, enfim, as possibilidades são infinitas. Contudo, em quase todo o século XX a história política, antes considerada, segundo Jacques Le Goff, como a “ossatura da história”, ficou esquecida. Tivemos a partir da década de 1970 um renascimento das temáticas relativas à história política, com um método de análise também renovado. Para entendermos melhor como ocorreu esse renascimento, indico a leitura do texto de Rafael Willian Clemente intitulado ***História política e a “nova história”: um breve acerto de contas***, disponível no link abaixo. Nele, o autor faz um interessante histórico desde a crítica dos Annales até os trabalhos mais recentes relacionados à temática da política na história.

Disponível em: <<http://web.unifoa.edu.br/cadernos/edicao/16/45.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

Novamente, chamamos a atenção para o contexto histórico da Escola Metódica: o século XIX. Época da unificação alemã, da união de 39 Estados germânicos sob uma mesma coroa. O espaço de discussão dos historiadores alemães era a política porque ela tinha uma grande proeminência no seu cotidiano. Era na esfera política que se desenrolava o que era de mais caro e importante na vida dos povos germânicos. Esse também foi o momento de surgimento do conceito de Estado-nação, fenômeno perceptível em outros movimentos históricos, além da unificação alemã, como a unificação italiana e a terceira república francesa.

Além disso, a concepção de Estado era fundamental para os historiadores do XIX. Ranke e seus correligionários acreditavam que o indivíduo apenas existiria no Estado, por isso, a história que Ranke escreveu privilegiou os fatos políticos e negligenciou as outras esferas da sociedade. Para eles o Estado é a expressão da coletividade, o responsável por representar um país frente a outro. Para Ranke, o Estado tinha as características de um indivíduo, portanto, só inserido no Estado era possível discutir sobre política.



### Refleta

É de senso comum que a história que chega até nós é, muitas vezes, a história dos vencedores. Vimos nesta seção que os historiadores metódicos tiveram auxílio de seus governos para desenvolver suas pesquisas e que o discurso da historiografia do século XIX servia de justificativa para o poder da burguesia pós-iluminista que estava se estabelecendo. Podemos, assim, questionar a tão alardeada neutralidade dos metódicos? Será que a posição desses pesquisadores não seria apenas um modo de convencer seus interlocutores a aceitar o discurso que serviria a um poder maior, nesse caso ao Estado?



### Pesquise mais

Para aprofundar os seus conhecimentos sobre o tema desta unidade, recomendo a leitura do artigo ***Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a escola histórica prussiana e a Historische Zeitschrift***, do professor adjunto de Teoria da História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Julio Bentivoglio. Nesse artigo, Bentivoglio traça um histórico detalhado do surgimento da Escola Metódica. Destaque para as matrizes formadoras dessa escola e para a explicação dos trabalhos de outros grandes historiadores para além de Leopold von Ranke. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/viewFile/28629/16070>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

## Sem medo de errar

Na primeira etapa do projeto, o professor Guilherme pediu aos seus orientandos que fizessem um levantamento dos diversos métodos de análise das fontes que passaram pelas escolas históricas. Em seguida, chamou a atenção sobre o método de análise documental estabelecido pela Escola Metódica, por ser este o grande precursor da história como ciência. Neste momento, o professor reconstruiu, por meio da pesquisa dos alunos e com eles, os conceitos relacionados à crítica “interna” e à crítica “externa” dos documentos, procurando exemplificar tais ideias com uma análise feita sob tais preceitos. Ao final do projeto, o professor Guilherme trouxe alguns documentos da instituição em que estão e propôs aos seus alunos que eles próprios fizessem suas análises documentais, segundo a metodologia da crítica interna e externa para, posteriormente, entenderem por que novos modelos de análise documental surgiram no decorrer da história.

## Avançando na prática

### Unindo diferentes métodos de análise das fontes

#### Descrição da situação-problema

O nosso personagem, o professor Guilherme, foi convidado para ajudar um colega do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em um trabalho conjunto. Ele deverá colaborar na análise de algumas fontes relacionadas à Crise do Encilhamento, que ocorreu durante a Primeira República. Hoje, não estamos mais sob o paradigma da Escola Metódica, todavia, ainda é necessária a análise das fontes.

Guilherme tentará unir as características de análise das fontes dos metódicos do século XIX com as concepções relativas a fontes atuais. Por exemplo: atualmente não utilizamos apenas documentos oficiais e ligados somente a fatos políticos. Contudo, a observação detalhada da fonte para recolher todas as informações possíveis, o cuidado com todos os detalhes é um legado do trabalho da crítica interna dos metódicos. É claro que não buscamos mais a história que realmente aconteceu, mas analisaremos cada fonte com o rigor *a la* Ranke para não deixar nenhum detalhe passar despercebido.

#### Resolução da situação-problema

Mesclando os conhecimentos sobre a análise das fontes atuais e da Escola Metódica, dita positivista, Guilherme e seu colega do IPHAN conseguiram realizar uma brilhante análise das fontes disponíveis relacionadas à Crise do Encilhamento. O trabalho ficou tão bom a ponto de eles conseguirem condensar seus resultados em um artigo que foi publicado em uma importante revista científica de história.

## Faça valer a pena

**1.** Leopold von Ranke é conhecido com o pai da história científica. Seu rigor na escolha e análise das fontes deram ao historiador um caráter profissional, e seu método, embora não seja mais usado pelos historiadores, é notadamente reconhecido pela sua organização meticulosa.

Sobre o trabalho com as fontes proposto por Ranke, assinale a alternativa correta:

- a) Para que o trabalho do historiador seja o menos subjetivo possível, Ranke recomenda que somente as fontes escritas, de caráter oficial ou não, sejam analisadas e interpretadas pelo historiador.
- b) Para Ranke, somente os documentos escritos e oficiais servem como

fonte da história, que sempre busca a verdade dos fatos e que permite que a fonte fale por si só.

c) Ranke não fazia nenhuma restrição a fontes no seu método. Para ele, o que importava era a análise meticulosa da fonte, seja ela escrita, imagética ou mesmo não oficial.

d) É no período rankeano que os novos objetivos e as novas abordagens surgem, ampliando consideravelmente a atuação do historiador.

e) Segundo Ranke, a verdade na história é sempre subjetiva, portanto, não importa quais são os tipos de fonte que iremos analisar, mas o método que usaremos nessa empresa.

## 2.



O intelectual alemão também se pode vangloriar do que a ciência trouxe de benefício do povo (...) o desempenho individual de cada um de nós, em comparação com o todo, é de tal forma ínfimo que aparece como um soldado no campo da batalha em que combateu (...) Muito antes de as armas alemãs ganharem nos campos de batalha, a pesquisa alemã, em seus campos, conquistou o conhecimento e forçou nossos vizinhos a aprender nossa língua. (MOMMSEN 2011 apud MARTINS, 2010, p. 114-115)

A citação nos mostra o quão forte era o orgulho alemão com relação ao desenvolvimento das pesquisas científicas em seu país. Dentre essas ciências, com certeza a história era, graças à Escola Metódica, uma das mais destacadas. Com base nessas informações e nos seus conhecimentos, assinale a alternativa que contempla corretamente os principais pressupostos dos historiadores seguidores de Leopold Von Ranke.

a) A Escola Metódica abrangia grandemente o campo das fontes, permitindo o uso de vários tipos de documento.

b) Os historiadores metódicos buscavam uma abordagem mais interdisciplinar, admitindo o diálogo com outros campos do conhecimento, como a antropologia e a geografia.

c) A busca dos historiadores metódicos pela verdade e a importância que eles davam aos documentos oficiais, não admitindo outro tipo de fonte, são dois de seus pressupostos mais importantes.

d) Na verdade, os pressupostos dos seguidores da Escola Metódica e os dos historiadores dos Annales são praticamente os mesmos: análise de múltiplas fontes históricas sempre em busca da verdade.

e) Os historiadores metódicos eram completamente desprendidos da ideia de que a história deve ser escrita apenas por documentos escritos e que não se deve utilizar fontes não oficiais.

### 3.

1- o historiador não é um juiz do passado, não deve instruir os contemporâneos, mas simplesmente dar conta do que realmente se passou; 2- não há nenhuma interdependência entre o historiador, sujeito do conhecimento, e o seu objeto, os eventos históricos passados. O historiador seria capaz de escapar a todo condicionamento social, cultural, religioso, filosófico em sua relação com seu objeto, procurando a neutralidade; 3- a história - res gestae - existe em si, objetivamente, e se oferece através dos documentos; 4- a tarefa do historiador consiste em reunir um número significativo de fatos, que são substâncias dadas através dos documentos purificados, restituídos à sua autenticidade externa e interna; 5- estes fatos extraídos dos documentos, rigorosamente criticados, deverão ser organizados em uma sequência cronológica, na ordem de uma narrativa; toda reflexão teórica é nociva, pois introduz a especulação filosófica, a priorissubjetivistas; 6- a história-ciência pode atingir a objetividade e conhecer a verdade histórica objetiva, se o historiador observar as recomendações anteriores. (REIS, 1995, p. 43)

Agora, analise as frases abaixo, que comentam sobre os pressupostos da Escola Metódica, presentes no texto-base desta questão:

I- Os historiadores continuam não devendo realizar juízos sobre o passado, o que mudou foi a concepção de verdade.

II- Não existe trabalho de qualquer historiador sem a análise das fontes. Elas é que tornam possível o ofício do historiador.

III- O historiador reúne a maior quantidade possível de fontes sobre determinado fato histórico para realizar a sua análise. Ainda hoje o historiador busca a verdade dos fatos.

IV- Os metódicos alertavam para os perigos ao se analisar uma fonte histórica. Ela não deveria ser apenas analisada, mas também interpretada.

Estão corretas as frases:

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

## Seção 2.3

### A história tradicional

#### Diálogo aberto

A carreira do professor Guilherme continua cheia de desafios. Após as aulas do primeiro semestre, quando ministrou a disciplina Teorias da História, ele percebeu que seus alunos tiveram bastante facilidade em trabalhar com os conceitos atuais da história, principalmente aqueles ligados à Escola dos Annales. A crítica veemente de autores como Bloch e Febvre estava “na ponta da língua” dos seus discentes. Contudo, nosso professor percebeu que, ao tratar dos historiadores metódicos, os alunos tinham pouco conhecimento e mostraram, de certa forma, preconceito com relação a grandes nomes como Droysen e Ranke, talvez pela maneira como a crítica dos Annales trata esses autores. Ao mesmo tempo, Guilherme percebeu que em muitas de suas falas, seus alunos demonstravam conceitos caros aos metódicos. Mesmo sem saber, estão impregnados de conceitos rankeanos da verdade na história e do gosto pelas fontes escritas. Nesse momento de reavaliação do seu planejamento visando à nova turma do próximo semestre, Guilherme decidiu por mudar o seu planejamento, e é nisso que vamos ajudá-lo. Nesse planejamento, o docente irá aprofundar a explicação sobre a Escola Metódica, dando ênfase aos legados e à importância dos conceitos de grandes historiadores para os desdobramentos da história contemporânea. Veremos agora quais pontos-chave serão resgatados por Guilherme sobre a Escola Metódica.

#### Não pode faltar

A história no século XIX estava intimamente ligada ao Estado. Tal ligação pode ser considerada de mão dupla. Ao mesmo tempo em que os Estados buscavam a afirmação das suas nacionalidades na história, financiando trabalhos de historiadores com caráter patriótico e exaltador, a história bebia incansavelmente dos fatos políticos gerados pelos Estados para saciar seus trabalhos. Tal fato é justificado por Dantas da seguinte maneira:



Durante o século XIX, a Europa se viu mergulhada nos movimentos de unificação e de afirmação das nacionalidades. Assim, Estados como: Alemanha, Inglaterra, França e Itália se despertam pelo estudo do passado, buscando neste, as origens de um sentimento de nacionalidade, ou seja, os fundamentos de uma nação. Pois, as bases de sustentação do poder, diante do ideário liberal burguês, não se encontravam mais no plano divino, mas, sim, na legitimidade conferida pelo povo ao seu governante. De tal modo, da relação entre o povo e nação, advinda após a implantação do Estado burguês, é que se depreendem as bases do nacionalismo. (DANTAS, 2007, p. 1)

A história tradicional dava muita ênfase aos conflitos bélicos. Isso é um fato importante para o entendimento da Escola Metódica. Segundo os historiadores dessa escola, os metódicos, o indivíduo só era importante se estivesse inserido no Estado. Todos os grandes trabalhos biográficos do século XIX consideram que o indivíduo só é histórico quando participa ativamente da política e das ações cotidianas do seu país. Dada a importância do Estado, surgiu o pensamento de que a guerra era louvável e imprescindível para a constituição de uma nação. Só pelo campo de batalha um país seria formado com seu caráter total e irrestrito. Segundo esse pensamento, toda nação deveria passar por uma grande guerra para conseguir se estabelecer.

A história tinha poder político e era usada pelo Estado, seu grande financiador, tanto na formação patriótica dos cidadãos quanto para justificar a luta contra seus inimigos. Pela história se mostrava que sempre uma nação estava combatendo outra, assim, as guerras eram justificadas como naturais tanto quanto os inimigos, exaltando o sentido geral de nação.

Tal pensamento era justificado com vários exemplos interessantes: a Revolução Americana (1776), as guerras de unificação da Itália (1870) e da Alemanha (1871) e até mesmo Guerra do Paraguai (de 1864 a 1870) eram utilizadas para demonstrar que, após esses grandes conflitos, os países em questão estavam prontos e maduros.

Por característica, os historiadores metódicos analisavam a história de forma factual, não havia relação de causa e consequência entre dois grandes eventos históricos, um não dependia do outro, tinha sua grandeza e características próprias, o fato não tinha repetição, não era comparável. Juntando a importância dada ao Estado no século XIX com a característica de análise factual dos metódicos, temos a conclusão de que não haveria fato histórico mais suscetível à análise dos discípulos de Ranke do que um conflito bélico.



Não queremos dizer que as guerras não devam ser estudadas. Até hoje há análises fantásticas sobre a importância das guerras para a história, como as do historiador John Keegan em *Uma história da guerra*. O que foi criticado pela Escola dos Annales, que estudaremos na próxima unidade, é o caráter factual da guerra que levou à preferência excessiva de estudo nesse único tipo de conflito. A guerra sendo factual ajudou a definir essa mesma característica na própria Escola Metódica.

Discutimos nas seções anteriores desde a formação do que chamamos de historicismo até a sua total constituição, elevando a história ao campo científico. Também falamos várias vezes que atualmente há outro paradigma em vigor: os Annales e seus desdobramentos. Então, é correto afirmar que o historicismo acabou? A Escola Metódica morreu?

É praticamente impossível determinar o fim do historicismo, pois a concepção de fundo da ciência histórica permanece inspirada por ele até hoje. Elementos essenciais da concepção metódica e da intenção didática do conhecimento histórico do historicismo condicionam ainda atualmente a ciência histórica. Está claro, no entanto, que o historicismo de modo algum goza de unanimidade ou mesmo de posição predominante na ciência histórica contemporânea. As técnicas de pesquisa, a linguagem e as funções formativas modernas da ciência histórica ampliaram e, em parte, superaram definitivamente a metodologia universalista do historicismo. (MARTINS, 2002, p. 4)

Segundo Barros (2010), existem três características primazes para a determinação da Escola Metódica: a crítica e o conseqüente distanciamento do positivismo comteano; a elaboração do método que aproximava a história de uma concepção empírica científica; a hermenêutica. Esta última característica seria a mais complexa de se configurar. Ainda para Barros (2010) havia um grupo de historiadores convencidos de que o historiador poderia se afastar do seu objeto de estudo alcançando a neutralidade, ou seja, realizando um trabalho que apenas narra os fatos, sem lhes imputar juízo de valor, mesmo que indiretamente ou inconscientemente. No entanto, havia outra corrente dentro do historicismo que pensava diferente e que pendia para o que chamamos de relativismo.

Os setores mais avançados do Historicismo iriam tender a uma virada relativista e a uma intensificação cada vez maior da consciência histórica, incluindo no seu arco de contribuições deste o Droysen de *Historik*, até o Dilthey de *Introdução às Ciências do Espírito* e, mais tarde, as grandes contribuições

**modernas para o desenvolvimento da hermenêutica que seriam desenvolvidas por Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur, mas isto já no século XX. (BARROS, 2010, p. 81)**

Inteligentemente, os representantes dos Annales não direcionam suas críticas aos setores mais avançados do historicismo. Eles a direcionam para aspectos que já eram questionados por outros campos do conhecimento, como a ênfase na história factual. Entretanto, é importante salientar que os próprios historicistas, considerados por Barros (2010) como avançados, questionam a supremacia do fato.



Havia, por exemplo, um historicismo que, aprofundando a ênfase na preocupação em estudar os particularismos históricos, o singular, o que não se repete – tendeu a uma supervalorização do acontecimental e a elaborar o que mais tarde seria chamado pelos historiadores dos Annales de “história factual” ou “história historizante”. Entre estes, havia os que, mesmo já em fins do século XIX, ainda advogavam uma neutralidade típica dos historicistas do início do século. Mas havia também os historicistas que já estavam bem avançados na reflexão hermenêutica. Já mencionamos historiadores e filósofos historicistas como Droysen e Dilthey, e mais tarde surgiria a contribuição de Gadamer, Koselleck e Paul Ricoeur. (BARROS, 2010, p. 82)

Portanto, chegamos à conclusão de que a narrativa factual da história correspondia a um importante pilar para a historiografia do século XIX, mas este não era hegemônico entre os historicistas. Temos no fim do XIX e início do XX questionamentos dentro do próprio grupo dos metódicos sobre duas de suas principais características: a neutralidade e a história factual. Esse questionamento é anterior à Escola dos Annales e pode ter sua origem nos questionamentos de outros pensadores de outros campos do conhecimento. Embasando-se nos argumentos de sociólogos como François Simiand (1903), Dias (2012) aponta que a ciência social desferiu o primeiro golpe sobre a história política, pois criticava a história individualista dos defensores do político, ressaltando lacunas ao não analisar as organizações de caráter social, como a igreja e a família. Crítica também a relação de causa e efeito das explicações e busca argumentos nas estruturas mais profundas. Simiand (1903) também afirma que a história política ainda estava presa nos indivíduos, enquanto que a ciência social já focava as instituições. Se pensarmos que o grande foco dos metódicos era sobre a narrativa política da história, perceberemos nas conclusões de Dias (2012) o início das críticas mais veementes aos historiadores metódicos anteriores aos Annales.

Além das críticas já estabelecidas, é fundamental determinarmos aqui o que constituiu a história explicativa e a história compreensiva, arcabouço metodológico fundamentado nos ideais do sociólogo alemão Max Weber, principalmente perceptível na sua grande obra de 1905. *A ética protestante e o espírito capitalista*. Uma das grandes preocupações não só de Weber, mas de vários filósofos neokantianos era combater o pressuposto positivista de que as ciências da natureza e as ciências sociais deviam adotar o mesmo método. Para Weber (1997, p. 6), o trabalho científico não deveria se limitar à “redução da realidade empírica a certas leis”.

Segundo Cohn (1979), Weber afirmava que o método explicativo deveria ser usado nas ciências duras, exatas, como a física, a química ou a matemática. Ainda segundo o mesmo autor, as ciências sociais, como a história e a própria sociologia, se valeriam de um método compreensivo, que alteraria os pressupostos da análise explicativa das ciências naturais.

**No campo das ciências sociais, [...] o que nos interessa é o aspecto qualitativo dos fatos. [...] Nas ciências sociais, se trata da intervenção de fenômenos espirituais, cuja “compreensão” por revivência constitui uma tarefa especificamente diferente da que poderiam, ou quereriam, resolver as fórmulas do conhecimento exato da natureza. (WEBER, 1997, p. 90)**



Para esse pensamento, não se pode tratar um acontecimento político da mesma forma que se trata uma reação química. O método explicativo traria em suas definições conceitos mais ligados à exatidão. Por conseguinte, a história, a sociologia e outras ciências humanas deveriam prezar pelos métodos compreensivos, capazes de extrair os sentidos das ações e das relações sociais. As ações sociais para Weber eram muito subjetivas e por isso necessitavam de outro método de análise. Para ele não seria possível chegar a resultados precisos nas análises sociais, uma vez que a própria ação dos homens no tempo e no espaço não é metodicamente organizada.

A perspectiva metodológica weberiana compreende que por mais dedicado que o cientista seja, ele nunca alcançará a totalidade dos fatos. Esse método destaca que mesmo o cientista mais dedicado nunca será neutro ao objeto de estudo, pois, como ser social, está contaminado por seus valores, crenças e determinações que cedo ou tarde vão transparecer, mesmo que indiretamente, no seu trabalho. Percebemos aqui, no campo sociológico, com um dos gigantes dessa ciência, dois elementos básicos da crítica aos historiadores metódicos: a pretensão de alcançar a totalidade dos fatos, a verdade como realmente aconteceu, e a pretensão da neutralidade do cientista diante do seu objeto.

Apesar de criticada e da própria mudança de paradigma da história no início do século XX, a renitência da história tradicional no ensino e no senso comum ainda é muito grande. É extremamente comum em convenções, simpósios e até mesmo em trabalhos acadêmicos a frase “na verdade, a minha pesquisa está correta e as anteriores falharam”. Isso é um demonstrativo de que os legados da Escola Metódica permanecem conosco. Em pesquisas, percebemos uma grande preferência por fontes escritas. Nas escolas, os alunos são extremamente preocupados em decorar nomes, datas e em encadear cronologicamente os principais fatos históricos.



**No estudo da História, o aluno deveria memorizar os acontecimentos passados – da sociedade civilizada – para que nunca se esquecesse do ônus pago por seus ancestrais, para que o mundo pudesse se modernizar e progredir. O culto aos antepassados, aos heróis, foi muito importante, juntamente com o respeito às tradições e aos símbolos, que representaram essas tradições, tendo a função de manter sempre viva a memória dos acontecimentos passados. (FAUSTINO; GASPARIN, 2001, p. 165-166)**

Faustino e Gasparin (2001) fazem uma análise interessante sobre as influências do positivismo de Comte e da Escola Metódica, dita positivista, de Ranke no ensino de história. Ao lermos o seu texto, ficamos interessados e assustados com os seus relatos. Em determinado momento, para exemplificar a influência do positivismo no ensino de história, tais autores afirmam que:



**No final do século XIX até a primeira metade do século XX, os conteúdos da História eram compostos de exaustivas narrações das origens das grandes nações e dos feitos dos grandes estadistas. O ideal presente nesse ensino era o do progresso contínuo, aprendido através do estudo dos fatos, representado pela linearidade e superposição constante dos acontecimentos, demonstrando, assim, que o curso da história é sempre ininterrupto e gradual. (FAUSTINO; GASPARIN, 2001, p. 165)**

Essa definição parece claramente com inúmeras aulas de história de que já participamos ao longo dos anos. Contudo, espanta a afirmação de que essa seria uma característica das aulas de história da virada do século XIX para o XX! Nada mais claro do que essa afirmação para percebermos a influência dos metódicos nas nossas salas de aula.

Se fizermos uma análise dos livros didáticos mais vendidos no Brasil atualmente, perceberemos muitos dos pressupostos de Ranke, Langlois, Seignobos, Droysen e de outros autores das Escolas Metódicas alemã e francesa. Apesar de vivermos sob e exegese de um paradigma contemporâneo advindo da Escola dos Annales, que apregoa o estudo das vertentes sociais e culturais da história, defende o relativismo cultural, afirma que a história é a análise de várias versões da história, que ampliou absurdamente o leque das fontes, quando se trata do chão da escola, a Escola Metódica está mais viva do que nunca.

Concluimos então que, apesar de destronada, a Escola Metódica ainda permanece no senso comum e no ensino de história e que a principal característica renitente dessa escola histórica na atualidade é a narrativa factual, sobretudo dos conflitos bélicos. Vimos também que a crítica aos metódicos se iniciou muito antes da Revista dos Annales, em 1929. Ela tem início desde os pressupostos da sociologia compreensiva de Max Weber.



### Assimile

Nesta seção, aprendemos que os historicistas tinham uma grande preferência pelos estudos dos conflitos bélicos porque eles justificavam a afirmação dos Estados nacionais enquanto países fortes e autônomos, o que se apresentava como uma grande fonte de estudo para esses historiadores, que privilegiam a análise factual de cada acontecimento e viam na guerra um exemplo claro da história factual ligada ao Estado. Também compreendemos melhor o início das críticas ao paradigma historicista, que tem origem antes mesmo dos Annales, com a sociologia compreensiva de Weber. Finalizamos a seção com a percepção de que os pressupostos da escola rankeana ainda estão presentes no senso comum e principalmente no ensino de história.



### Refleta

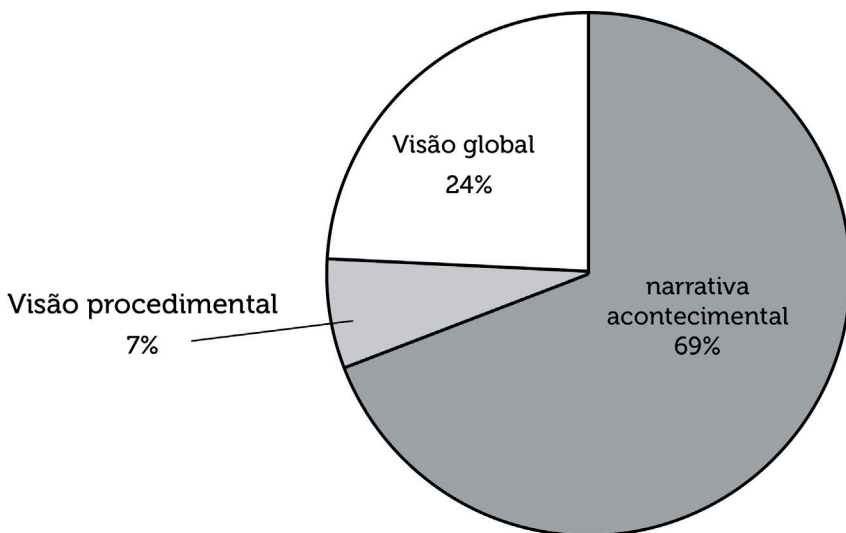
A Escola dos Annales, a partir de 1929, começou a destronar a Escola Metódica. Bloch, Febvre e Braudel, entre outros, destruíram o edifício metodológico de Ranke e seus seguidores. Contudo, quando tratamos do ensino de história, os pressupostos dos Annales ainda não são hegemônicos. Como poderíamos explicar essa grande contradição entre o ideal de história das universidades e o dia a dia das nossas salas de aula?



### Exemplificando

Durante os estudos, trabalhamos com a questão da persistência dos pressupostos da Escola Metódica no ensino de história. Para exemplificar essa situação, proponho a leitura de um artigo que faz a análise de livros didáticos. A análise em si é interessante, mas não é o nosso foco principal. Queremos que você se atente para os diversos pontos em que as autoras percebem que os ideais metódicos ainda são fortes nos livros. A seguir está o link para o texto e o gráfico.

Gráfico 2.1 | PNLD 2005 – perspectiva de história veiculada pelas coleções



Fonte: elaborado a partir dos relatórios técnicos MEC/SEF e pareceres técnicos das coleções. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882004000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000200006)>. Acesso em: 7 fev. 2017.



### Exemplificando

O ensino de história tem se transformado nos últimos 30 anos no Brasil e no mundo. Apesar do viés tradicional, há vários trabalhos interessantes com uma perspectiva de história bastante moderna. Para ter uma ideia desses avanços, veja a entrevista, que está no link a seguir, da professora doutora Isabel Barca, pesquisadora portuguesa da área de ensino de história.

Disponível em: <<http://acervo.novaescola.org.br/fundamental-2/isabel-barca-fala-ensino-historia-743165.shtml>>. Acesso em: 9 fev. 2017.



### Pesquise mais

Para aprofundar ainda mais seus conhecimentos sobre os conteúdos abordados nesta seção, recomendo a leitura do artigo ***A influência do positivismo e do historicismo na educação e no ensino de história***, de Rosângela Célia Faustino e João Luiz Gasparin. Nesse artigo, os autores fazem um breve e interessante histórico do positivismo e do historicismo e tratam das influências dessas duas grandes correntes do pensamento no ensino de história. Um trabalho muito bem feito, que relaciona perfeitamente a teoria da história e o ensino dessa disciplina.

Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:LGP7\\_b9D61gJ:ojs.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/download/2765/1896+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:LGP7_b9D61gJ:ojs.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/download/2765/1896+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 9 fev. 2017.

### Sem medo de errar

Mais um semestre concluído na carreira do professor Guilherme. Chegou a hora de avaliar o seu planejamento e ver se o que foi proposto no início do semestre deu certo ou não. Como já explicamos no início da seção, Guilherme havia percebido que seus alunos do semestre anterior tiveram algumas dificuldades com os pressupostos da Escola Metódica. Seus alunos se apegaram em demasia à Escola dos Annales e chegavam a ser preconceituosos em alguns comentários. Neste semestre, o professor aprofundou as discussões sobre os historicistas, focando principalmente nas heranças metodológicas que os metódicos nos deixaram e na persistência de alguns conceitos dessa escola tanto no senso comum quanto no ensino de história. No fim do semestre, veio o resultado: seus alunos olharam com muito mais admiração para os historiadores do século XIX, entenderam a importância do Século da História e ficaram admirados com a força de um modelo historiográfico que resiste, em certo ponto, ao tempo e ao paradigma dos Annales. Missão cumprida, agora é a hora de aproveitar as férias porque o próximo semestre será novamente cheio de desafios.

### Avançando na prática

#### O ensino de história na pedagogia

##### Descrição da situação-problema

Um trabalho bem feito sempre gera bons resultados que, muitas vezes, são surpreendentes. O professor Guilherme teve uma aluna chamada Alessandra que se interessou bastante pela sua metodologia e o procurou no fim do semestre para fazer-lhe uma proposta de trabalho: ela era coordenadora de pós-graduação

do curso de Pedagogia, voltado para pedagogos recém-formados que querem aumentar suas habilidades de ensino específicas para cada disciplina. Ela propôs a Guilherme que adaptasse sua aula para um curso rápido, de oito horas, sobre o ensino de história.

### Resolução da situação-problema

Guilherme ficou bastante animado com essa nova oportunidade profissional e aceitou o convite. Na aula, ele aproveitou suas discussões sobre a persistência de alguns conceitos da Escola Metódica no ensino de história para iniciar o seu curso. Tal iniciativa foi um sucesso. Os alunos se identificaram com os pressupostos rankeanos e ficaram surpresos com as novas perspectivas metodológicas que a historiografia contemporânea apresenta. Enfim, foi um ótimo trabalho e uma experiência enriquecedora.

### Faça valer a pena

1.



Durante o século XIX, a Europa se viu mergulhada nos movimentos de unificação e de afirmação das nacionalidades. Assim, Estados como: Alemanha, Inglaterra, França e Itália se despertam pelo estudo do passado, buscando neste, as origens de um sentimento de nacionalidade, ou seja, os fundamentos de uma nação. Pois, as bases de sustentação do poder, diante do ideário liberal burguês, não se encontravam mais no plano divino, mas, sim, na legitimidade conferida pelo povo ao seu governante. De tal modo, da relação entre o povo e nação, advinda após a implantação do Estado burguês, é que se depreendem as bases do nacionalismo. (DANTAS, 2007, p. 1)

O nacionalismo surgido durante o século XIX foi importante para a Escola Metódica, dita positivista. Esse nacionalismo contribuiu para dar importância e legitimidade ao Estado enquanto fator de união de todos os cidadãos de determinado país. Assinale a alternativa que demonstra uma característica da Escola Metódica que está diretamente ligada ao crescimento do nacionalismo no século XIX.

- a) Predomínio do método empírico para a análise histórica.
- b) Explicação economicista dos fenômenos históricos.



- c) Busca de leis gerais para o funcionamento das sociedades.
- d) Destaque para a análise de longa duração.
- e) Ênfase na narrativa factual e dos conflitos bélicos.

## 2.

**Está claro, no entanto, que o historicismo de modo algum goza de unanimidade ou mesmo de posição predominante na ciência histórica contemporânea. As técnicas de pesquisa, a linguagem e as funções formativas modernas da ciência histórica ampliaram e, em parte, superaram definitivamente a metodologia universalista do historicismo. (MARTINS, 2002, p. 4)**



Apesar de não gozar mais da unanimidade entre os historiadores, o historicismo ainda persiste em algumas características da história e do ensino de história atuais. Com base nessa afirmação, analise os tópicos abaixo:

- I. Neutralidade do historiador diante do objeto a ser estudado.
- II. Relativismo cultural amplo e irrestrito.
- III. Importância das fontes para o trabalho do historiador.
- IV. Persistência de alguns conceitos no ensino de história.

Em quais afirmativas estão elencadas persistências do paradigma historicista de história na atualidade?

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

## 3.



Os setores mais avançados do Historicismo iriam tender a uma virada relativista e a uma intensificação cada vez maior da consciência histórica, incluindo no seu arco de contribuições deste o Droysen de *Historik*, até o Dilthey de *Introdução às Ciências do Espírito* e, mais tarde, as grandes contribuições modernas para o desenvolvimento da hermenêutica que seriam desenvolvidas por Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur, mas isto já no século XX. (BARROS, 2010, p. 81)

Após o estudo da Escola Metódica e analisando o texto acima, podemos concluir que:

- a) Os historicistas tiveram algumas discussões, mas fecharam a questão contrários ao relativismo.
- b) Gadamer e Paul Ricoeur romperam com os historicistas e ajudaram a criar a *Revista dos Annales*.
- c) Não houve desenvolvimento da consciência histórica na Escola Metódica.
- d) Todos os historiadores metódicos tinham a mesma visão sobre o relativismo.
- e) Havia questionamentos de alguns pressupostos historicistas dentro da própria escola histórica.

# Referências

AUSUBEL, Paul David; NOVAK, Joseph Donald; HANESIAN, Helen. **Psicologia educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980. p. 72-94.

BARROS, José D'Assunção. A escola dos Annales e a crítica ao historicismo e ao positivismo. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 3, n. 1, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/viewFile/56/55>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Teoria da história: os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo**. v. 2. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

BARCA, Isabel. Isabel Barca fala sobre o ensino de história. **Nova escola**. Disponível em: <<http://acervo.novaescola.org.br/fundamental-2/isabel-barca-fala-ensino-historia-743165.shtml>>. Acesso em: 9 fev. 2017.

BENTIVOGLIO, Julio. Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a escola histórica prussiana e a Historische Zeitschrift. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, ano 1, n. 3, jun. 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Ed.) 2001. p. 54-55.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. Tradução: Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, 153 p.

CALDAS, Pedro Spinola Pereira. As dimensões do historicismo: um estudo dos casos alemães. **Revista OPSIS**, v. 7, n. 9, jul./dez. 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/viewFile/9327/6419>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

CARR, Edward Hallet. **Que é história?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CLEMENTE, Rafael Willian. História política e a "nova história": um breve acerto de contas. **Cadernos UniFOA**, n. 16, ago. 2011. Disponível em: <<http://web.unifoa.edu.br/cadernos/edicao/16/45.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber**. São Paulo: Queroz, 1979.

DANTAS, Simone Aparecida Borges. História e historiografia nos séculos XIX e XXI: do cientificismo à história cultural. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. Jataí, 2007. **Anais...** Jataí: Universidade Federal de Goiás. 2007.

DIAS, Renato da Silva. A queda do gigante: a Escola dos Annales, o declínio da história política e as ciências sociais. In: DIAS, Renato da Silva (Org.). **Repensando o político: poder, trabalho e identidades**. Montes Claros: Unimontes, 2012. p. 13-34.

ELHAJJI, Mohammed. As esferas da interculturalidade. In: MACHADO, Irene. **Semiótica da cultura e semiosfera**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

FAUSTINO, Rosângela Célia; GASPARI, João Luiz. A influência do positivismo e do historicismo na educação e no ensino de história. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 23, n. 1, p. 157-166, 2001. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:LGP7\\_b9D61gJ:ojs.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/download/2765/1896+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:LGP7_b9D61gJ:ojs.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/download/2765/1896+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 9 fev. 2017.

GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GILBERT, Felix. **History: politics or culture? Reflections on ranke and burckhardt**. Princeton: Princeton University Press, 1990, p. 24.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1983. p. 167-186.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: PINSKI, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada**. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. Historicismo: tese, legado, fragilidade. Dossiê Teoria da História. **História Revista**, v. 7, n. 1/2, p. 1-22, jan./dez.2002.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 48, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882004000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000200006)>. Acesso em: 9 fev. 2017.

RAMOS, Fábio Pestana. História, métodos e técnicas. In: **Para entender a história**, ano 1, p. 1-5, ago. 2010. Disponível em: <<http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2010/08/historia-metodos-e-tecnicas.html>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

RANKE, Leopold von. As grandes potências. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **L. von Ranke: história**. São Paulo: Ática, 1979.

REIS, José Carlos. A história metódica, dita "positivista". **Pós-história: revista de pós-graduação em História**. Assis: Unesp, p. 45-55, 1995.

RUSEN, Jorn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Tradução: Estevão Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. **Reconstrução do passado**. Tradução de Asta-Rose Alcaide. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

WEBER, Max. A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais. In: FERNANDES, Florestan (Coord.); COHN, Gabriel (Org.). **Weber**. Tradução: Amélia Cohn e Gabriel Cohn. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).



# A Escola dos Annales e a revolução historiográfica

### Convite ao estudo

Seja bem-vindo a mais uma etapa de nossos estudos vinculados à teoria da história! Na terceira unidade deste nosso material, você terá a oportunidade de conhecer o percurso trilhado pelos membros da Escola dos Annales, escola historiográfica francesa que, no início do século XX, com a publicação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, em 15 de janeiro de 1929, trouxe uma dinâmica diferente em se tratando de como escrever sobre os acontecimentos do passado.

Procurando romper com as prerrogativas ligadas à historiografia do século XIX, que tinha como suportes teóricos principais os paradigmas positivista e historicista, assim como o materialismo histórico, os annalistas apresentaram em seus trabalhos ideias interdisciplinares, de valorização diante de uma pluralidade de fontes até então descartadas pela historiografia tradicional, ávida pela verdade plena e absoluta dos fatos provenientes de fontes oficiais.

Dividida basicamente em três gerações, a Escola dos Annales teve como principais mentores em seu início dois grandes historiadores franceses, Marc Bloch e Lucien Febvre, ambos colaboradores e referências fundamentais da primeira geração dos Annales. Combatendo o que se convencionou chamar de “história historizante” e, conseqüentemente, seus historiadores factuais e conservadores, apresentaram a ideia de uma “história-problema” frente à “história factual”, tão atuante no meio acadêmico francês.

Já a segunda geração foi liderada por Fernand Braudel, de meados dos anos de 1950 até o fim dos anos de 1960, quando podemos constatar a atuação de historiadores que representaram a terceira geração dos Annales, deixando para nós, da contemporaneidade, um legado historiográfico

extremamente importante e que ficou conhecido como *nouvelle histoire*, ou nova história, concepção teórica que é a base na atualidade para os estudos e ensino de história.

Sendo assim, para esta terceira unidade, a situação-problema é a seguinte: o professor de história Jorge vai iniciar o ano letivo com uma turma de 6º ano e, antes de começar os assuntos que dizem respeito aos acontecimentos do passado dentro de uma perspectiva macro, pretende fazer com que a turma valorize perspectivas históricas ligadas a um plano micro. Como conseguir isso? Fazendo com que os alunos entendam que no interior da casa de cada um de nós está presente o que pode ser nomeado como “a história que há no interior de nossas casas”.

Tendo esse objetivo em mente, é bom refletir acerca dos seguintes questionamentos: por que é interessante valorizar também a história de nossos familiares? A escola pode ser entendida como o espaço ideal para que os estudantes conheçam essa história? De que modo o ensino sobre os fatos históricos pode se beneficiar dessa prerrogativa? Ao longo desta unidade, esses vão ser alguns dos questionamentos abordados.



## Seção 3.1

### A primeira geração dos *Annales*

#### Diálogo aberto

O professor de história Jorge está iniciando o ano letivo com os alunos do 6º ano e, como de costume, solicitou que respondessem à seguinte questão: o que é história? Cada um teria que responder a essa questão em uma folha de caderno, e o professor deu liberdade para os estudantes responderem do modo que achassem melhor. Não estipulou quantidade de linhas, mas sim que desenvolvessem da melhor maneira as respostas.

Comentários dos mais distintos foram dados, mas o que mais chamou a sua atenção foi a quantidade de opiniões que vinculam o estudo da história com o estudo sobre o passado. Tendo isso em mente, Jorge passou a mão em um giz e escreveu no quadro: “A história é a ciência que estuda o homem no tempo”, máxima escrita pelo historiador Marc Bloch. Nosso professor tratou de explicar aos alunos que só conseguimos estudar a história porque temos o ser humano atuando, de alguma forma, nessa história! Pensando dessa forma, quando há o ser humano, tudo é possível de se historicizar!

Assim, propõe aos estudantes que busquem em suas casas fotografias de familiares como avós ou, quem sabe, bisavós participando de qualquer acontecimento importante na vida deles. Na sequência, é importante ouvir desse parente a história presente na fotografia escolhida. Ou seja, neste primeiro momento é relevante a seleção de uma fotografia e saber por esse familiar a história presente na fotografia escolhida. O professor Jorge deu aos alunos o prazo de uma semana para que todos pudessem realizar essa tarefa.

#### Não pode faltar

Como você teve a oportunidade de acompanhar nas unidades anteriores, a tríade positivismo, historicismo e materialismo histórico contribuiu de modo significativo

para a consolidação, em pleno século XIX, da história como um campo de saber científico. A pretensão dos pensadores perfilados a essas correntes filosóficas era alinhar a história às ditas ciências duras, ou melhor, ciências naturais, com métodos e perspectivas teóricas próprias e capazes de explicar os acontecimentos do passado.

Anacronismos à parte, destacar a importância desse caminho percorrido é essencial para nós, historiadores contemporâneos, haja vista que a ascensão dessas formas de se tentar compreender o passado criou as condições necessárias para retirar a história do posto de mera cronista dos acontecimentos, aproximando nosso campo do saber de prerrogativas científicas e garantindo, assim, um importante espaço no meio acadêmico, posto ocupado até os dias atuais.

No entanto, como a estagnação intelectual é uma prerrogativa que não cabe a nenhum ramo científico, a história vem passando por profundas transformações teóricas e metodológicas desde sua instituição enquanto campo de saber ligado à ciência moderna. Dentre todas essas transformações, nesta unidade, iremos abordar as contribuições realizadas por historiadores franceses vinculados à Escola dos Annales.



### Assimile

Introduzindo esta primeira unidade, serão apresentados a você alguns pressupostos básicos sobre a importante transição que ocorreu no campo da história na virada do século XIX para o XX: de um modelo historiográfico que valoriza apenas os grandes feitos do passado, realizados pelas autoridades políticas, para uma história mais plural, que busca contemplar perspectivas das mais distintas. Em vez da utilização apenas das fontes consideradas como oficiais, únicas, capazes de apresentar a verdade objetiva do passado, agora uma gama diversificada de fontes passa a ser utilizada, interpretadas por historiadores que carregam em si uma concepção subjetiva até então ignorada pelos historiadores do século XIX.

Neste início de seção, propomos a seguinte reflexão: qual é a relevância dessa guinada epistemológica realizada pelos intelectuais ligados à Escola dos Annales, que passaram a valorizar histórias até então descartadas pela historiografia tida como oficial e valorizar as diversas sociedades, não só do passado, como também do presente?

Antes, contudo, é interessante compreender que o termo escola, no sentido aqui tratado, tem um significado bem peculiar se comparado ao modo pelo qual comumente ele é entendido:

O que caracteriza uma escola [...] é um certo programa de ação, uma determinada identidade que se forma, um campo de escolhas (teóricas, metodológicas, temáticas, éticas, associativas, geradoras de inclusão e exclusão) que permite ao praticante do campo sintonizar-se com outros que a ele se assemelham nas mesmas escolhas (BARROS, 2012, p. 15).

O conceito escola, portanto, dentro do plano que precisamos aqui compreender, não se restringe a um espaço escolar, a uma organização de ensino. Segundo Barros, podemos entender que o termo também pode ser compreendido como uma corrente de pensamento em que seus integrantes estão, de certa maneira, alinhados epistemologicamente. Não podemos confundir a concepção de escola com um paradigma teórico, já que enquanto o primeiro propõe um modo de “fazer” (metodologia) as coisas, o segundo acaba apresentando um determinado modo de “ver” (teoria) as coisas – método e teoria, duas concepções distintas, porém, de extrema relevância para o campo científico e, no nosso caso, historiográfico. Dentro dessa perspectiva apresentada, a Escola dos Annales, portanto, não pode nem deve ser categorizada como um paradigma teórico, de acordo com Barros (2012).



### Pesquise mais

Para se aprofundar mais no assunto a respeito do conceito de escola, indicamos como leitura o artigo disponível no link a seguir.

BARROS, José D’Assunção. Escolas históricas – discussão de um conceito a partir de dois exemplos principais: a Escola Histórica Alemã e a Escola dos Annales. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 17, n. 24, p. 7-36, dez. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2010v17n24p7/18486>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

É importante partir do princípio de que as críticas feitas pelos *Annales* com relação ao modo como os historiadores realizavam seu ofício ao longo do século XIX e na virada para o século XX estão alinhadas a uma renovação historiográfica que era almejada antes mesmo dos questionamentos propostos pelos *Annales*.



### Refleta

Ainda no século XIX encontramos, por exemplo, as críticas desferidas pelo filósofo Friedrich Nietzsche sobre a história científica presente em sua época.

No ensaio de Nietzsche *Sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida* (2008), a segunda das quatro *Considerações intempestivas*,



[...] o filósofo alemão irá desfechar [...] uma mordaz crítica contra as diversas versões de historiografia e gêneros historiográficos de sua época. Para além disso, a crítica demolidora de Nietzsche não se dirige apenas aos diversos gêneros e modalidades históricas, mas volta-se também contra o próprio “excesso de história” – uma característica que vê como constituinte da dimensão de decadência da humanidade europeia que vivia a modernidade oitocentista. (BARROS, 2012, p. 15)

Nietzsche almejou uma história que buscase o caminho oposto ao presente nas concepções positivistas ou historicistas de seu tempo, já que pensava a história como uma espécie de mediadora entre os homens notáveis que se comunicavam “através dos intervalos desérticos do tempo” perpetuando, assim, “o elevado diálogo dos espíritos” frente aos “anões ruidosos que agitam a seus pés”. Diferente dos grandes homens da história, assim como dos grandes acontecimentos do passado, valorizados por muitos historiadores oitocentistas, Nietzsche buscava a valorização do homem grandioso, que realmente faz a diferença frente à mediocridade do mundo.

É válido reforçar que as críticas pesadas feitas pelo filósofo alemão sobre a historiografia produzida em seu tempo não incluíam o trabalho realizado por um amigo íntimo, com quem inclusive, trocou cartas até o seu último colapso mental, o historiador suíço Jacob Burckhardt. Escrevendo sobre o passado de uma forma distinta da produzida pelos seus contemporâneos, já que também teceu severas críticas ao modelo cientificista de história produzido no século XIX, Burckhardt voltou sua atenção também aos assuntos que envolviam a política, porém, acrescentou ao seu arcabouço de interesses uma perspectiva pouco valorizada pelos historiadores oitocentistas: a cultura.



Política e cultura se tornaram os temas de interesses do historiador suíço, mas não tomadas em separado e sim relacionada [...]. [Para Burckhardt] o movimento da história se dava através dos diálogos nem sempre positivos entre Estado, a religião e a cultura, antecipando, de certa maneira, a sua contribuição para a redefinição dos estudos sobre a história da arte e da política, derivando daí a sua atenção para a história cultural como o caminho através do qual seria possível identificar as ideias que moveram as ações e que determinavam as formas de desenvolvimento da arte, da ciência e das letras. (RODRIGUES, 2012, p. 96-97)



### Exemplificando

A amizade entre Nietzsche, um filólogo (aquele que busca o significado de uma determinada língua analisando documentos escritos e deixados pelo ser humano no tempo) que é mais reconhecido atualmente como filósofo, e Burckhardt, um historiador, exemplifica uma relação interessante entre a filosofia e a história, dois campos de conhecimento de suma importância para as ciências humanas.

Nos vídeos a seguir o professor de filosofia José Arthur Giannotti comenta sobre essa relação, partindo da Antiguidade até os dias atuais e demonstrando como é importante ao historiador refletir sobre as diversas concepções teóricas presentes ao longo da história.

GIANNOTTI, José Arthur. História: a relação entre a História e a Filosofia – Parte I. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0-mhINzfMk>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

GIANNOTTI, José Arthur. História: a relação entre a História e a Filosofia – Parte II. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QFSOtmdWYuQ>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Burckhardt, assim como o francês Michelet, que você teve a oportunidade de conhecer na primeira unidade, são exemplos de historiadores que optaram por trilhar um caminho oposto ao percorrido por positivistas e historicistas, que valorizavam em demasia as prerrogativas ligadas ao Estado e, conseqüentemente, uma narrativa alicerçada no campo da política. Em carta datada de 1886, por exemplo, em uma conversa com um amigo íntimo, Burckhardt assim descreve sua visão do mundo do qual fazia parte:

**Vocês não fazem senão desafiar com cada vez maior audácia esta época indigna – eu, ao contrário, conservo silêncio a esse respeito, mas rescindi qualquer ligação com ela e justamente por isso me perco no doce Sul morto à história, mas que admirável e silencioso monumento fúnebre, deverá me encorajar, cansado como estou da modernidade, com seu brívido de antiguidade. Sim, quero esconder-me de todos: radicais, comunistas, industriais, doutos, ambiciosos, reflexivos, abstratos, absolutos, filósofos, sofistas, fanáticos do Estado, idealistas – ais e istas de todos os gêneros. (BURCKHARDT, 1886 apud FERNANDES, 2006, p. 7)**



Essa maneira diferente de se escrever sobre o passado, valorizando concepções distintas das elencadas pela historiografia que se fez presente por praticamente todo o século XIX – que buscava no passado a plena verdade dos fatos presentes apenas em documentos considerados oficiais –, acabou influenciando a escola francesa que será estudada nesta unidade. Já no início do século XX, assim como diversos historiadores passaram a fazer, o britânico Robin George Collingwood (1889-1943) assumiu a postura de questionar com veemência a possibilidade de a história pretender um tipo de objetividade análoga aos métodos empregados por intelectuais ligados às ciências naturais. Para Collingwood, o trabalho produzido por qualquer historiador está impreterivelmente imerso em sua subjetividade, ou seja, o objeto da história não são os acontecimentos em si mesmos, mas sim o próprio ato de pensar particular de cada indivíduo, conforme aponta Barros (2011a).

Como podemos perceber, críticas contrárias ao modelo de escrita da história predominante em muitos manuais ligados tanto ao positivismo quanto ao historicismo passaram a ser feitas por um número cada vez maior de intelectuais, principalmente na virada do século XIX para o XX, e uma história mais subjetiva, ao contrário da objetividade almejada antes, passa a ser levada cada vez mais em consideração. Em meio a essa ressignificação historiográfica, em 15 de janeiro de 1929, é publicado na França o primeiro volume da revista intitulada *Annales d'histoire économique et sociale*.



[...] a revista foi planejada, desde seu início, para ser algo mais do que uma outra revista histórica. Pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. Seria o porta-voz, melhor dizendo, o alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história. O primeiro número [...] trazia uma mensagem dos editores, na qual explicavam que a revista havia sido planejada muito tempo antes, e lamentavam as barreiras existentes entre historiadores e cientistas sociais, enfatizando a necessidade de intercâmbio intelectual. (BURKE, 1997, p. 33)

Tendo como líderes desse movimento os historiadores Lucien Febvre (1878-1956) e Marc Bloch (1886-1944), a principal crítica desferida pelos primeiros *Annales* foi direcionada à Escola Metódica Francesa, que sofrera influência direta tanto das correntes positivistas quanto historicistas. Bloch e Febvre voltaram-se contra o que se convencionou chamar de “história historizante” e seus historiadores factuais e conservadores, defendendo a ideia de uma “história-problema” frente à “história factual” tão atuante no meio acadêmico francês.

A tríade de críticas, portanto, voltou-se a um modelo historiográfico que valorizava em demasia apenas os fatos históricos analisados dentro uma pseudo-objetividade, que preconizava a neutralidade do pesquisador frente ao seu objeto (história factual); a narração objetiva e neutra do historiador frente aos principais acontecimentos do passado (história narrativa); e a demasiada valorização de pressupostos ligados aos fatos políticos que formam uma nação (história política).

O principal ponto de articulação das críticas que os *Annales* desfecham tanto contra os setores mais factuais do Historicismo quanto contra a influência positivista incorporada pela Escola Metódica Francesa, refere-se à notória questão da “História Problema” que se deve opor à “História Factual” [...]. Além da crítica à mera coleta de fatos com subsequente elaboração de uma narrativa desproblematizada, os jovens *Annales* encontraram ainda, nos mesmos historiadores factuais ligados ao Positivismo Historiográfico ou aos setores menos avançados do Historicismo, outro oportuno ponto de ataque: a restrição de boa parte destes historiadores a uma estreita faixa da História Política. (BARROS, 2012, p. 73)

Dessa forma, vemos surgir, com o trabalho iniciado pela dupla Febvre e Bloch, a primeira geração dos *Annales*. Contando com um comitê editorial interdisciplinar para o lançamento da primeira edição da revista (o geógrafo Albert Demangeon, o sociólogo Maurice Halbwachs, o economista Charles Rist e o cientista político André Siegfried), os *Annales* materializaram em conjunto e unidos a uma escola metodológica as prerrogativas já presentes em renovações historiográficas que já vinham operando em outras correntes pelo mundo, como na Alemanha, nos Estados Unidos e até mesmo no Brasil, como aponta Barros (2012).

Nas duas seções a seguir, você terá a oportunidade de estudar que, em decorrência dessa revisão teórica e metodológica empreendida por Febvre e Bloch, duas gerações de *Annales* surgiram, agregando a essa primeira outras perspectivas importantes para nós, historiadores do século XXI.

A segunda geração, liderada de forma absoluta pelo historiador Fernand Braudel (1902-1985), de 1956, após a morte de Febvre, até 1969, esteve alinhada a correntes de pensamento ligadas tanto ao marxismo quanto ao estruturalismo de Claude Lévi-Strauss (1908-2009), renomado antropólogo francês, introduzindo ao arcabouço analítico dos *Annales* a perspectiva da longa duração. Já a terceira geração, conhecida também como *nouvelle histoire*, ou nova história, começa a ganhar espaço após 1968, ano de intensos movimentos de contestação mundo afora. Tendo como nomes de destaque os historiadores Jacques Le Goff (1924-2014), Marc Ferro (1924), Emmanuel Le Roy Ladurie (1929), François Furet (1927-1997), dentre outros, apresentaram prerrogativas que influenciam a escrita da história até os dias atuais.

## Sem medo de errar

Pesquisar e escrever sobre os acontecimentos históricos na atualidade subentende estar atento a uma gama diversificada de fontes históricas disponíveis; sem a devida atenção de nossa parte, historiadores, os relatos desenvolvidos sobre o passado analisado podem ficar comprometidos. Assim, buscar por uma variedade de fontes, que vão desde os documentos oficiais tão reverenciados pelos historiadores do século XIX até fontes que por muito tempo foram descartadas, como panfletos, xilogravuras, cartas, fotografias, dentre outros, faz parte hoje de nosso ofício.

Estudar história na contemporaneidade, portanto, é compreender que não podemos mais nos limitar à pluralidade de fontes históricas a nós disponíveis; buscar sempre por variedade só tende a enriquecer o trabalho a ser desenvolvido. É claro que não basta buscar por essa variedade de fontes sem os devidos critérios metodológicos. É de suma importância alicerçar todo e qualquer trabalho em concepções teóricas, pois só assim conseguimos atingir a credibilidade necessária a um trabalho científico.

Desse modo, as fontes utilizadas nesta situação-problema, a fotografia (fonte visual) e a entrevista (fonte oral), são hoje muito utilizadas para se escrever sobre o passado. Em se tratando da fonte oral, o valor de uma entrevista com pessoas mais velhas para as crianças vai além das questões que envolvem o ambiente escolar. Proporciona ao estudante a possibilidade de se aproximar não só de seus avós ou quem sabe bisavós, como também colabora para a valorização de uma história que está presente no interior de sua própria casa. No que diz respeito à fotografia, é interessante refletir sobre como nossa sociedade, graças aos avanços tecnológicos, ressignificou o ato de tirar fotos. Ou seja, a forma como lidamos no dia a dia com esse hábito mudou radicalmente em duas, três gerações.

A reflexão no que diz respeito à pluralidade de fontes disponíveis na atualidade é extremamente válida, haja vista que durante anos o estudo da história esteve alicerçado a prerrogativas bem diferentes das disponíveis hoje em dia. Decorar datas instituídas como as mais importantes, acontecimentos considerados relevantes para a nação, personalidades apresentadas como heróis e, conseqüentemente, exemplos a serem seguidos são algumas dessas prerrogativas. A atividade proposta pelo professor Jorge está alinhada com os paradigmas presentes na historiografia contemporânea.

O propósito, portanto, do professor com essa atividade é fazer com que os alunos entendam que estudar história vai muito além de apenas estudar sobre o passado ou sobre os acontecimentos mais importantes que ocorreram. Entender que o entorno do qual fazemos parte possui uma história é de suma importância no processo do aprendizado histórico. Atividades como essa possibilitam traçar analogias entre passado e presente, e quando esse passado está no interior de nossas casas, o estudo dos diversos acontecimentos que vem se desenrolando com o tempo tende a se tornar mais atrativo a todos.



## Avançando na prática

### A infância e o ato de brincar: ontem e hoje

#### Descrição da situação-problema

Como complemento à pesquisa com as fotografias e as entrevistas realizadas, o professor Jorge resolveu sugerir mais uma atividade: propôs aos seus alunos que, ao longo da entrevista sobre a fotografia escolhida, perguntassem também sobre as brincadeiras que existiam durante a infância de seus avós ou bisavós.

Solicitou que explorassem ao máximo as informações repassadas, procurando saber como conseguiam seus brinquedos, de que maneira “fabricavam” alguns deles – como pipa ou papagaio, dependendo da região do Brasil, e carrinho de rolimã –, qual era o local preferido das brincadeiras (normalmente a rua era o local) e quais eram as brincadeiras de que mais gostavam (esconde-esconde, pega-pega, taco ou *bets*).

Com essas informações anotadas, o próximo passo é traçar analogias com as brincadeiras, brinquedos e espaços de interação entre as crianças na atualidade. Na sequência, é esperado que os estudantes escrevam uma pequena redação, algo entre dez e quinze linhas, apontando paralelos entre o relato de seus familiares e o modo como as crianças interagem, nos dias atuais, com os brinquedos e brincadeiras. Mudou muita coisa? O espaço de interação continua o mesmo? As brincadeiras e brinquedos, como são na época presente?

Concluindo essa atividade, o professor Jorge propôs uma discussão entre a turma partindo da seguinte reflexão: quanto aos aparatos tecnológicos a nós hoje disponíveis, tão importantes para a comunicação e a aproximação de pessoas, estão contribuindo para que muitas dessas brincadeiras, tão significativas para a formação do indivíduo, simplesmente deixem de existir?

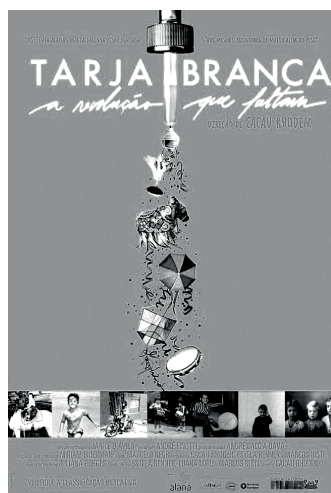
#### Resolução da situação-problema

O objetivo de uma atividade como essa é fazer com que os estudantes possam verificar o quão importante é para a formação do sujeito, desde a sua infância, a interação entre as pessoas. É em meio a esse convívio que acabamos formando vínculos, aprendemos a nos relacionar com pessoas da mesma idade e conseqüentemente, como que “naturalmente”, aprendemos lições de uma forma lúdica, as quais carregamos para o resto de nossas vidas.

O saber ganhar e, na mesma medida, saber perder; o trabalho, esforço e dedicação empreendidos na confecção de um brinquedo; o zelo em relação a esse objeto construído com muito esforço e tempo; as regras estipuladas previamente e que

devem ser seguidas para o bom andamento da brincadeira; a estratégia elaborada para correr, pegar, esconder-se, fugir. Esses são alguns pontos interessantes para se refletir.

Como complemento a essa reflexão, propomos a você assistir ao filme *Tarja branca – a revolução que faltava*. Nele você vai perceber o quanto a brincadeira, os brinquedos e os espaços de brincar são importantes para a formação intelectual de cidadãos. Bom filme!



TARJA branca. Direção: Cacau Rhoden. Produção: Maria Farinha Filmes. [S.I]: Instituto Alana & Maria Farinha Filmes, 2014. 80 min, son., color. 1 DVD. Trailer disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dadvMzBqldI>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

## Faça valer a pena

**1.** O século XIX pode ser compreendido como o período de consolidação da história enquanto campo de conhecimento científico. Se durante séculos a história foi vista apenas como uma narrativa de eventos passados, a partir desse momento passa ser muito utilizada, por exemplo, para a construção de uma identidade ligada à ideia de nação.

Nesse contexto, algumas correntes filosóficas surgem para alicerçar teoricamente a historiografia produzida, sendo que as três concepções filosóficas que mais influenciaram os historiadores modernos foram:

- a) Marxismo, anarquismo e positivismo.
- b) Materialismo histórico, idealismo e humanismo.
- c) Direita, esquerda e neutralidade.

- d) Positivismo, historicismo e materialismo histórico.
- e) Positivismo, idealismo e niilismo.

**2.** Quando pensamos no conceito de escola, é senso comum entender como um espaço direcionado ao ensino, principalmente de crianças, adolescentes e jovens. Entretanto, no decorrer desta unidade, outra concepção de escola foi apresentada, alinhando a explicação desse conceito com pressupostos teóricos ligados inclusive ao nosso campo de conhecimento, a história.

Qual alternativa a seguir nos apresenta a explicação mais condizente com o conceito de escola que foi estudado?

- a) O que caracteriza uma escola é uma determinada identidade que se forma entre seus integrantes, possibilitando um campo de escolhas que permite aos seus membros estar em sintonia com outros que a eles se assemelham nas mesmas escolhas.
- b) Uma escola pode ser caracterizada como um espaço em que seus integrantes se relacionam de uma maneira ortodoxa, rígida, ou seja, quando determinada concepção teórica é selecionada e instituída como a verdadeira, não podendo ser questionada por nenhum de seus membros.
- c) Escola pode ser caracterizada como um espaço onde o saber pleno e verdadeiro é repassado aos seus integrantes de modo que todos possam ter acesso aos pressupostos teóricos apresentados para, posteriormente, repassar sem questionamento aos seus alunos.
- d) O conceito escola deve ser compreendido como um espaço onde correntes de pensamento das mais distintas podem atuar juntas sem problema algum. Mesmo distintas teoricamente, seus integrantes alinham-se, na maioria das vezes, ao paradigma atual conhecido como pós-modernidade.
- e) O termo escola passou a ser utilizado para caracterizar uma corrente de pensamento apenas no fim do século XX, graças principalmente aos trabalhos desempenhados pela terceira geração da Escola dos Annales, que radicalizou o pensamento historiográfico contemporâneo.

**3.** No dia 15 de janeiro de 1929, na França, é inaugurada por Lucien Febvre e Marc Bloch a Escola dos *Annales*. Os historiadores alinhados a essa escola buscaram apresentar prerrogativas distintas das defendidas pela Escola Metódica Francesa, que sofrera influência direta tanto das correntes positivistas quanto historicistas.

De uma forma geral, a tríade de críticas proposta pelos annales voltou-se contra um modelo historiográfico que valorizava as seguintes perspectivas:

a) História-problema, em que os acontecimentos são problematizados, e não meramente decorados e repassados sem questionamento algum; história factual, em que os fatos são considerados como os mais relevantes; e história política, valorização de acontecimentos ligados a fatos políticos.

b) História materialista, em que o plano material, e não metafísico, é levado em consideração por parte dos pesquisadores; história-problema, em que os acontecimentos são problematizados, e não meramente decorados e repassados sem questionamento algum; história factual, em que os fatos são considerados como os mais relevantes.

c) História factual, em que os fatos são considerados como os mais relevantes; história narrativa, alicerçada em uma pseudoneutralidade por parte do historiador; e história política, valorização de acontecimentos ligados a fatos políticos.

d) História narrativa, alicerçada em uma pseudoneutralidade por parte do historiador; história-paradigma, preceito teórico ligado à pós-modernidade e, portanto, universalista; história materialista, em que o plano material, e não o metafísico, é levado em consideração por parte dos pesquisadores.

e) História-problema, em que os acontecimentos são problematizados, e não meramente decorados e repassados sem questionamento algum; história materialista, em que o plano material, e não o metafísico, é levado em consideração por parte dos pesquisadores; história-paradigma, preceito teórico ligado à pós-modernidade e, portanto, universalista.

## Seção 3.2

### A segunda geração dos *Annales*

#### Diálogo aberto

Se na situação-problema apresentada na primeira seção desta unidade o professor de história Jorge procurou demonstrar aos seus alunos a importância de se valorizar a história presente no interior de nossos lares, neste segundo momento ele está preocupado em ampliar essa percepção, só que agora buscando auxílio em outros campos de conhecimento para explorar melhor esse tema. Desse modo, após conversar com professores de outras disciplinas, Jorge pretende contemplar assuntos que contextualizem de maneira mais precisa a conjuntura apresentada pelos familiares entrevistados pelos estudantes.

Assim, algumas disciplinas poderão contribuir explorando questões pontuais: a geografia pode trabalhar a questão do êxodo rural, já que o Brasil do século XX começou a vivenciar, principalmente a partir dos anos de 1960 e 1970, uma maciça migração de pessoas do campo para a cidade (os familiares entrevistados vivenciaram esta situação?); utilizando a matemática, Jorge pretende averiguar a questão dos rendimentos aproximados que os familiares possuíam e para quais necessidades eram direcionadas a renda familiar, ou seja, que tipo de gastos tinha-se na época apresentada (quais eram os gastos com lazer, alimentação, vestimenta etc.); a disciplina de português entra com o intuito de averiguar o hábito de leitura do familiar entrevistado, ou seja, quais livros eram lidos, se havia o hábito de leitura e de que modo era realizada essa leitura (individualmente ou de maneira coletiva); e, por último, a disciplina de ciências irá contribuir para entender quais enfermidades acometiam as crianças na época estudada e quais eram os motivos que levavam as crianças a enfrentar algumas doenças (falta de saneamento básico, ausência de recursos básicos na higienização etc.).

## Não pode faltar

É fundamental a todo aquele interessado em estudar história conhecer os percursos trilhados pelos profissionais que se dedicaram a escrever sobre o passado. Compreender o contexto histórico no qual a Escola dos Annales foi aos poucos se estabelecendo e na sequência se consolidando como uma importante escola historiográfica é premissa básica a nós, historiadores do século XXI. Isso porque muito do que foi questionado pelos historiadores vinculados a essa escola, de uma forma ou de outra, é colocado em prática por nós no nosso dia a dia.

Pensemos, por exemplo, no conceito de interdisciplinaridade, tão trabalhado pela primeira geração dos *Annales*, representada por Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956), que tem como ponto-chave propor o diálogo entre os diversos campos do saber, fazendo com que disciplinas antes dissociadas passassem a se autoajudar na busca por narrar os diversos acontecimentos históricos.



### Assimile

Como veremos ao longo desta unidade, o contexto no qual estavam inseridos os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, considerados como os representantes da primeira geração dos *Annales*, foi extremamente propício para o desenvolvimento de uma prerrogativa fundamental para uma significativa guinada dos estudos históricos: a interdisciplinaridade.

Tendo em mente que essa situação modificou o modo de pensar a própria história, deixamos como questionamento a seguinte colocação: qual é a importância para nós, historiadores contemporâneos, da valorização de perspectivas teóricas e metodológicas que contemplem o diálogo constante entre os diversos campos do saber por meio da interdisciplinaridade?

Retrocedendo até o século XIX, período em que a razão e a cientificidade ditaram as regras de pensamento, podemos constatar que as grandes nações industrializadas, muitas vezes digladiando-se entre si, envoltas em conflitos bélicos, corriam efusivamente em busca de novos territórios para explorar matérias-primas, mercados consumidores para absorver o excedente produzido nas indústrias, que cresciam a todo vapor, e mão de obra farta e barata.

Esse período é marcado por uma segunda etapa do colonialismo europeu, conhecida como neocolonialismo. Se, no início da modernidade, portugueses e espanhóis foram os pioneiros na exploração do continente americano, agora, os continentes africano e asiático foram transformados profundamente por outras potências europeias. As populações colonizadas enfrentaram privações e humilhações ainda visíveis na contemporaneidade, tudo em nome da ordem que, conseqüentemente, levaria ao progresso e a um suposto estágio mais evoluído da condição humana.

Por essa perspectiva, quem não se enquadrava nos padrões europeus era tido como inferior, uma raça subalterna que não só merecia como também necessitava, segundo perspectivas científicas da época, ser colonizada para, na sequência, aprender os bons modos civilizatórios.

Os anos finais do século XIX e o início do século XX podem ser compreendidos como um momento em que se acreditava utopicamente que todas as invenções tecnológicas criadas, desenvolvidas e aperfeiçoadas ao longo dessa transição secular conduziram, naturalmente, a um mundo melhor. As nações mais desenvolvidas dentro da lógica do capitalismo acreditavam piamente nessa utopia, mas logo na segunda década do século XX, com o advento da Primeira Guerra Mundial, viram que o tão almejado “mundo melhor” acabou se transformando em uma triste distopia.

Com tanta tecnologia a serviço da destruição, milhares de pessoas perderam suas vidas no que historicamente ficou conhecido como a Grande Guerra – a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). É nesse contexto de intensas transformações que começa a ser gerada a Escola dos Annales. O encontro praticamente diário entre os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, arquitetos e fundadores do que se convencionou chamar de primeira geração dos *Annales*, pode ser compreendido como um pressuposto fundamental para a consolidação de uma forma diferente de se narrar os acontecimentos históricos.

**A atmosfera política que impulsiona e afeta estes historiadores de tipo novo é a da passagem da Belle Époque ao período das duas guerras mundiais, e o contexto econômico no qual eles estarão mergulhados é aquele que logo culminará com a crise de 1929. O ambiente intelectual é simultaneamente o de entusiasmo pelas recentes novidades científicas, como a da renovação trazida pela Teoria da Relatividade e pela Física Quântica, e o desespero de perceber que inventos fascinantes, como o avião, poderiam ser empregados também para promover a destruição em massa. (BARROS, 2012, p. 220)**

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a região fronteira entre Alemanha e França, a Alsácia-Lorena, foi retomada dos alemães pelos franceses. Localidade de intensas disputas há séculos, com a reconquista, o governo francês passou a investir economicamente na região, e a universidade localizada na cidade de Estrasburgo, bem na divisa com a Alemanha, passou a se favorecer bastante desse investimento. Devido ao contexto vivenciado nessa região, o clima aberto a mudanças foi favorável para que uma importante renovação intelectual ocorresse. Além do momento propício, a Universidade de Estrasburgo também foi beneficiada com o intenso diálogo interdisciplinar entre os vários intelectuais que lá atuavam.



### Refleta

Disputada por franceses e alemães há séculos, a região da Alsácia-Lorena, principalmente a cidade de Estrasburgo, mais precisamente a universidade presente nessa cidade, foi palco do encontro entre Marc Bloch e Lucien Febvre, situação que criou as condições necessárias para a ascensão da Escola dos Annales.

No texto a seguir, você terá a oportunidade de acompanhar essa disputa territorial, que se iniciou no século XVII e só terminou após o fim da Segunda Guerra Mundial.

MOURREAU, Jean-Jacques. Nazistas a contragosto. **História Viva**. São Paulo: Duetto Editorial, 2009. Disponível em: <[http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/nazistas\\_a\\_contragosto.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/nazistas_a_contragosto.html)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Além de Marc Bloch e Lucien Febvre, e os também historiadores Georges Lefebvre (1874-1959) e André Piganiol (1883-1968), o sociólogo Maurice Halbwachs (1877-1945), o filósofo Henri Bremond (1865-1933) e o psicólogo social Charles Blondel (1876-1939) são alguns pensadores que participaram de intensos debates, facilitado pelo intercâmbio de ideias entre eles. Praticamente por toda a década de 1920, Bloch e Febvre estiveram inseridos nesse contexto, e foi essa realidade vivenciada por ambos que propiciou a publicação, em 15 de janeiro de 1929, da primeira edição da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, um marco para a historiografia do século XX. Além de historiadores, o comitê editorial também incluía um geógrafo, Albert Demangeon (1872-1940); o próprio sociólogo Maurice Halbwachs; um economista, Charles Rist (1874-1955); e um cientista político, André Siegfried (1875-1959). Como podemos perceber, havia um significativo trabalho de diálogo entre distintas disciplinas.



### Exemplificando

Para entender melhor a importância da perspectiva da interdisciplinaridade, o link a seguir apresenta uma conversa entre dois professores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Pedro Paulo Funari, com formação acadêmica em História, Antropologia Social e Arqueologia, e Jurandir Zullo Junior, com formação acadêmica nas áreas da matemática e engenharia, sobre a importância do trabalho interdisciplinar entre os diversos campos de conhecimento e como a própria Unicamp tornou-se referência no âmbito do trabalho envolvendo o diálogo entre as disciplinas.

DIÁLOGO sem fronteira - a importância da interdisciplinaridade. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_grkgvJLl0l](https://www.youtube.com/watch?v=_grkgvJLl0l)>. Acesso em: 10 jan. 2017.



Além disso, alguns autores do século XIX vão influenciar decididamente a primeira geração dos *Annales*: Karl Marx e Jules Michelet, intelectuais que foram estudados nas unidades anteriores.

De Marx, pioneiro de uma leitura da história que afrontava o ritmo nervoso e vazio de boa parte da historiografia política tradicional que predominava em sua época, ambos apreenderam a possibilidade de enxergar a História como um grande dever de estruturas de longo termo [...]. De Michelet, os dois apreenderam a possibilidade de investir na multiplicação temática, na ultrapassagem do estreito universo de temas que era oferecido pela História Política tradicional, no desprezo pela parcelarização positivista do saber que logo obrigaria ao contramovimento da interdisciplinaridade. (BARROS, 2012, p. 224)

Entretanto, em meio à parceria acadêmica de Bloch e Febvre, que de 1920 até 1933 dividiram o mesmo espaço acadêmico, um ponto é importante realçar:

[...] seria temerário [...] tentar adivinhar quem foi mais importante na criação dos *Annales* depois de 1929, ou mesmo como dividiam as tarefas de dirigir a revista entre si. O que se pode afirmar com bastante convicção é que, se Febvre e Bloch não concordassem no fundamental de seu trabalho comum, o movimento não teria sido um sucesso. (BURKE, 1997, p. 34)

O movimento dos *Annales* não teria sido o mesmo sem o trabalho em parceria desenvolvido por Bloch e Febvre, contudo, vamos analisar individualmente as principais contribuições literárias dos fundadores da Escola dos *Annales*.

Dos dois historiadores, aquele que talvez tenha influenciado de maneira mais significativa as gerações seguintes dos *Annales* foi Marc Bloch. Intelectual engajado com as adversidades de seu tempo, participou ativamente das duas guerras mundiais que assolaram boa parte do mundo na primeira metade do século XX. Na Primeira Guerra Mundial feriu-se em campo de batalha e acabou sendo condecorado capitão. Já na Segunda Guerra Mundial, após a ocupação de três quintos do território francês pelos nazistas, em junho de 1940, Bloch e sua família mudaram-se para uma região sem a interferência alemã, a cidade de Clermont Ferrand.

Após intensas perseguições impetradas pelos antisemitas de Vichy (o próprio Bloch descende de uma família judia), no ano de 1943 adere à Resistência Francesa e insere-se na clandestinidade. Acabou sendo preso na cidade de Lyon e fuzilado em junho de 1944 pelos soldados nazistas. Por uma trágica ironia do destino, dois meses após sua morte, os franceses conseguiram expulsar as tropas nazistas de seu território.

Dentre as principais contribuições realizadas por Bloch, vamos concentrar nossa atenção em três clássicos da historiografia: *Os reis taumaturgos* (1924), *A sociedade feudal* (1939) e o livro publicado postumamente *Apologia da História* ou *O ofício de historiador* (1949). Em *Os reis taumaturgos*, Bloch analisa, dentro de uma perspectiva sociológica-antropológica, o poder de cura que supostamente reis vinculados a duas dinastias europeias, a capetíngia (França) e a plantageneta (Inglaterra), possuíam, particularmente em se tratando da cura das escrófulas, doença que resulta na infecção dos gânglios linfáticos.

O caminho trilhado por Bloch em sua análise comparativa entre duas dinastias de reis taumaturgos (ou seja, que possui a capacidade de operar milagres) abriu um precedente investigativo que, mais tarde, desenvolveu-se em um novo campo historiográfico: a história comparada. O pioneirismo presente em *Os reis taumaturgos* acabou servindo, a partir dos anos de 1960, para que outro campo de pesquisa extremamente importante para a historiografia contemporânea pudesse aparecer: a história das mentalidades. Desse modo, como aponta o historiador Peter Burke, essa obra foi notável em pelo menos três aspectos:



Primeiro, porque não se limitava a um período histórico convencional, a Idade Média. [...] Bloch escolheu o período para localizar o problema, o que significava que tinha de escrever “a história da longa duração”. [...] Em segundo lugar, o livro era uma contribuição ao que Bloch denominava “psicologia religiosa”. O núcleo central do estudo era a história dos milagres e concluía com uma discussão explícita do problema de como explicar que o povo pudesse acreditar em tais “ilusões coletivas”. [...] Esse tipo de discussão sobre a psicologia da crença não era algo que se podia esperar de um estudo histórico dos anos de 1920. [...] Um terceiro aspecto que enfatiza a importância do estudo de Bloch é o que seu autor chama de “história comparativa”. [...] A comparação entre França e a Inglaterra é central no livro, os dois únicos países em que o toque real era praticado. (BURKE, 1997, p. 29-30)

Em *A sociedade feudal*, talvez o livro “mais durkheimiano” de Bloch, já que preocupasse com um tema central da obra do sociólogo Durkheim: a coesão social (como bem explora, os laços de dependência presentes no sistema feudal), de acordo com Burke (1997), podemos perceber sua atenção voltada para a sociedade feudal como um todo, não apenas em aspectos específicos. Realizando um recorte temporal que se inicia no ano de 900 e termina em 1300 (projeto confabulado pelos *Annales* de construir uma história total), concentra sua atenção na cultura do feudalismo, no que nomeava como modos de sentir e pensar.

No livro que até hoje é considerado pelo círculo de historiadores como um marco na historiografia ocidental, *Apologia da história* ou *O ofício de historiador*, Marc Bloch transmite toda angústia e perplexidade que o acometia nos anos iniciais da década de 1940, já que escreveu essa obra durante o período em que os soldados nazistas ocupavam o território francês. O ponto alto a se destacar ao longo dessa obra é a luta empreendida

[...] contra a historiografia estreita e superficial de diversos setores da historiografia de sua época, contra os quais Bloch opunha uma historiografia simultaneamente mais ampla e profunda. “Ampla” por preconizar tal diversidade de temas e de dimensões de estudo que fazia a História Política tradicional parecer extremamente estreita, em sua limitação a apenas uma pequena fatia do político (o poder relacionado às instituições e ao Estado, os confrontos bélicos e alianças, e a vida dos grandes políticos). “Profunda” por combater a superficialidade da História Factual, opondo-lhe a densidade e a profundidade que só podem ser alcançadas a partir da formulação de problemas históricos e da percepção de que os acontecimentos nada mais são do que a parte mais visível e fulgurante de processos e estruturas históricas muito mais profundas. (BARROS, 2012, p. 240)

Formulando concepções como “a história é a ciência que estuda os homens no tempo” ou comparando metaforicamente o historiador ao ogro do pântano que passa a vida a farejar carne humana em todo lugar, Bloch apresentou conjecturas que serviram de sólido alicerce para as duas gerações seguintes dos *Annales*.

Lucien Febvre, que, diferentemente de Bloch, preferiu acomodar-se ao sistema imposto aos franceses pelos nazistas a partir da ocupação alemã em junho de 1940, com a morte de seu companheiro de reflexões, tornou-se a principal referência dos *Annales* até sua morte, em 1956. Para Raimundo Barroso Cordeiro Júnior, doutor em história pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com tese sobre Lucien Febvre, esse historiador

[...] pode ser considerado como representante da primeira geração de historiadores completamente profissionalizados, isto é, que aprenderam as regras do ofício desde o primeiro estágio de sua formação. Significa dizer que Febvre traz em si uma ambiguidade bastante positiva, ou seja, representa a um só momento o sucesso de um padrão formativo e a assimilação das diretrizes do movimento de renovação das ciências sociais que se consolidava na passagem do século XX. (CORDEIRO JÚNIOR, 2013, p. 235)

Assim como fizemos com Bloch, também em Febvre iremos concentrar nossa atenção em três trabalhos historiográficos considerados de extrema relevância na bibliografia desse historiador: sua tese de doutorado *Phillipe II et la Franche-Comté* (1912), *Martinho Lutero, um destino* (1928), e *O problema da incredulidade no século XVI – a religião de Rabelais* (1942). Como podemos perceber, as três obras aqui citadas partem de estudos biográficos de personalidades históricas consagradas inclusive pela historiografia tradicional. Em se tratando de seu estudo sobre Philippe II e Lutero, o diferencial de Febvre é que ele parte da compreensão da singularidade de personagens como os aqui citados para compreender o todo, principalmente as grandes bases econômicas, sociais e mentais, conforme aponta Barros (2012).

É válido também destacar o fato de que a concepção que norteia o trabalho de Febvre é completamente distinta do modelo historiográfico vinculado à historiografia tradicional francesa.



**Febvre sempre insistiu em justificar, com plena razão, que estas obras não constituíam propriamente biografias, mas sim caminhos para elaborar um problema histórico. A relação entre o indivíduo e a sociedade, as pressões e contrapressões que uma instância exerce sobre a outra, o confronto entre a “iniciativas pessoais” e as “necessidades sociais” – eis aqui questões que atraíam a curiosidade historiográfica de Febvre, e que ele costumava expor nos prefácios dos livros que tomavam a vida humana como fio condutor para uma questão histórica. (BARROS, 2012, p. 229-230)**

Já em Rabelais, talvez a mais impactante contribuição de Febvre para a historiografia, nosso historiador além de ajudar a alicerçar as bases para que, a partir dos anos de 1960, a história das mentalidades tivesse condições de se constituir como um importante campo de análise para a história (assim como fizera Bloch), tocou em um ponto crucial para todos nós, historiadores: o problema do anacronismo. Ao analisar a colocação realizada pelo historiador francês Abel Lefranc sobre o intelectual renascentista Rabelais, considerando-o como ateu, Febvre destaca que esse ponto de vista é a própria personificação do anacronismo, ou seja, a análise do passado utilizando os valores culturais e sociais contidos no presente.

Para Febvre, os homens do século XVI compreendiam o conceito ateu de uma maneira distinta da qual consideramos na contemporaneidade, já que é notável a



**[...] ausência de inúmeras outras palavras ou conceitos que seriam fundamentais para que se possa falar no ateísmo como um modo de pensar, tal como ocorre hoje. [...] Febvre intentou demonstrar que as palavras blasfemas, ou aparentemente**

**blasfemas, que apareciam largamente nos textos de Rabelais, não eram de modo algum recursos em apoio de um racionalismo ateu, mas sim heranças de uma antiga tradição parodística medieval. (BARROS, 2012, p. 232)**

Outro ponto relevante a se destacar em Febvre é a sua profunda aproximação com a geografia, tendo como principal referência o geógrafo francês Vidal de La Blache (1845-1918). Citando um exemplo que o próprio Febvre gostava de repetir para valorizar a contribuição de concepções ligadas à geografia para a historiografia, “um rio pode ser tratado por uma sociedade como uma barreira, mas por outra, como um meio de transporte” (BURKE, 1997, p. 26). Assim, conclui que a maneira como uma determinada sociedade vive e se comporta é que estabelece a opção coletiva frente a um problema em relação ao ambiente físico apresentado, e não o contrário.

A grande chance profissional foi dada a Febvre após o fim da Segunda Guerra Mundial. Acabou assumindo o posto de auxiliar no processo de reorganização de uma das instituições de ensino superior mais prestigiada na França: a École Pratique des Hautes Études. Com esse posto, teve a possibilidade de colocar em prática todas as reflexões que ele e seu colega Marc Bloch realizaram na Universidade de Estrasburgo no início da década de 1920.



### Pesquise mais

Com o propósito de auxiliar na compreensão de duas concepções importantes para a historiografia, a história comparada e a história das mentalidades, disponibilizamos a seguir dois textos que tratam desses temas tão relevantes para os estudos históricos. O propósito é que você possa se aprofundar melhor nessas modalidades historiográficas inauguradas com os fundadores da Escola dos Annales, Marc Bloch e Lucien Febvre.

BARROS, José D’Assunção. **História comparada** – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. *História Social*, Campinas, n. 13, p. 7-21, 2007. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/207/199>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

DUBY, Georges. Reflexões sobre a história das mentalidades e a arte. Tradução: Heloísa Jahn. **Novos Estudos**, n. 33, p. 65-75, jul. 1992. Disponível em: <[http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/67/20080625\\_reflexoes\\_sobre\\_a\\_historia.pdf](http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/67/20080625_reflexoes_sobre_a_historia.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Como se não bastasse, acabou criando as bases necessárias para que Fernand Braudel (1902-1985), a quem considerava como um filho, pudesse dar continuidade às reflexões iniciadas pelos pioneiros dos *Annales*. Após a morte de Febvre, no ano de 1956, Braudel acabou assumindo o posto de seguidor direto de seu mestre, tornando-se a principal liderança a partir de então, vindo a ser considerado como a segunda geração dos *Annales*. Na próxima unidade, teremos a oportunidade de conhecer melhor as prerrogativas ligadas a esse segundo momento e como as novas propostas contribuíram para o surgimento de historiadores considerados a terceira geração dos *Annales*.

### Sem medo de errar

O propósito do professor Jorge com esta atividade é levar seus estudantes a refletir, dentro de uma perspectiva que se aproxima da história comparada – método historiográfico apresentado por Marc Bloch –, sobre a realidade enfrentada pelos seus antepassados mais próximos em comparação com a realidade vivenciada por eles. Se na primeira seção eles foram orientados a pensar sobre a questão das brincadeiras vivenciadas pelos familiares, agora o propósito é fazer algo parecido, mas dentro de uma perspectiva interdisciplinar. O objetivo é fazer justamente com que os alunos pensem a realidade na qual estão inseridos traçando um paralelo com o passado vivenciado pelos seus familiares.

A disciplina de geografia irá abordar, portanto, se as questões ligadas ao êxodo rural, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, acabaram afetando de alguma maneira a vida dos familiares dos estudantes. Hoje, como majoritariamente a população brasileira vive na cidade, inúmeros problemas sociais fazem parte da nossa realidade, situações que praticamente não existiam décadas atrás (o aumento dos índices de violência e a degradação de espaços urbanos localizados em espaços marginalizados da sociedade, por exemplo).

Questões como finanças domésticas podem ser abordadas pela matemática, levando-os a analisar a forma como o “ganhar” e o “gastar” dinheiro mudou de lá para cá: muitas famílias consumiam alimentos que estavam presentes no quintal da própria casa e era comum a presença de despensas para armazenar os alimentos, por exemplo. Os gastos eram bem diferentes dos que temos atualmente com internet, crédito para celular, assinatura de TV fechada, sem contar os inúmeros eletroeletrônicos que possuímos (e que facilitaram demais o nosso dia a dia!) e que não faziam parte do dia a dia de boa parte das famílias brasileiras tempos atrás (máquina de lavar roupa, lava-louças, geladeira, fogão, micro-ondas, ferro elétrico, chuveiro elétrico).

Com a disciplina de português serão analisados os hábitos ligados à leitura, mas também a ida à escola. Sabemos que décadas atrás muitas famílias consideravam o estudo menos importante que o trabalho, e muitos brasileiros acabavam não

concluindo seus estudos para ajudar no orçamento da casa. Vivemos na atualidade uma realidade um pouco distinta, já que o incentivo para que crianças estejam na escola (mesmo em situações precárias como vemos diariamente) aumentou significativamente se comparado a uma ou duas gerações.

Finalizando, a disciplina de ciências pode auxiliar na compreensão de como situações ligadas à higiene e limpeza são importantes para o bem-estar de nossa saúde. Elementos básicos presentes em nosso dia a dia, e que muitas vezes passam despercebidos por nós, como escova e pasta de dentes, sabonete, papel higiênico e um elemento fundamental, saneamento básico, foram primordiais para o aumento da expectativa de vida do brasileiro.

Com essas informações em mente, o professor Jorge espera despertar nos estudantes o fato de que, nas últimas décadas, no Brasil, nossa sociedade vem vivenciando algumas transformações fundamentais, mas que muitas vezes passam despercebidas por boa parte da população brasileira.

## Avançando na prática

### A infância e o ato de brincar: da teoria à prática

#### Descrição da situação-problema

Aproveitando o trabalho interdisciplinar realizado a respeito da realidade vivida pelos familiares de seus estudantes, o professor Jorge pretende abordar outro tema que entende ser de suma importância. Devido à sedentarização de muitas crianças na atualidade, o índice ligado à obesidade infantil, além das doenças que envolvem essa situação, só vem aumentando no Brasil.

Os hábitos com relação às brincadeiras (como vimos na seção anterior), que faziam parte do dia a dia das crianças, acabavam auxiliando a ter uma vida mais saudável. As gerações passadas, se por um lado tinham menos acesso a recursos tecnológicos, por outro levavam uma vida mais intensa no que diz respeito a atividades realizadas no cotidiano se comparadas ao ritmo de vida que muitas crianças possuem hoje em dia.

Assim, para esta nova situação-problema, Jorge irá contar com a participação dos professores de educação física e ciências. Pensando na importância que o diálogo com essas disciplinas pode proporcionar na vida de seus estudantes, espera explorar nas aulas de educação física as brincadeiras relatadas pelas crianças na segunda situação-problema, gerada na seção anterior, em que os alunos tiveram a oportunidade de conhecer um pouco o universo infantil de seus familiares. Assim, as formas de entretenimento relatadas pelos seus pais, avós, tios, enfim, serão colocadas em prática ao longo das aulas.

Com a disciplina de ciências, será explorada a importância de uma vida saudável,

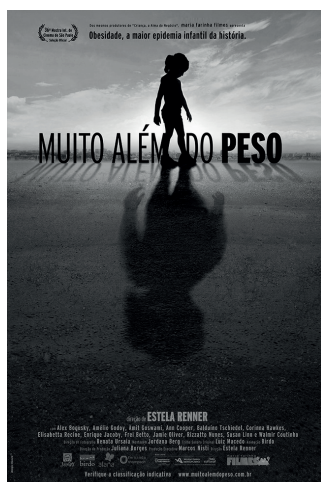
com a prática constante de exercícios físicos e a busca por uma alimentação balanceada. Ao final, em conjunto, os professores e os alunos irão elaborar uma tabela com a quantidade de exercícios diários necessários para se eliminar o sedentarismo de nossas vidas e com a quantidade de alimentos frescos (como verduras, legumes, frutos, vegetais) que devemos ingerir diariamente para manter uma vida saudável.

### Resolução da situação-problema

Não apenas no Brasil, mas em diversos outros países do mundo a obesidade infantil vem sendo tratada com muita preocupação por diversos especialistas. O índice de crianças apresentando “doenças de adulto”, como hipertensão, diabetes, colesterol e triglicérides altos, dentre outras, vem aumentando a cada dia que passa, e questionamentos dos mais diversos surgem a fim de combater esses males.

Como a escola é o espaço ideal para se refletir e ressignificar perspectivas sociais como essa, o professor Jorge espera contribuir para o despertar de uma consciência diferente com relação ao nosso próprio corpo. Se o ser humano for orientado desde pequeno a manter hábitos saudáveis, como uma boa alimentação e a prática de atividades físicas, a chance de mudarmos essa triste situação aumenta muito.

Complementando esse assunto, propomos que você assista ao filme *Muito além do peso*. As reflexões presentes ao longo dessa obra cinematográfica caminham lado a lado com as reflexões propostas pelo professor Jorge. Bom filme!



MUITO ALÉM DO PESO. Direção: Estela Renner. Produção: Maria Farinha Filmes. [S.l.]: Instituto Alana & Maria Farinha Filmes, 2012. 80 min, son., color. 1 DVD. Trailer disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=h0\\_NrMvHMrA](https://www.youtube.com/watch?v=h0_NrMvHMrA)>. Acesso em: 10 jan. 2017.



## Faça valer a pena

**1.** Complete as lacunas da sentença a seguir:

“O compromisso de Bloch com a \_\_\_\_\_ era menor do que o de Febvre, embora seu compromisso com a sociologia fosse maior. Contudo, ambos estavam pensando de uma maneira \_\_\_\_\_. Bloch, por exemplo, insistia na necessidade de o \_\_\_\_\_ combinar as habilidades de um arqueólogo, de um paleógrafo, de um historiador das leis, e assim por diante. Esses dois homens tinham necessariamente de encontrar-se. A oportunidade ocorreu por ocasião de suas nomeações para cargos na Universidade de \_\_\_\_\_.” (BURKE, 1997, p. 27).

Assinale a alternativa que apresenta o conjunto de palavras que preenche corretamente as lacunas.

- a) História, interdisciplinar, historiador metódico e Estrasburgo.
- b) Geografia, educativa, historiador tradicional e Estrasburgo.
- c) Interdisciplinaridade, plural, historiador pós-moderno e Estrasburgo.
- d) Geografia, interdisciplinar, historiador regional e Estrasburgo.
- e) Interdisciplinaridade, metódica, historiador regional e Estrasburgo.

**2.** “Por outro lado, *Os reis taumaturgos* (1924) constitui uma experiência pioneira que, de alguma maneira, pode ser relacionada a um novo campo que apenas se desenvolveria a partir dos anos de 1960 [...]. Tanto Bloch como Febvre trataram seus investimentos neste campo como experiências na área da psicologia coletiva, ou como temas relacionados aos ‘modos de sentir e de pensar’ – uma designação que aparece mais claramente em *Sociedade feudal* (1924).” (BARROS, 2012, p. 238)

A citação acima destaca o fato de que o caminho trilhado tanto por Bloch quanto por Febvre, membros da primeira geração dos *Annales*, acabou criando as condições necessárias para que, a partir dos anos de 1960, uma nova modalidade historiográfica surgisse. Assinale a alternativa que apresenta essa modalidade historiográfica.

- a) História social.
- b) História das mentalidades.
- c) História factual.
- d) História memorial.
- e) História coletiva.

**3.** Sobre a primeira geração dos *Annales*, assinale (V) para verdadeiro ou (F) para falso.

( ) Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a região da Alsácia-Lorena, antes dominada pelos alemães, passa novamente a ser controlada pelos franceses. É em meio a esse contexto que, na década de 1920, Marc Bloch e Lucien Febvre tornam-se professores na Universidade de Estrasburgo.

( ) No livro escrito por Marc Bloch *Os reis taumaturgos* é analisada a crença no poder de cura que reis ingleses e franceses tinham. Essa obra contribuiu de forma significativa para inaugurar uma modalidade historiográfica até então pouco utilizada pelos historiadores: a história comparada.

( ) O grande diferencial dos integrantes da primeira geração da Escola dos Annales em relação às demais gerações é a busca por uma identidade intelectual que afasta os campos de conhecimento, diferente das gerações seguintes, que buscaram a interdisciplinaridade.

( ) Dentre vários intelectuais que influenciaram os primeiros *Annales*, Marx e Michelet contribuíram de modo significativo com as ideias de Marc Bloch e Lucien Febvre. Com o primeiro aprenderam a entender a história como um grande dever de estruturas de longo termo, e com o segundo, a crítica aos métodos positivistas de seu tempo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA de verdadeiro ou falso.

a) V – F – F – V.

b) F – F – V – F.

c) V – V – F – V.

d) F – V – F – V.

e) V – V – V – F.

## Seção 3.3

### A terceira geração dos *Annales*

#### Diálogo aberto

O fim de mais esta seção fecha também um ciclo de trabalho desenvolvido pelo professor Jorge. Se nas situações-problemas criadas ao longo desta terceira unidade os estudantes foram orientados a buscar em suas residências histórias que até então encontravam-se restritas a um círculo pequeno de ouvintes, o propósito agora é fazer com que essa pesquisa seja apresentada aos sujeitos históricos consultados, ou seja, os familiares entrevistados. Mas de que maneira?

O propósito de Jorge é realizar uma feira de exposição em que os alunos terão a oportunidade de apresentar a pesquisa realizada a todos os seus familiares, não apenas àqueles que foram consultados para a realização desta atividade, mas para o maior número possível de pessoas envolvidas no cotidiano dos alunos. Assim, para complementar e enriquecer a apresentação, Jorge solicitou que os estudantes trouxessem objetos que de alguma maneira estivessem ligados às narrativas construídas sobre a fotografia selecionada. Quanto maior a quantidade de fontes diversas, melhor!

Intitulada “A história que há dentro de casa”, a feira de exposições que Jorge pretende desenvolver com seus alunos deverá conter a fotografia e a história relatada. Desse modo, cartolinas serão utilizadas e nelas estarão presentes as imagens ampliadas e as narrativas logo abaixo escritas para, posteriormente, serem coladas nas paredes da sala de aula. A ideia é construir uma espécie de espaço de memória para se valorizar a história presente nos lares de cada um de nós.

#### Não pode faltar

Quando Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956) fundaram a revista *Annales d'histoire économique et sociale*, no ano de 1929, a principal referência da segunda geração dos *Annales*, Fernand Braudel (1902-1985), estava chegando aos trinta anos de idade e atuava como professor de história na capital da Argélia, Argel,

com uma intensa carga horária no liceu, além de ser professor de retórica encarregado de conferências na Faculdade de Letras. A vida na Argélia, país em que viveu de 1923 até 1932, foi muito intensa: casou-se duas vezes, foi recrutado para o serviço militar e acabou fazendo parte das tropas francesas enviadas à Alemanha para ocupar a região do Vale do Ruhr.



### Assimile

A terceira unidade de nosso livro apresenta as contribuições que os integrantes da segunda e terceira geração dos *Annales* deixaram para a atualidade. Termos como longa duração, história das mentalidades, história fragmentada, interdisciplinaridade, micro-história, história cultural, lugares de memória, enfim, são expressões que fazem parte do métier do historiador contemporâneo.

Atento a essa pluralidade de termos cunhados pelos *Annales*, a reflexão que inicia esta seção é a seguinte: quais estratégias podem ser utilizadas no ambiente escolar no intuito de levar nossos estudantes a entender e valorizar a contribuição que essa variedade de concepções trazem para a compreensão de que todos nós, de uma forma ou de outra, somos também sujeitos históricos no meio do qual fazemos parte?

Para se tornar uma referência no campo da história, Braudel teve que abdicar de sua vontade de ser médico e seguir as orientações de seu pai, Charles Hilaire, professor de matemática, e acabou ingressando no curso de história na Sorbonne aos 18 anos. Após concluir seus estudos, partiu para o norte da África e passou a lecionar em cidades argelinas como Constantina, Toulon e, por último, Argel.

Após anos na Argélia, retornou à Europa para dar continuidade à sua vida como professor. No entanto, um convite inesperado fez com que Braudel se mudasse novamente do continente europeu: em 1935 embarcou no suntuoso transatlântico *Marsília* com destino ao Brasil para lecionar história na recém-inaugurada Universidade de São Paulo (USP). Graças ao acordo firmado entre o governo paulista e o governo francês, alguns jovens franceses foram convidados para lecionar na USP. Assim, além de Fernand Braudel, o filósofo Jean Maugué (1905-1990), o geógrafo Pierre Monbeig (1908-1987), o sociólogo Roger Bastide (1898-1974) e o antropólogo Claude Lévi-Straus (1908-2009) também fizeram parte do quadro de professores. (LIMA, 2013, p. 283).

A vivência na Argélia e a estadia no Brasil influenciaram decididamente o imaginário de Braudel. Como é originário do norte da França, e também passou boa parte de sua infância – em função de um problema de saúde respiratório – vivendo no campo em companhia da avó paterna, o contato mais direto que teve com o Mar Mediterrâneo em sua ida para Argélia fez com que se apaixonasse tanto por sua paisagem quanto

por sua história. É o mesmo mar utilizado pelos fenícios, romanos, gregos, enfim, desde a Antiguidade é explorado e utilizado com muita intensidade por diversos povos, guardando assim uma história riquíssima e que, mais tarde, serviria como base para seus estudos ligados à perspectiva teórica da longa duração.

Os anos em que viveu no Brasil fizeram Braudel “viajar pelo tempo”, já que, mesmo com as intensas transformações que ocorreram por aqui nos anos de 1930, muitas eram as referências ao velho continente: as pequenas cidades do interior faziam-no transportar para a Idade Média; as famílias patriarcais que ainda se mantinham fortes, mesmo com o avanço da modernidade industrial; a agricultura era (e ainda é) base importante da economia brasileira. Enfim, é por essas e outras que Braudel, anos mais tarde, ainda lembrava com carinho dos anos que passou por aqui:



[...] o pulso de luz por eles [vaga-lumes] emitidos, chamando a atenção para si, seriam os eventos. Mas caberia aos historiadores, sobretudo, estudar a densa obscuridade que permanece além deles. Esta obscuridade corresponderia às economias, à vida coletiva, às mentalidades, à organização social em classes, às civilizações; tudo, enfim, que permanece se repete e se recicla, independente do fugaz, embora intenso, brilho dos vagalumes. À curta existência dos fugidios pulsos de luz se sobrepõe a vida média dos vagalumes; mas para além destes se estende a longa duração da escuridão noturna. E mesmo esta terá um fim. (BARROS, 2012, p. 270)



### Exemplificando

A expedição francesa que veio ao Brasil nos anos de 1930 foi muito importante para o desenvolvimento de algo então novo em nosso país: a instituição do sistema universitário. Ao contrário da América Espanhola, que já no período colonial tinha suas universidades – como a Universidade Nacional Maior de São Marcos, no Peru, fundada em 1551 –, em terras brasileiras isso só foi possível no século XX.

A Universidade de São Paulo (USP), hoje referência acadêmica, recebeu de braços abertos os professores que vieram lecionar e contribuíram para a disseminação do saber. O texto a seguir contém uma entrevista com o historiador brasileiro Fernando Novais (1933) falando um pouco sobre os jovens franceses que desembarcaram no Brasil e foram lecionar na recém-inaugurada USP.

FERNANDO Novais: Braudel e a “missão francesa”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, set.-dez., 1994.

Em outubro de 1937 acaba retornando a Paris, mas um evento inesperado acaba moldando o caminho a ser trilhado por Braudel em sua retomada de vida europeia: ao embarcar no porto de Santos, encontra o também francês e historiador Lucien Febvre, que voltava de Buenos Aires após uma série de conferências. Desse encontro surge uma amizade tão forte que Febvre torna-se o principal mentor de Braudel, uma espécie de pai intelectual. Assim, no ano de 1939, inicia a escrita daquela que seria a sua obra mais conhecida e influente: *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*.

Assim como Marc Bloch, teve que se desdobrar para escrever sua *Apologia da história ou O ofício de historiador* encarcerado – Braudel também foi obrigado a escrever boa parte de sua obra ao longo de cinco anos em que foi mantido preso pelos alemães nazistas. No entanto, como era oficial da reserva, o tratamento era diferenciado em relação aos prisioneiros comuns. Desse modo, mantendo como podia uma boa relação com os carcereiros, além de ministrar aulas aos próprios prisioneiros e tendo a possibilidade de trocar correspondências com Febvre, manteve sua escrita sobre o Mediterrâneo ativa mesmo encarcerado, além de escrever seu primeiro artigo para a revista dos *Annales*, um texto sobre o brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987) publicado no ano de 1943.

Quando se livra da prisão, retorna a Paris para finalmente terminar *O Mediterrâneo*, obra que deve muito, principalmente em se tratando da primeira parte, à escola geográfica francesa e que é subdividida em três grandes volumes. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, publicado em 1949, não é um livro que coloca como personagem de destaque a figura do monarca espanhol Felipe II, mas sim do próprio mar Mediterrâneo. Ao longo de suas páginas é possível verificar a preocupação de Braudel em articular três ritmos temporais: a longa, a média e a curta duração. Como esclarece em carta endereçada à sua esposa:



A primeira [parte] trata de uma história quase imóvel, a história do homem em suas relações com o meio que o cerca [...] Por cima desta história imóvel eleva-se uma história de ritmo lento [...] que nós chamaríamos de boa vontade, se esta expressão não tivesse sido desviada de seu verdadeiro sentido, uma história social, a história dos grupos e agrupamentos [...] finalmente, a terceira parte, a da história tradicional ou, se quisermos, a da história talhada, não à medida do homem, mas à medida do indivíduo, a história dos acontecimentos [...]. Chegamos, assim, a uma decomposição da história por pisos. Ou, se desejarmos, à distinção, dentro do tempo da história, de um tempo geográfico, de um tempo social e de um tempo individual. (BRAUDEL, 1969 apud FONTANA, 2004, p. 276)

Em *O Mediterrâneo*, Braudel coloca claramente em prática um projeto que se encontrava também presente na primeira geração dos *Annales* (além de possuir outras formas de ser compreendida), mas agora de uma maneira diferenciada: a história total, ou a “história do todo”, em que articula as três estruturas por ele analisadas nesse livro. Líder carismático, intelectual diferenciado e um habilidoso executivo, Braudel assumiu de modo solitário o posto de principal liderança dos *Annales* de 1956, após a morte de Lucien Febvre, até 1969, ano em que, após sofrer muita pressão, decide dividir a direção da revista com historiadores como Jacques Le Goff (1924-2014), Marc Ferro (1924), Emmanuel Le Roy Ladurie (1929), Robert Mandrou (1921-1984), André Burguière (1938), Jacques Revel (1942) e François Furet (1927-1997), que, em conjunto com outros historiadores, assumem o posto de terceira geração dos *Annales*, também conhecidos como os representantes da *nouvelle histoire* – nova história –, passando a ditar os caminhos que essa escola historiográfica irá trilhar pelos próximos anos.

Contextualizando a década de 1960, é primordial levantar algumas questões interessantes a fim de demonstrar como nesse período inúmeros eventos contribuíram para a ressignificação que os integrantes da terceira geração dos *Annales* pretendiam colocar em prática. No campo social, essa década é marcada pela mobilização da comunidade negra em várias partes do mundo reivindicando direitos iguais – nos Estados Unidos, em 1968, um dos principais representantes desse movimento, o pastor protestante Martin Luther King, é assassinado –; mulheres saem às ruas também reivindicando uma participação mais igualitária em relação aos seus maridos – é a intensidade do movimento feminista; o Festival de Woodstock, realizado no ano de 1969, é um marco para a juventude da época, pois conseguiu reunir representantes musicais do que se convencionou chamar de movimento de contracultura, ou seja, por meio de lemas como faça amor, não faça guerra, jovens de várias partes do mundo mobilizaram-se contra o conservadorismo e contra a política externa dos Estados Unidos, simbolizada pela intervenção no Vietnã; na França, em maio de 1968, estudantes da Universidade de Paris lideraram um movimento intenso de protestos sociais, ao mesmo tempo em que uma greve geral mobiliza dois terços dos trabalhadores franceses.

Em meio a toda essa conjuntura social, começa a se desenhar

**[...] um novo padrão historiográfico, novas aberturas, retornos e possibilidades, e também incertezas para os historiadores no que se refere à natureza do conhecimento que produzem e ao papel do conhecimento histórico na sociedade. [...] Entre as novidades, postula-se a possibilidade de examinar a história de acordo com uma nova escala de observação [...], e a esta nova postura que se passou a chamar de Micro-história. [...] De igual maneira, o principal das preocupações historiográficas parece se deslocar para o âmbito da cultura, de modo que**

”

a História Cultural passa a ocupar uma posição central no grande cenário das modalidades historiográficas. Entre as incertezas, o giro linguístico iniciado nos anos de 1960 [...] atinge a própria historiografia. Além disso, as metanarrativas – grandes discursos ou concepções que viam na história um sentido, uma finalidade [...] – começam a perder credibilidade, introduzindo-se com isso um novo ambiente cultural que diversos autores denominam Pós-modernidade. (BARROS, 2012, p. 306-307)

Toda essa conjuntura cria a oportunidade favorável para que a terceira geração dos *Annales* viesse a postular uma participação mais decisiva nas questões que remetem à história. A história total, almejada pelos *Annales* da primeira e segunda geração, é agora fragmentada. Assim, para representar essa nova geração de historiadores, vamos concentrar nossa atenção em apenas três intelectuais da nova história: Jacques Le Goff (1924-2014), Pierre Nora (1931) e Philippe Ariès (1914-1984).

O reconhecido historiador medievalista Jacques Le Goff conheceu as perspectivas ligadas à Escola dos Annales em meados dos anos de 1940, no mesmo período em que frequentava como estudante a École Normale Supérieure. Também nessa mesma época, mais precisamente nos anos finais de 1940 e início de 1950, estagiou em Praga, na atual República Checa, lecionou em Amiens, norte francês, no Lincon College de Oxford, Reino Unido, e na École Française de Rome, Itália, de acordo com Franco Júnior (2014).

Desses anos iniciais de sua formação enquanto historiador, Le Goff destaca três ensinamentos fundamentais:



Primeiro, não se identifica com o tipo de história descritiva no conteúdo e restritiva na temática como presenciou nos cursos que seguiu na Sorbonne e em Oxford. Segundo, para seu jeito de ser é importante o trabalho coletivo, de troca constante e sistemática de ideias, não o isolamento que vivenciou em Oxford e no CNRS. [...] Terceiro, revelaram-se importantes no plano pessoal e intelectual as amizades feitas com colegas que depois seriam personagens de destaque nas suas áreas, dentre outros o sociólogo Alain Touraine, o filósofo Gilles Deleuze, o semiólogo Roland Barthes, o teólogo Marie-Dominique Chenu, o helenista Pierre Vidal-Naquet, os medievalistas poloneses Witold Kula e Bronislaw Geremek. (FRANCO JÚNIOR, 2014, p. 120)



Sua entrada no círculo dos *Annales* deu-se em definitivo quando foi contratado por Fernand Braudel para a VI Seção da École Pratique des Haute Études, no fim dos anos de 1950. Em 1969, com Emmanuel Le Roy Ladurie e Marc Ferro, assumiu a codireção da revista dos *Annales* e nos anos que se seguiram publicou uma admirável e vasta biografia dividida entre livros (individuais e coletivos), artigos e afins. De várias reflexões realizadas por Le Goff, concentremos nossa atenção em quatro conceitos selecionados pelo historiador brasileiro Hilário Franco Júnior, aluno de pós-doutorado do próprio Le Goff na École des Haute Études em Sciences Sociales (Escola de Autos Estudos em Ciências Sociais).

Primeiramente, trataremos do conceito cunhado entre os anos de 1973 e 1974: antropologia histórica. Segundo Le Goff, é necessário perceber que a história apresenta estruturas que merecem uma atenção diferenciada por parte dos historiadores. De acordo com Franco Júnior, “tal ideia nasce de uma necessidade de compreender a civilização de uma sociedade radicalmente diferente da nossa e cujo estudo força o historiador a empregar métodos da Antropologia” (FRANCO JÚNIOR, 2014, p. 129). O trabalho realizado pelo antropólogo Claude Lévi-Strauss, no que diz respeito às estruturas, foi essencial para a intelectualidade não só de Le Goff como também dos *Annales* entre os anos de 1960 e 1970.

Um segundo ponto a se destacar é a questão do silêncio das fontes. Para esse conceito, os trabalhos realizados anteriormente por Jules Michelet e Marc Bloch foram fundamentais. Com o primeiro, Le Goff inspirou-se na ideia de que um texto apresentado acaba retratando concepções próprias de seu tempo, além do fato de que o historiador não pode ter a pretensão de buscar no passado aquilo que verdadeiramente aconteceu, tendo que se satisfazer com o porquê as sociedades se modificam. Já em Bloch, além de compartilhar da mesma ideia de Michelet acerca da contextualização do texto, Le Goff compactua da atenção devida que devemos dar às palavras, já que, com o passar do tempo, elas não guardam o mesmo significado.

A terceira conceitualização é a questão do imaginário. Para elucidar melhor sua compreensão, temos a seguir o exemplo disponibilizado por Franco Júnior:

**Bom exemplo [sobre a questão do imaginário] é a percepção do espaço, que varia de sociedade para sociedade exatamente em função do imaginário. Se os cristãos medievais tinham alcançado a Índia com mercadores (como Marco Polo) e missionários (como João de Monte Corvino), por que a cartografia da época ignorava ou deformava a existência da região? Porque, explica Le Goff acatando a sugestão de Lucien Febvre, os homens da Idade Média eram mais propensos a escutar e a acreditar no que escutavam do que a ver a realidade concreta das coisas. E assim, com a repetição constante das lendas, projetava-se sobre outra região os complexos psíquicos do próprio Ocidente. (FRANCO JÚNIOR, 2014, p. 130-131)**

”

Os três conceitos aqui analisados convergem para um quarto conceito, o de história total. Ao se trabalhar esse conceito, é preciso ter em mente que qualquer fenômeno estudado tendo como referência um único ângulo de análise empobrece nossa própria escrita, além de limitar nossa capacidade de compreensão plural do todo. Compreender a complexidade dos fatos históricos a nós apresentados é um desafio estimulante, já que, como salienta Le Goff, eles “são uma combinação de elementos econômicos, sociais, culturais e psicológicos, sem que nenhuma dessas dimensões tenha preeminência.” (LE GOFF 1989 apud FRANCO JÚNIOR, 2014 p. 131-132)



### Pesquise mais

Muitos temas ligados à Idade Média foram alvos de profunda análise por parte do historiador Jacques Le Goff, considerado uma referência em se tratando de assuntos medievalistas. Em uma de suas principais obras sobre esse período histórico, *O nascimento do purgatório*, Le Goff analisa a construção ideológica, lenta e gradual, que envolve a inserção de um terceiro espaço no além, o purgatório, como intermediário entre o paraíso celeste e o inferno.

Ao mesmo tempo, apresenta algumas situações pontuais envoltas à ascensão de um novo ator social, o burguês, e como a prática da usura, vinculada às atividades comerciais existentes no interior dos centros urbanos medievais e praticada por esses burgueses, passou a ser vista pela Igreja Católica.

Os textos a seguir traçam um panorama interessante acerca dessa análise de Le Goff.

TOSTES, Rogério Ribeiro. O nascimento do purgatório como preparação do burguês: espaços citadinos, teologia social medieval. **Revista Vernáculo**, n. 17-18, 2006, p. 1-12. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/20425/13605>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

COSTA, Milton Carlos. Usura e purgatório: Jacques le Goff e a antropologia do sagrado medieval. In: V CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 5., 21-23 set. 2011, UNESP - Assis, p. 2.277-2.283. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/190.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

Boa leitura!

Em se tratando de Pierre Nora (1931), outro intelectual vinculado à terceira geração dos *Annales*, além do fato de ter sido um proeminente historiador, notabilizou-se também como editor, tendo colaborado de forma significativa não só com a organização de livros (individuais ou coletivos) envolvendo uma variedade de historiadores como também com o lançamento no mercado editorial internacional de obras que se tornaram referências no universo da historiografia.

Em seu percurso como historiador, ficou marcado como o historiador da memória, e sua mais significativa contribuição foi a proposta de identificação e análise do que nomeou como lugares de memória. Com o propósito de elucidar esse conceito de Nora, dois pontos merecem uma reflexão diferenciada:

**Em primeiro lugar, os lugares de memória são, para Nora, lugares em um tríplice sentido: são lugares tangíveis, sejam ou não lugares físicos e dotados de materialidade, sempre apreensíveis sensorialmente [...]. Em seguida, são lugares funcionais, carreados desde sua origem ou revestidos posteriormente da função de construir a memória francesa. Finalmente são lugares simbólicos nos quais se adensam características emblemáticas da memória da França, vale dizer, de sua identidade. (NEVES, 2014, p. 207)**

Pierre Nora sempre fez questão de reforçar que essa perspectiva por ele apresentada, de lugares de memória, visa compreender a particularidade da história francesa, e sua intenção nunca teria sido a de levar essa compreensão para outros lugares. No entanto, como bom editor que era, percebeu que a obra composta e dividida em três volumes *Les lieux de mémoire*, publicada no ano de 1984, veio a se tornar referência dentro do universo da historiografia, então, Nora não pensou duas vezes e, aproximadamente dez anos após sua publicação, passou a admitir que o conceito de lugares de memória poderia ser utilizado em outros contextos.

Um segundo assunto é a diferença que faz questão de pontuar com relação à memória e a história. Para Nora, a memória apresenta-se como algo espontâneo, vinculada ao social e, por esse motivo, coletiva, já que é vivenciada pelo conjunto de pessoas que compactuam dos mesmos lugares de memória; já a história é vista como vivência pautada no dever, portanto, voluntária e deliberada. Enquanto a memória é compreendida como uma prática social, a história é pura representação, uma memória-prótese. Essa cisão teria ocorrido, segundo Nora, pois as coletividades-memórias, assim como as ideologias-memórias deixaram de existir, ou seja, deixaram de existir comunidades em que a memória comum seja compartilhada entre seus pares, assim como ideologias sustentadas em perspectivas memoriais que amalgamam uma nação, por exemplo.

Philippe Ariès (1914-1984) é o historiador que finaliza a última seção de nossa unidade. A grande contribuição desse historiador, contemporâneo de Fernand Braudel, está no fato de ter definitivamente colocado em prática uma prerrogativa

que vinha há tempos sendo alimentada no interior dos *Annales*, mas que agora, enfim, materializa-se para o público: a história das mentalidades. Chamando a si mesmo como “um historiador domingueiro”, ou seja, aquele que se dedicava em suas horas vagas à atividade de historiador, não sendo um “profissional” da história propriamente dito, Ariès não se deixou levar pela história quantitativa e nos presenteou com duas obras clássicas da historiografia do século XX: *A infância e a vida familiar no antigo regime*, de 1960, e *O homem diante da morte*, de 1977.

Colocar a infância como ponto de reflexão, algo pouco explorado dentro do campo da história até então, foi uma contribuição extremamente significativa. Ao longo de sua obra, Ariès



**[...] defende que a ideia de infância, ou, mais exatamente, que o sentimento de infância, não existia na Idade Média. O grupo étnico que chamamos de crianças era visto, mais ou menos, como animais até a idade de sete anos e quase que como uma miniatura dos adultos daí em diante. A infância, de acordo com Ariès, foi descoberta na França, na altura do século XVII. [...] Cartas e diários do período documentam o interesse [após este período] crescente dos adultos no comportamento das crianças. (BURKE, 1997, p. 82)**

Já em seus últimos anos de vida, Ariès direcionou seus estudos para compreender as atitudes do ser humano perante a morte. Preenchendo uma lacuna histórica importante ao incluir a morte como objeto de pesquisa, esse estudo abarca aproximadamente mil anos da relação do homem com a morte, em uma clara referência à perspectiva ligada à longa duração. Assim, tendo como ponto de partida contextual a Baixa Idade Média, busca compreender como, desde então, o evento morte passou de uma visão pautada quase que na indiferença, uma resignação, além da total ausência de privacidade, conceitualizada por ele como “morte domada”, para o que chama de “morte invisível”, já que a ideia de morte passa por um processo de ressignificação, sendo vista como um tabu, como aponta Burke (1997).

Finalizando mais esta unidade, é extremamente oportuno reforçar que toda essa pluralidade que as três gerações dos *Annales* abarcam em suas reflexões só foi possível graças ao diálogo realizado com outros campos disciplinares. Sem essa comunicação e troca de ideias, sem o aprofundamento interdisciplinar, nós, da contemporaneidade, não teríamos condições de trabalhar com a profundidade e honestidade intelectual necessárias os assuntos ligados aos diversos eventos do passado. Assim, se os membros da primeira geração dos *Annales* apresentaram as prerrogativas necessárias para que os primeiros passos rumo a trabalhos interdisciplinares pudessem acontecer, os *Annales* seguintes souberam com maestria dar continuidade a esse percurso. Como bem lembra o historiador Hilário Franco Júnior, na França do Pós-Segunda Guerra Mundial,

[...] naquela França das chamadas *Trente glorieuses*, isto é, trinta anos (1945-1975) de grande prosperidade material e intensa efervescência cultural, a VI Seção [da *École pratique des hautes études*] foi agregando (devido ao impulso e ao prestígio dos *Annales*) outras ciências humanas em torno da história e se transformando em extraordinário laboratório no qual os historiadores conviviam com antropólogos, etnólogos, sociólogos, politicólogos, filósofos, economistas, demógrafos, linguistas, semiólogos, psicólogos. (FRANCO JÚNIOR, 2014, p. 125-126)



### Refleta

Nesta última seção, tivemos acesso a uma metáfora criada por Braudel usando vaga-lumes e a escuridão da noite para exemplificar o modo como devemos olhar para os acontecimentos do passado. Para finalizar, deixo mais uma metáfora braudeliana importante de se ter como referência para os estudos dos diversos acontecimentos históricos:

**O que interessa no estudo da história não é tanto os acontecimentos, superfície agitada como as ondas do mar, tão alardeados pela historiografia dominante, mas as sociedades subjacentes com suas permanências e suas mudanças mais lentas. (LIMA, 2013, p. 285)**

### Sem medo de errar

O ensino de história que buscamos levar aos nossos alunos na atualidade procura diferir-se do modelo de ensino que era ministrado no Brasil ao longo de boa parte do século passado. Por praticamente todo o século XX, o estudo da história estava alicerçado em premissas ligadas ao modelo positivista de ensino, em que se valorizava em demasia datas, grandes eventos do passado, assim como suas lideranças normalmente ligadas a uma visão política dos fatos.

Apenas no fim do século XX, de modo mais preciso no decorrer dos anos de 1980, é que o materialismo histórico veio, aos poucos e em alguns locais pontuais, substituir como prerrogativa teórica e metodológica esse modelo positivista de análise do passado.

Na virada do século XX para o século XXI, outra mudança significativa: passamos a embasar nossos estudos históricos em premissas ligadas à terceira geração da Escola dos *Annales*, a conhecida nova história. Desde então inúmeros desafios estimulantes foram apresentados; talvez um dos mais instigantes seja a desconstrução da ideia de que para estudar história, basta decorar os eventos a nós apresentados.

Muitos pais nos dias atuais ainda têm como referência essa ideia ligada à simples memorização do conteúdo contido nos manuais didáticos, já que foram orientados em seus anos como estudantes a pensar na disciplina de história dessa maneira. Mudanças de paradigmas como essas que estamos aqui tratando (positivismo, materialismo histórico e nova história) levam um tempo para se consolidar, assim, o papel por nós desempenhado é primordial para a concretização de um modelo de ensino de história que vem se reinventando com o tempo.

Uma atividade como essa proposta nesta unidade visa, portanto, ressignificar essa ideia, colocando os familiares dos alunos como sujeitos da história. Valorizar a história que está presente no interior de nossas casas, os acontecimentos realizados por pessoas próximas ou não a nós, como nossos pais, nossos avós, bisavós e familiares mais antigos, é o propósito neste momento. Esse tipo de percurso permite compreender que todos fazemos parte, de uma forma ou de outra, dos fatos e acontecimentos históricos. O microcontexto do qual fazemos parte está intimamente vinculado com uma perspectiva macro, ou seja, com os grandes fatos presentes na curta, média e longa duração.

O historiador italiano Carlo Ginzburg, um dos grandes expoentes do que se convencionou chamar de micro-história, em seu livro *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, retrata muito bem o que o professor Jorge pretende trabalhar com seus alunos e familiares. Narrando a história de Menocchio, um moleiro perseguido pelo tribunal de Inquisição por conta de suas ideias, Ginzburg procura demonstrar a importância de se partir de uma perspectiva micro para se compreender o todo. Já no início dessa obra Ginzburg destaca:



No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. “Quem construiu Tebas das sete portas?” – perguntava o “leitor operário” de Brechet. As fontes não contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo o seu peso. (GINZBURG, 1987, p. 15)

São referências pontuais como essa que reforçam como nós, historiadores do presente, podemos atuar como agentes propagadores de um modelo historiográfico que visa valorizar a multiplicidade e pluralidade cultural que caracteriza nossa história, além disso, partir de premissas como a trabalhada nesta seção só reforça como as histórias até então desconsideradas pela historiografia tradicional aproximam o estudante do vasto conteúdo histórico.

## Avançando na prática

### A infância também possui uma história!

#### Descrição da situação-problema

O professor Jorge achou que a exposição que está desenvolvendo com os alunos precisa de um complemento, um “algo a mais”. A proposta da exposição com as fotografias, histórias e alguns objetos selecionados está muito bem encaminhada, mas Jorge resolveu “inovar”: solicitou aos alunos que peçam às pessoas entrevistadas objetos que remetam à sua infância, principalmente brinquedos.

A ideia é que duas exposições aconteçam: uma valorizando a história contada sobre o evento contido na fotografia e outra expondo os brinquedos e brincadeiras que seus familiares se entretinham no cotidiano. No caso dos brinquedos e brincadeiras, a ideia é que a exposição seja lúdica, ou seja, que todos tenham a oportunidade de brincar de alguma forma com as brincadeiras e os objetos selecionados.

Assim, é esperado que os próprios alunos tenham conhecimento do modo como se brincava, das regras, ou seja, pesquisem antecipadamente para que, no dia da exposição, possam interagir com os adultos em brincadeiras que fizeram muito sucesso em um passado não tão distante assim: bolinha de gude (ou burquinha), pular amarelinha, peteca, taco ou *bets*, fazer pipa (ou papagaio), bater bafo (ou bater figurinha), brincar de esconde-esconde, pega-pega etc.

#### Resolução da situação-problema

A grande intenção de uma proposta como essa é a interação entre gerações em brincadeiras que ainda estão no cotidiano de algumas crianças, mas que para muitas são desconhecidas.

O propósito é fazer também com que os estudantes tenham a oportunidade de refletir sobre o modo como as crianças se relacionavam e ficavam entretidas com as brincadeiras, comparado aos dias de hoje, ao modo com que elas se relacionam em meio aos espaços e brincadeiras presentes diariamente.

Relacionar passado e presente, traçar analogias e paralelos entre esses dois espaços temporais é um exercício interessante que coloca os alunos para refletir sobre o seu agora, além de também terem a oportunidade de verificar, por meio das brincadeiras e dos brinquedos como, com o passar do tempo, as coisas tendem sempre a modificar, ou seja, são questionamentos aparentemente simples, mas que acompanham as questões ligadas ao plano macro de nossa sociedade.

Inserir a discussão sobre as brincadeiras e os brinquedos existentes na atualidade e em um passado recente insere o universo infantil na ótica de análise historiográfica, pressuposto que o historiador Philippe Ariès soube muito bem conduzir com suas pesquisas sobre a infância. É um caminho importante para fazer com que o estudante se enxergue também como um sujeito da história.

### Faça valer a pena

**1.** Sobre o historiador Fernand Braudel, avalie as afirmações abaixo:

I. A sua característica principal é a busca da longa duração, ou seja, das permanências e realidades duradouras nos processos históricos.

II. Uma de suas principais obras, o livro *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II* é um exemplo significativo da valorização por Braudel da história de longa duração.

III. Braudel é o principal nome da segunda geração dos *Annales*, posto que ele exerceu com maestria de 1956, após a morte de Lucien Febvre, até o ano de 1969.

IV. Após a morte de Lucien Febvre, Braudel rompeu em definitivo com seus predecessores, elevando a Escola dos Annales ao posto de principal referência da historiografia pós-moderna.

Agora, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As afirmativas I e II estão corretas.
- b) As afirmativas I e IV estão corretas.
- c) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) As afirmativas I, II e IV estão corretas.
- e) As afirmativas II, III e IV estão corretas.

**2.** Segundo Burke (1997), tomando o próprio mar para análise, Braudel contrasta o Mediterrâneo ocidental, nessa época dominado pelos espanhóis, com o Mediterrâneo oriental, submetido aos turcos. A política apenas segue o roteiro de uma realidade subjacente. Esses dois Mediterrâneos, comandados por dirigentes rivais, eram física, econômica e culturalmente diferentes entre si. A região mediterrânea, porém, continuava a ser uma unidade, mais uma do que a Europa, segundo Braudel, graças tanto ao clima, aos vinhos e às oliveiras quanto ao próprio mar.



Compactuando da interdisciplinaridade, pressuposto fundamental para se compreender a Escola dos Annales, Fernand Braudel dialogou com várias disciplinas, mas aquela que influenciou principalmente a primeira parte de *O Mediterrâneo* foi, sem dúvida:

- a) A escola geográfica francesa.
- b) A escola metódica alemã.
- c) A escola positivista francesa.
- d) A escola pós-moderna americana.
- e) A escola antropológica brasileira.

**3.** “Num manuscrito do século XIII pode-se ler: ‘Os usurários são ladrões, pois vendem o tempo, que não lhes pertence, e vender o bem alheio, contra a vontade do possuidor, é um roubo’” (LE GOFF, 1989, p. 39).

Ao trabalhar com a ideia de usura, Le Goff procurou explorar o imaginário medieval da sociedade europeia. Os usurários, personagens novos nessa sociedade, acabaram rompendo um sistema social que estava alicerçado basicamente na seguinte estrutura:

- a) Os usurários são membros da própria Igreja que se recusavam a pagar impostos tanto aos membros do alto clero quanto à nobreza, por isso foram condenados pela prática de heresia e excomungados.
- b) Peritos na arte da ourivesaria, os usurários começaram a enriquecer principalmente após as grandes navegações, período em que os europeus passaram a explorar suas colônias recém-descobertas no continente americano.
- c) Os usurários tornaram-se cavaleiros especializados em saques durante as cruzadas, por essa razão enriqueceram de tal maneira que passaram a despertar a cobiça de membros da Igreja Católica.
- d) Os usurários eram nobres que passaram a exercer atividades comerciais e, com isso, começaram a lucrar com os produtos orientais que negociavam em vários burgos espalhados pela Europa.
- e) Os usurários, com suas atividades econômicas, inseriram-se em uma estrutura social que basicamente era composta por servos, nobres e membros do clero, que a princípio repudiavam a atitude desses novos atores sociais.



# Referências

BARROS, José D'Assunção. História comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**, Campinas, n. 13, p. 7-21, 2007. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/207/199>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Escolas históricas – discussão de um conceito a partir de dois exemplos principais: a Escola Histórica Alemã e a Escola dos Annales. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 17, n. 24, p. 7-36, dez. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2010v17n24p7/18486>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Teoria da história** – os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. Petrópolis: Vozes, 2011a. v. 2.

\_\_\_\_\_. **Teoria da história** – os paradigmas revolucionários. Petrópolis: Vozes, 2011b. v. 3.

\_\_\_\_\_. **Teoria da história** – acordos historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. Petrópolis: Vozes, 2011c. v. 4.

\_\_\_\_\_. **Teoria da história** – Escola do Annales e a Nova História. Petrópolis: Vozes, 2012. v. 5.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CORDEIRO JÚNIOR, Raimundo Barroso. Lucien Febvre (1878-1956). In: PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da história: de Tocqueville a Thompson**. Petrópolis: Vozes; PUC-Rio, 2013. p. 227-253. v. 2.

COSTA, Milton Carlos. Usura e purgatório: Jacques Le Goff e a antropologia do sagrado medieval. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 5., 2011, Assis. **Anais...** Assis: UNESP, p. 2.277-2.283. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/190.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

DUBY, Georges. Reflexões sobre a história das mentalidades e a arte. Tradução de Heloísa Jahn. **Novos Estudos**, n. 33, p. 65-75, jul. 1992. Disponível em: <[http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/67/20080625\\_reflexoes\\_sobre\\_a\\_historia.pdf](http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/67/20080625_reflexoes_sobre_a_historia.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

FERNANDES, Cássio da Silva. Concepção de Estado e conhecimento histórico entre Leopold von Ranke e Jacob Burckhardt. In: SEMINÁRIO FACETAS DO IMPÉRIO NA HISTÓRIA, 2006, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ProDoc/CAPES – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 2006. p. 1-13.

FERNANDO Novais: Braudel e a “missão francesa”. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 22, São Paulo, set.-dez. 1994.

FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru: Edusc, 2004, p. 276.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. Jacques Le Goff (1924-). In: PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da história**: de Ricoeur a Chartier. Petrópolis: Vozes; PUC-Rio, 2014. p. 117-140. v. 3.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 15.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Filosofia de la historia universal. In: HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 20-21.

RTV Unicamp. **Diálogo sem fronteira**: a importância da interdisciplinaridade. 2016. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_grkgvJLl0l](https://www.youtube.com/watch?v=_grkgvJLl0l)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida**: a usura na Idade Média. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LIMA, Luís Corrêa. Fernand Braudel (1902-1985). In: PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da história**: de Tocqueville a Thompson. v. 2. Petrópolis: Vozes; PUC-Rio, 2013. p. 254-277.

MOURREAU, Jean-Jacques. Nazistas a contragosto. **História Viva**. São Paulo: Duetto Editorial, 2009. Disponível em: <[http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/nazistas\\_a\\_contragosto.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/nazistas_a_contragosto.html)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

MUITO ALÉM DO PESO. Direção: Estela Renner. Produção: Maria Farinha Filmes. [S.l]: Instituto Alana & Maria Farinha Filmes, 2012. 80 min, son., color. 1 DVD. Trailer disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=h0\\_NrMvHMrA](https://www.youtube.com/watch?v=h0_NrMvHMrA)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

NEVES, Margarida de Souza. Pierre Nora (1931-). In: PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da história**: de Ricoeur a Chartier. v. 3. Petrópolis: Vozes; PUC-Rio, 2014. p. 202-223.

NIETZSCHE. **Sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida**. 2008.

PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da história**: de Tocqueville a Thompson. v. 2. Petrópolis: Vozes; PUC-Rio, 2012. p. 51-67.

REIS, José Carlos. Marc Bloch (1886-1944). In: PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da história**: de Tocqueville a Thompson. v. 2. Petrópolis: Vozes; PUC-Rio, 2013.

p. 254-277.

TARJA branca. Direção: Cacau Rhoden. Produção: Maria Farinha Filmes. [S.l.]: Instituto Alana & Maria Farinha Filmes, 2014. 80 min, son., color. 1 DVD. Trailer disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dadvMzBqldI>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. Jacob Burckhardt (1818-1897). In: PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da história**: de Tocqueville a Thompson. Petrópolis: Vozes; PUC-Rio, 2012, p. 51-67.

TOSTES, Rogério Ribeiro. O nascimento do purgatório como preparação do burguês: espaços citadinos, teologia social medieval. **Revista Vernáculo**, n. 17-18, 2006. p. 1-12.

UNIVESP TV. **História**: a relação entre a História e a Filosofia – parte I. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0-0mhINzfMk>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **História**: a relação entre a História e a Filosofia – parte II. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QFSOtmdWYuQ>>. Acesso em: 10 jan. 2017.



# A historiografia contemporânea e suas orientações teórico-metodológicas

## Convite ao estudo

Olá! Estamos de volta com mais uma unidade de ensino, na qual teremos um desafio muito grande para os nossos estudos. Como todo desafio, ele será difícil, mas recompensador. Analisaremos nas próximas seções como a historiografia tem se moldado depois do estardalhaço realizado pela Escola dos Annales ou, conforme Peter Burke em *A Escola dos Annales*, “a revolução francesa da historiografia”. Nosso recorte temporal não será exato, mas parte aproximadamente de 1930 até a atualidade, uma vez que a famosa revista francesa iniciou seus trabalhos em 1929.

Na primeira seção, “História e interdisciplinaridade”, abordaremos a fragmentação do campo da história a partir das novas fontes, novas dimensões, novos domínios e novas abordagens proporcionadas a partir do início do século XX. Também trataremos do diálogo da história com outros campos do conhecimento, especialmente a antropologia.

Na segunda seção, “História e diversificação metodológica”, trataremos das contribuições de quatro gigantes da história – Robert Darnton, Roger Chartier, Carlo Ginzburg e Norbert Elias –, analisando os avanços que eles proporcionaram.

Na terceira e última seção, “História e pós-modernidade”, teremos a mesma intenção da seção anterior: conhecer os principais trabalhos e as contribuições de grandes autores, não somente de historiadores, para os herdeiros de Clio, a deusa grega da história. Os autores discutidos serão Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Hayden White. Também apresentaremos o conceito de pós-modernidade e analisaremos o futuro da historiografia.

Esperamos, assim, dar a você, aluno, um interessante arcabouço teórico-metodológico que contribua grandemente com a sua formação acadêmica.

Bons estudos!





## Seção 4.1

### História e interdisciplinaridade

#### Diálogo aberto

Nesta situação-problema, vamos acompanhar os desafios do professor Antonio na sua prática como professor de história. Após explicar que não se trata de uma simples disciplina escolar e que, atualmente, possui diversas subáreas, com visões diferentes aplicáveis a cada tipo de problema, o professor Antonio propõe aos seus alunos do 3º ano do ensino médio uma reflexão sobre fatos recentes ocorridos no mundo, desde conflitos bélicos no Oriente até a reforma educacional no Brasil. Para isso, pede que a turma se divida em equipes e sorteia um tema a cada uma. Em seguida, leva-a ao laboratório de informática para que os grupos pesquisem mais informações sobre seus temas, registrem-nas e discutam sob qual prisma poderão mais facilmente analisar tais eventos: história social, cultural, política, das mentalidades, regional, entre outros. Durante a seção, vamos apreender melhor sobre as divisões da história para dar subsídios ao professor Antonio na sua empreitada.

#### Não pode faltar

Fizemos um interessante caminho sobre as discussões teóricas da história nas últimas unidades, estudamos desde o pensamento e o ideário dos historiadores da Antiguidade, passando pelas mudanças do Medievo, o historicismo do século XIX e a revolução causada pela Escola dos Annales. Chegamos agora ao ponto de discutirmos sobre a historiografia contemporânea, seus desafios e obstáculos a serem transpostos.

A multiplicidade de fontes que a escola histórica francesa do início do século XX proporcionou tornou o ofício do historiador muito mais aberto. Novas fontes geraram naturalmente novos objetos e novas abordagens do fazer historiográfico. A história, antes presa a uma perspectiva política, alargou enormemente o leque de possibilidades. Todavia, essa abertura também trouxe problemas, como a dificuldade de definição de alguns campos. Veremos agora como ocorreu essa abertura do campo do historiador, quais são as novas abordagens e dimensões dessa profissão e os intelectuais mais destacados desse período.



### Assimile

A ideia de que a história se fragmentou é muito comum para os historiadores. A pulverização das análises históricas é um fato. Contudo, ela pode e deve ser questionada. Será que o abandono das construções históricas totalizantes não pode ser um erro? Até que ponto o excesso de especialização criou doutores focados em temas demasiadamente específicos? Leia a entrevista que François Dosse concedeu à *Folha de S. Paulo* e tire suas conclusões.

COLOMBO. Sylvia. François Dosse reúne migalhas da história. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25/04/2001. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2504200115.htm>>. Acesso em: 7 mar. 2017.

Para embasar nosso caminho, utilizaremos alguns argumentos do livro *O campo da história: especialidades e abordagens*, do historiador José D'Assunção Barros. O autor realiza com maestria um árduo mapeamento das várias especialidades que a história se propôs a analisar depois dos abalos oriundos da Escola dos Annales. De início, Barros (2004) apresenta três ordens de classificação dos trabalhos dos historiadores: segundo a **dimensão**, a **abordagem** e o **domínio**. Podemos facilitar o entendimento destas divisões da história quando imaginamos as dimensões da vida humana. “[...] embora na realidade social efetiva estas nunca apareçam desligadas entre si (*dimensão, domínio e abordagem*). Teremos então uma história demográfica, uma história da cultura material, uma história econômica, uma história política, uma história cultural e assim por diante.” (BARROS, 2005, p. 231)

Afinal, como podemos exemplificar essas dimensões? Todo tipo de análise relacionada às populações, como estudos sobre natalidade e mortalidade, movimentos migratórios, povoamentos, entre outros, insere-se na arena da história demográfica. Já a história da cultura material se atenta para tudo o que o homem produziu, desde instrumentos relacionados à alimentação, como talheres e objetos de cerâmica, até grandes construções, como edifícios e monumentos. Também podemos classificar com relação às dimensões a história das mentalidades e a do imaginário, que podem ser vistas como desdobramentos de trabalhos relacionados à história cultural. Apesar de parecerem próximas, há uma diferenciação bastante latente entre as duas.



Embora existam alguns objetos em comum, a História do Imaginário marca alguma distância em relação à História das Mentalidades. Esta última associada à ideia de que existe em qualquer sociedade algo como uma “mentalidade coletiva”, que *grosso modo* seria uma espécie de estrutura mental que só se transforma muito lentamente, às vezes dando origem

a permanências que se incorporam aos hábitos mentais de todos os que participam da formação social (apesar de transformações que podem estar se operando rapidamente nos planos econômico e político). A História do Imaginário não se ocupa propriamente destas longas durações nos modos de pensar e de sentir, mas sim da articulação das imagens visuais, verbais e mentais com a própria vida que flui em uma determinada sociedade. (BARROS, 2005, p. 233)

Os dois campos acima descritos por Barros (2005) têm particularidades bem específicas para viabilizar seus estudos. Um exemplo clássico de trabalho com as mentalidades está no livro *O queijo e os vermes*, escrito por Carlo Ginzburg em 1976. O autor analisa o processo inquisitório de um moleiro chamado Menocchio. Contudo, o objetivo não é somente conhecer uma história que poderia ser apenas biográfica. Analisando o processo e as falas do moleiro, Ginzburg tenta perceber alguns aspectos importantes da mentalidade medieval. Ele não tem a pretensão de alcançar a totalidade do pensamento do Medievo, mas, com a análise dialógica dos depoimentos, combinando uma metodologia de análise intensiva das fontes e flertando com a “descrição densa” proposta por antropólogos como Geertz (1989), consegue alcançar um resultado belíssimo. Ginzburg é notadamente um historiador da micro-história, mas essa característica tem relação com a sua abordagem das fontes, sua dimensão é a da mentalidade. Barros (2005) deixa muito claro no seu livro que as diversas divisões da história dialogam e muitas vezes se complementam. Sua categorização existe para facilitar o estudo, mas não são dimensões ou abordagens estanques.

Há alguns campos da história que têm como característica a possibilidade de criar inúmeras subdivisões. A história cultural é uma delas, podendo abarcar a história das mentalidades e a do imaginário, por exemplo. Além dela, a história política e a história social também têm essa particularidade. Vejamos como a história política pode se ramificar.

Conforme estudamos na segunda unidade desta disciplina, durante o século XIX, a história metódica utilizava de forma hegemônica a dimensão política, até porque trabalhos de cunho social e cultural eram descartados. Por isso, quando surgiu a Escola dos Annales, a perspectiva de análise da política se afastou grandemente dos historiadores. Esse fenômeno é facilmente explicado. A possibilidade de analisar várias fontes e propor trabalhos nas mais diversas dimensões instigou os historiadores a uma grande multiplicidade de trabalhos, deixando a história política em segundo plano. Barros (2005) afirma que apenas na década de 1980 começaram a surgir trabalhos que tentaram resgatar a dimensão política, não retomando os ideais do paradigma historicista, mas entendendo que a análise política também deveria ser remodelada pelas ferramentas dos *annales*. Assim, Dias (2012, p.19) afirma que:



Não obstante, a Escola dos Annales não surgiu para repensar a História Política, ou para discutir os seus pressupostos, mas para destroná-la. [...] Com os Annales, a História tomou nova orientação na pesquisa, deixando de enfatizar as figuras de proa, os grandes personagens que ocultavam as “multidões laboriosas”, o que significava fechar-se apenas em uma visão estreita e incompleta da sociedade, que não passava de “arranhões” na superfície do real.

Nem tanto ao céu, nem tanto ao inferno. Se os historiadores metódicos só arranhavam a superfície da história ao prenderem-se na análise puramente política, os historiadores da Escola dos Annales também foram omissos ao ignorar a dimensão política. Por isso, o ressurgimento da história política, metodologicamente abordada por um viés dos *Annales*, é tão importante. Todavia, qual seria essa nova roupagem da história política?



Objetos da História Política são todos aqueles que são atravessados pela noção de “poder”. Neste sentido, teremos, de um lado, aqueles antigos enfoques da História Política tradicional que, apesar de terem sido rejeitados pela historiografia mais moderna de a partir dos anos 1930, com as últimas décadas do século XX começaram a retornar com um novo sentido. A guerra, a diplomacia, as instituições ou até mesmo a trajetória política dos indivíduos que ocuparam lugares privilegiados na organização do poder – tudo isto começa a retornar a partir do final do século com um novo interesse. (BARROS, 2005, p. 234)

Essa nova história política abandonou a narrativa dos grandes líderes e dos grandes fatos para preocupar-se com todas as instâncias do poder. Por isso, é comum trabalhos da dimensão política na chamada história vista de baixo, que analisa pessoas ou grupos que não apareceriam na história política tradicional e que têm grande importância na constituição e no entendimento de determinadas sociedades.

A história social também apresenta uma gênese de totalidade histórica. Ela geralmente estuda os homens e suas relações. Trabalhos envolvendo dinâmicas familiares, religiosas, educacionais e de outros grupos são sempre elencados no campo social. Como quase todos os aspectos da vida humana têm características ligadas ao social, é fácil perceber o caráter totalizante dessa dimensão histórica. Barros (2005) explica assim essa peculiaridade da história social:

[...] a noção de “História Social” também foi vinculada por alguns pensadores e historiadores a uma “história total”, encarregada de realizar uma grande síntese da diversidade de dimensões e enfoques pertinentes ao estudo de uma determinada comunidade ou formação social. Portanto, estaria a cargo da História Social criar as devidas conexões entre os campos político, econômico, mental e outros – o que implica que, nesta acepção, a História Social deixa de ser uma modalidade mais específica, como qualquer outra, para se tornar o campo histórico mais abrangente que se abriria à possibilidade da síntese...História Social como História da Sociedade. (BARROS, 2005, p. 234)

Além da história cultural, política e social, outro campo considerado dos mais destacados na perspectiva das dimensões da vida humana é o da história econômica. Esse campo despertou interesse dos pesquisadores desde o início do século XX. Tem uma vertente de estudo muito consolidada, a marxista, que segue o modelo de análise econômico por meio dos “modos de produção” de uma sociedade. Desse modo, para o materialismo histórico, a história é movida pela luta de classe nas diversas eras. A perspectiva de análise dos marxistas formou o entendimento dos modos de produção mais conhecidos, até mesmo por aqueles que não são da área específica da história, como o asiático, o feudal e o capitalista.

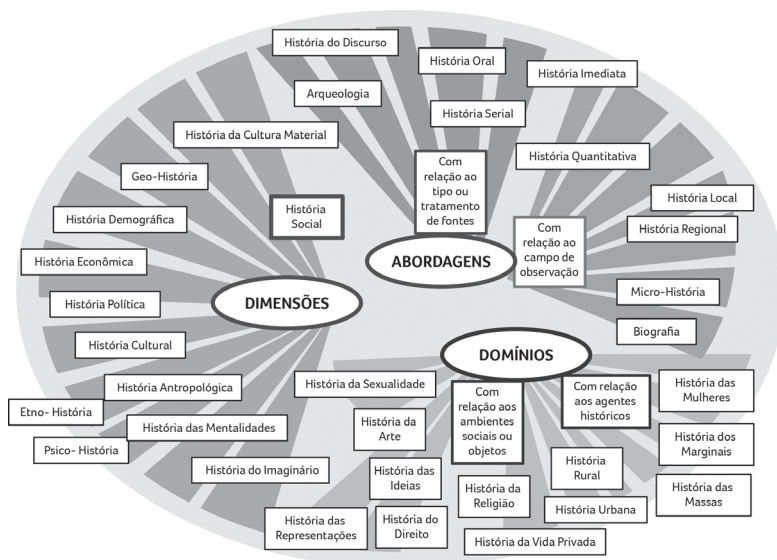
Cultural, política, social e econômica são algumas das **dimensões** mais conhecidas da história, mas não são as únicas. Além disso, Barros (2005) utiliza outras duas categorias de análise dos trabalhos dos historiadores: as **abordagens** e os **domínios**. Vale a pena lembrar que uma classificação não anula a outra, pelo contrário, elas são complementares. Por exemplo: um trabalho da dimensão da história social pode ter como abordagem a história oral (relacionada ao tipo ou tratamento das fontes) e um domínio da história urbana (relacionada ao ambiente social).



### Assimile

Para facilitar a visualização das classificações elaboradas por José D'Assunção Barros (2005), vejamos o quadro que ele mesmo criou:

Quadro 4.1 | O campo histórico



Fonte: Barros (2005, p. 232).

Agora que já trabalhamos com as dimensões do campo histórico, vamos nos ater às abordagens. Elas têm relação com o tipo e o tratamento dado às fontes. Relacionam-se assim muito mais com o fazer do historiador, aproximando-se do campo da metodologia. Neste momento, percebemos um resquício do paradigma historicista. É óbvio que os metódicos não permitiriam a análise de fontes que não fossem oficiais e escritas, contudo, o zelo pela metodologia de análise das fontes ainda permanece. Claro que, com a abertura proporcionada pelos *Annales*, a multiplicidade de fontes se agigantou, permitindo que o campo da história ficasse extremamente rico e ao mesmo tempo complexo.

Conforme vimos no Quadro 4.1, sobre os campos da história, há várias categorias possíveis de se trabalhar nessa perspectiva: história oral, história serial, micro-história, história regional, entre outras. Todas essas abordagens sempre se relacionam mais com a metodologia do historiador do que com aspectos teóricos. Vejamos como exemplo a história regional.



Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele se mostra interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar. (BARROS, 2005, p. 236)

Seguindo o que foi apresentado na citação anterior, podemos entender que um historiador pode fazer um trabalho de história regional ao analisar as disputas políticas entre duas famílias pela administração de uma determinada cidade. Será um trabalho com a abordagem regional, mas com a dimensão do político.

A última categoria criada por Barros (2005), para entendermos as divisões do campo da história, é a dos domínios. Segundo o mesmo autor, essa categoria está relacionada



[...] aos “agentes históricos” que eventualmente são examinados (a mulher, o marginal, o jovem, as massas anônimas e qualquer outro), aos “ambientes” de estudo” (rural, urbano, vida privada) e aos “objetos de estudo” (arte, direito, religiosidade, sexualidade). Os exemplos sugeridos são apenas indicativos de uma quantidade de campos que não teria fim. (BARROS, 2005, p. 237)

Dimensões, domínios e abordagens são categorias importantes para definir o campo de ação do historiador. Temos que salientar que tanto a explicação aqui realizada como o Quadro 4.1, sobre o campo da história, já apresentado, são demonstrações atuais do movimento de pulverização da história. Como ciência viva, esse campo pode e provavelmente deve sofrer outras alterações, certamente no caminho de novas e mais imbricadas especialidades. Barros (2005) salienta que essa característica da historiografia contemporânea se relaciona a dois fenômenos: hiperespecialização crescente em todos os campos científicos e crise de modelos totalizantes, que tentavam sintetizar a história em uma única análise.

Outra explicação possível para o fenômeno da hiperespecialização tem relação com uma importante característica inaugurada à época da Escola dos Annales: a interdisciplinaridade. O diálogo aberto e profícuo com outros campos do conhecimento enriqueceu a história, abriu um baú repleto de novas fontes e contribuiu para as divisões do campo historiográfico.



### Pesquise mais

Os professores doutores *Ciro Flamarion Cardoso* e *Ronaldo Vainfas* lançaram em 1997 o livro *Domínios da história*, uma coletânea de artigos que tentavam mapear os diversos rumos para os quais a história havia se ramificado após a Escola dos Annales. Em 2011 revisitaram o trabalho, lançando *Novos domínios da história*. No link abaixo, temos o acesso na íntegra ao primeiro livro, graças ao projeto Google Digital Source. Aproveite essa maravilhosa obra.

CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Disponível em: <[http://www.univas.edu.br/menu/BIBLIOTECA/servicos Oferecidos/livrosDigitalizados/historia/DominiosdaHistoriaCiroFlamarionCardosoeRonaldoVainfas.pdf](http://www.univas.edu.br/menu/BIBLIOTECA/servicos%20Oferecidos/livrosDigitalizados/historia/DominiosdaHistoriaCiroFlamarionCardosoeRonaldoVainfas.pdf)>. Acesso em: 18 maio 2017.

Destacamos aqui as contribuições de alguns autores que foram importantes nesse trabalho interdisciplinar que tanto enriqueceu a história. Para começar, apresentaremos o antropólogo estadunidense Clifford Geertz. Ele nasceu na Califórnia, em 1926, e faleceu na Filadélfia, em 2006. Doutor em antropologia por Harvard em 1956, lecionou em diversas universidades, como MIT, Harvard, Califórnia at Berkeley e Chicago, antes de tornar-se, em 1970, membro permanente da School of Social Science, do Institute for Advanced Study, da Universidade de Princeton. Geertz realizou diversos estudos antropológicos, os mais conhecidos foram feitos na Indonésia e no Marrocos, analisando sociedades complexas, algo novo no seu campo à época. Celso Corrêa Pinto de Castro e Carlos Eduardo Sarmiento, no artigo *Antropologia como vocação: uma homenagem a Clifford Geertz (1926-2006)*, afirmam que:



Geertz preocupa-se, acima de tudo, com a construção social dos significados que ordenam a experiência humana, rejeitando a tradição estruturalista que buscava alcançar os “universais” da cultura humana. A busca de universais, para Geertz, nos afasta do mais produtivo da antropologia que é a etnografia e suas “descrições densas”. Através delas é que podemos admitir as limitações de nossa situação particular como observadores e lidar com dados concretos, circunstanciados. Ao mesmo tempo, é a etnografia, inscrita num saber necessariamente local, que possibilita - e exige - a comparação com outras experiências particulares, dessa forma enriquecendo a compreensão. A interpretação, nessa perspectiva, é o resultado sempre inacabado de uma dialética contínua entre o menor dos detalhes e a mais global das estruturas. (CASTRO; SARMENTO, 2007, p. 117)

Vários conceitos descritos e utilizados por Geertz (apud CASTRO; SARMENTO, 2007, p. 117) foram incorporados ao ofício do historiador. No fim da citação, lemos a seguinte frase “[...] uma dialética contínua entre o menor dos detalhes e a mais global das estruturas”. Essa frase serve muito bem para justificar a perspectiva de análise da micro-história, que observa um elemento histórico como se por um microscópio, tentando justamente criar o entendimento da perspectiva micro para a macro. Quando falamos em micro-história, a citação de Carlo Ginzburg é obrigatória, mas não vamos aprofundar a discussão sobre esse autor aqui, uma vez que ele será tema da próxima seção desta unidade. Além da construção social dos significados, Geertz (2008) também influenciou a história com o conceito de “descrição densa”, que basicamente focaria na observação extremamente detalhada dos diversos aspectos de uma sociedade,



tentando assim perceber nas entrelinhas como seria o funcionamento das estruturas de tal sociedade. Vejamos agora uma citação do antropólogo aqui estudado, que relaciona a descrição densa ao trabalho etnográfico:

O que o etnógrafo enfrenta, de fato [...] é uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplicitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. E isso é verdade em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar linhas de propriedade, fazer o censo doméstico... escrever seu diário. Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (GEERTZ, 2008, p. 7)

Percebemos pela citação o quão complexo é o trabalho da etnografia. Esse braço da antropologia é muito importante para o historiador, pois estuda a cultura dos povos e é necessário ao historiador entendê-la para analisar com competência as diversas sociedades a que se dispõe a estudar. Além da cultura, a antropologia ajuda o historiador na compreensão da relação entre as diversas sociedades e no entendimento do contexto histórico em que cada povo está inserido. O historiador não pode ser anacrônico, não pode entender determinado povo do passado com os seus conceitos atuais.

Assim, Geertz legou aos historiadores a reiteração da matriz hermenêutica como sustentáculo epistemológico de seu conhecimento. Parafraseando Braudel, em lugar de uma história “sociológica”, a herança de Geertz pode ser sintetizada na busca de uma disciplina que se erigisse a partir da formulação de uma etnografia histórica. O próprio antropólogo norte-americano se incumbiu de assinalar algumas das possíveis trilhas de convergência entre estas formas de conhecimento, podendo se destacar, neste sentido, o estupendo experimento de construção de um conhecimento etnográfico com base na perspectiva diacrônica sintetizado em *Negara - O Estado teatro no século XIX*, publicado em 1980. (CASTRO; SARMENTO, 2007, p. 118)

Assim, a antropologia auxilia o historiador no seu processo de formulação histórica, e as contribuições de Geertz (2008) corroboram para um melhor entendimento das culturas, fugindo dos modelos universalistas baseados no estruturalismo e enxergando cada cultura com as suas próprias particularidades.

Destacaremos a seguir as contribuições de Mary Douglas. Margaret Mary Tew Douglas estudou ciências políticas, economia e filosofia na Universidade de Oxford, orientada pelo antropólogo Evans-Pritchard, que influenciou bastante o seu trabalho. Seu principal trabalho foi publicado em 1963, resultado da sua tese de doutorado intitulada *The Lele of Kasai*, fruto do trabalho de campo que realizou no Lele, uma tribo africana que pertencia ao Congo Belga. A antropóloga morreu em 2007, mas deixou um grande legado, não só para a antropologia, mas para todas as ciências humanas. Segundo Janaina de Oliveira, Natalia Casagrande e Maria Chaves Jardim, no artigo *Homenagem: Mary Douglas (1921-2007)*, a antropóloga



[...] concentrou seus estudos na área de antropologia social, fundamentando-se nas obras de Émile Durkheim, e seguindo uma proposta da análise estruturalista com foco para a religião comparada. Assim, os temas mais recorrentes nas obras de Mary Douglas são: análise de risco, economia, economia do consumo e bem-estar, comida e ritual. (OLIVEIRA; CASAGRANDE; JARDIM, 2012, p. 3)

Nessa área de concentração, destaca-se a influência da autora especialmente para a história das mentalidades. No seu trabalho *Como as instituições pensam* (1998), Douglas traça uma interessante argumentação na área da sociologia e antropologia econômica. Ao longo da sua carreira, Douglas sempre questionou os pressupostos da ciência econômica racional, revelando que nossas decisões são influenciadas pelas instituições que carregamos internamente. Como a história das mentalidades tem por desafio estrutural entender como funcionavam os esquemas mentais de um indivíduo ou coletivo, seu trabalho ofereceu um elegante arcabouço metodológico para esse campo da história. No trabalho anteriormente citado, Douglas demonstra que:



[...] os indivíduos tendem a achar soluções para seus problemas, consultando seus arquivos institucionais mentais e optando pela escolha das respostas que estão em sintonia com as suas experiências individuais. Na linha seguida por Pierre Bourdieu, Mary Douglas faz uma leitura contemporânea da obra de Durkheim, esclarecendo confusões (muitas vezes de caráter ideológicas) que perpassam a obra do Pai Fundador Francês. No livro *Como as instituições pensam*, Douglas tem uma batalha

discursiva com a teoria da escolha racional e demonstra que nossas escolhas passam pelo filtro cognitivo, moral, social. Logo, o *homo economicus* e racional, propalado pela economia e pelas ciências econômicas, não existe. Como diria a sociologia econômica contemporânea, trata-se de uma “construção social”. social. (OLIVEIRA; CASAGRANDE; JARDIM, 2012, p. 3)

A aceitação de que as escolhas dos indivíduos passam pelos arquivos institucionais mentais é muito importante para o historiador, pois uma das primícias do nosso ofício é o reconhecimento da impossibilidade da imparcialidade. O historiador é contaminado com os seus preceitos. Douglas lançou-se num campo muito difícil, o da interdisciplinaridade, o que facilitou o uso dos seus pressupostos pelos historiadores.

Finalizamos aqui esta seção, que tratou da multiplicidade do campo da história após a Escola dos Annales e que refletiu, partindo do pressuposto da interdisciplinaridade proposta pelos historiadores franceses, sobre as contribuições da antropologia social para história, destacando dois gigantes desse campo: Clifford Geertz e Mary Douglas.



### Exemplificando

Para exemplificar os temas trabalhados nesta seção, indicamos a você, aluno, dois textos que detalham a obra e as contribuições dos dois antropólogos aqui citados: Mary Douglas e Clifford Geertz.

GEERTZ, Clifford. **El antropólogo como autor**. Barcelo, Ediciones Paidós, 1989, tradução de Alberto Cardin. Resenha de: MASSI, Fernanda. **As estratégias textuais de Clifford Geertz**. São Paulo, Cadernos de Campo. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/40313/43198>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

TAMBASCIA, Christiano Key. Recontando Mary Douglas: metodologias de pesquisa para análise de uma trajetória intelectual. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 106, Março de 2010. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Nb1vuW1Owx8J:www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/9196/5312+&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

### Sem medo de errar

Depois dos trabalhos solicitados pelo professor Antonio, os alunos fizeram uma exposição oral sobre suas pesquisas e a respeito das conclusões do grupo, durante a qual o professor fez intervenções de forma a orientar os alunos sobre o entendimento

de como a divisão de um problema em visões diferentes não deve significar fragmentação, mas uma ferramenta para se chegar à compreensão mais profunda dos atos humanos.

Os alunos perceberam que a fragmentação do campo da história pode ser positiva, uma vez que, dependendo do tipo de problema e das fontes disponíveis, os alunos conseguiram usar diferentes metodologias de estudo para alcançar um melhor entendimento de cada fato.

Por exemplo, para estudar a crise hídrica que ocorreu no Estado de São Paulo nos últimos anos, foi necessário, além de um levantamento sobre o desperdício da água e das sucessivas secas, observar o campo da história política, para compreender que uma série de investimentos que deveriam ter sido feitos nos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água do Estado não foram realizados por disputas políticas regionais.

## Avançando na prática

### Vantagens de uma abordagem interdisciplinar no ensino de história

#### Descrição da situação-problema

O professor Antonio está realizando um trabalho de seminário com seus alunos sobre o período colonial do Brasil. Para tanto, selecionou alguns temas para que eles pesquisem e apresentem à sala, como forma de avaliação trimestral. Um dos grupos irá trabalhar com a questão da antropofagia de alguns indígenas brasileiros. Mesmo com o trabalho do professor, que explicou alguns conceitos importantes para essa atividade, como os de cultura e etnocentrismo, um dos grupos ainda parece estar em dúvida e não consegue explicar corretamente as razões e a contextualização histórica da antropofagia. Antonio, então, vai em busca de uma solução em conjunto com seus alunos para ampliar os horizontes do debate.

#### Resolução da situação-problema

Antonio baseia-se na evolução da historiografia para resolver o problema dos seus alunos. Os historiadores da Escola dos Annales estreitaram os laços com diversos campos do conhecimento, em especial a sociologia e a antropologia, para explicar conceitos e buscar o entendimento de temas que não eram caros ao historiador. Antonio convidou o professor Wilsom para ajudá-lo no trabalho. Sociólogo e com especialização em antropologia, o ilustre convidado não teve dificuldades para contribuir nos seminários e ajudar os alunos a destrinchar o conceito de antropofagia. O diálogo interdisciplinar, assim como no início do século XX, foi fundamental para a construção do conhecimento dos alunos.

**Faça valer a pena**

**1.** Embora existam alguns objetos em comum, a História do Imaginário marca alguma distância em relação à História das Mentalidades. Esta última associada à ideia de que existe em qualquer sociedade algo como uma “mentalidade coletiva”, que *grosso modo* seria uma espécie de estrutura mental que só se transforma muito lentamente, às vezes dando origem a permanências que se incorporam aos hábitos mentais de todos os que participam da formação social (apesar de transformações que podem estar se operando rapidamente nos planos econômico e político). A História do Imaginário não se ocupa propriamente destas longas durações nos modos de pensar e de sentir, mas sim da articulação das imagens visuais, verbais e mentais com a própria vida que flui em uma determinada sociedade. (BARROS, 2005, p. 230-242).

Considerando a explicação feita anteriormente sobre a história das mentalidades e a do imaginário, podemos afirmar que:

I. Existiria, segundo a história das mentalidades, uma espécie de mentalidade coletiva que seria compartilhada por todos e que mudaria muito devagar.

II. A história do imaginário também trabalha com a ideia de que há uma mentalidade coletiva, portanto, são basicamente duas vertentes iguais da história.

III. A história das mentalidades tenta perceber as continuidades e rupturas das estruturas de pensamento coletivas ao longo do tempo, geralmente na longa duração.

IV. Além de se preocupar com a articulação das imagens visuais, verbais e mentais, a história do imaginário se ocupa da análise das mentalidades na longa duração.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

**2.** Não obstante, a Escola dos Annales não surgiu para repensar a História Política, ou para discutir os seus pressupostos, mas para destroná-la. [...] Com os Annales, a História tomou nova orientação na pesquisa, deixando de enfatizar as figuras de proa, os grandes personagens que ocultavam as "multidões laboriosas", o que significava fechar-se apenas em uma visão estreita e incompleta da sociedade, que não passava de "arranhões" na superfície do real. (DIAS, 2012, p. 13-34)

Na citação, Dias faz uma explicação sobre a queda da preponderância dos estudos da história política após o incremento da Escola dos Annales. A esse respeito, podemos concluir que:

- a) Dias afirma que a aptidão da história política pelas figuras de proa apenas arranhava a superficial da realidade histórica.
- b) Dias afirma na citação que é necessário um repensar da história política, adaptando-a ao ideário dos *Annales*.
- c) O autor critica veementemente o afastamento da história política das principais discussões sobre a história, uma vez que, conforme Le Goff afirma, ela é a ossatura da história.
- d) O ator salienta a importância dos estudos dos grandes heróis da nação na construção do civismo e do amor à pátria.
- e) Dias se compromete em seu argumento porque ao mesmo tempo em que critica a história política afirma que seu estudo é fundamental para o desenvolvimento da historiografia contemporânea.

**3.** Geertz legou aos historiadores a reiteração da matriz hermenêutica como sustentáculo epistemológico de seu conhecimento. Parafraseando Braudel, em lugar de uma história "sociológica", a herança de Geertz pode ser sintetizada na busca de uma disciplina que se erigisse a partir da formulação de uma etnografia histórica. O próprio antropólogo norte-americano se incumbiu de assinalar algumas das possíveis trilhas de convergência entre estas formas de conhecimento, podendo se destacar, neste sentido, o estupendo experimento de construção de um conhecimento etnográfico com base na perspectiva diacrônica sintetizado em *Negara - O Estado teatro no século XIX*, publicado em 1980. (CASTRO; SARMENTO, 2007, p. 116-119).

Com base no texto e nos seus conhecimentos, classifique as frases como verdadeiras ou falsas:

- ( ) O sustentáculo epistemológico do conhecimento dos historiadores para Geertz está na hermenêutica.
- ( ) A busca pela formulação de uma etnografia histórica é a maior herança de Geertz para os historiadores.

( ) Geertz baseia-se em Braudel para afirmar que a história sociológica é o seu maior legado para os historiadores.

( ) Geertz afirma que a construção do conhecimento etnográfico jamais pode ter como perspectiva a diacronia.

A alternativa que apresenta a sequência correta é:

a) F-F-V-V

b) V-V-F-F

c) V-F-V-F

d) F-V-F-V

e) V-F-F-V





## Seção 4.2

### História e diversificação metodológica

#### Diálogo aberto

Nesta seção, continuaremos a ajudar o professor do ensino médio Antonio na sua prática docente. Numa aula sobre a Segunda Guerra Mundial, ele teve sérias dificuldades para demonstrar como a mentalidade do povo alemão durante o conflito era, em sua maioria, a favor dos ideais do nazismo de Hitler. Para seus alunos, o ditador alemão era apenas um louco que perseguia os judeus e que usou a força para convencer os alemães a aceitar suas posições ideológicas. Antonio então organizou uma aula diferenciada, no qual buscou elementos de análise de grandes historiadores que usam a história das mentalidades para ajudar seus alunos no entendimento desse capítulo da Segunda Guerra Mundial.

#### Não pode faltar

Método. Essa é a palavra mágica que separa os homens dos meninos quando tratamos da historiografia. Grandes ideias, com fontes interessantes, não são nada sem uma eficiente ferramenta, capaz de esgotar todas as possibilidades de discussão. O método da história que foi “criado” com os historicistas e transformado com os *Annales* ganhou novas perspectivas a partir da segunda metade do século XX, quando grandes historiadores conseguiram traçar novos focos, fazer novas questões, investigar exaustivamente o que ainda não havia sido investigado. Para entendermos melhor como a riqueza metodológica orientou grandes produções historiográficas e definiu as bases do que entendemos por história na atualidade, faremos uma breve análise dos trabalhos dos seguintes historiadores: Robert Darnton, Roger Chartier e Carlo Ginzburg. Também trataremos da produção de Norbert Elias, sociólogo de fundamental importância para o campo da história.



#### Refleta

Nesta seção, estudamos sobre quatro grandes pensadores que influenciaram muito o universo metodológico da historiografia, mas eles são os únicos? É claro que não. Há um sem-número de autores importantes que podem ajudar na compreensão das diversas correntes

historiográficas que temos na atualidade. Procure saber mais sobre os trabalhos de Eric Hobsbawm, E. P. Thompson, Zygmunt Bauman, Walter Benjamin, Hannah Arendt, Reinhart Koselleck, entre outros.

Segundo Pereira (2014), Robert Darnton é o historiador norte-americano mais renomado da atualidade. Contudo, sua formação não se deu apenas nos Estados Unidos. Ele formou-se em Harvard, mas fez seu doutorado e boa parte da carreira acadêmica em Oxford. Portanto, sua grande influência teórica vem do que ele mesmo dizia ser: do “empirismo britânico”. Seu interesse de pesquisa configurou-se da seguinte maneira:



**[...] decidido a pesquisar os antecedentes da Revolução Francesa, Darnton iniciou sua trajetória estudando o Iluminismo francês, em suas várias vertentes e dimensões – travando com isso contato intenso e decisivo com a produção historiográfica francesa. A partir desta variedade de influências, que o colocavam em contato com os debates intelectuais dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França, afirmou sua identidade de historiador, constantemente reelaborada nas décadas seguintes a partir de novos diálogos e trocas intelectuais. (PEREIRA, 2014, p. 275)**

O objetivo primeiro dos estudos de Darnton foi entender as mentalidades, mais especificamente compreender como as ideias levam a uma revolução. No caso específico da Francesa, analisar como o conjunto de ideias que dominaram o Iluminismo chegaram a atingir boa parte da população, motivando os acontecimentos que todos conhecemos. Parece algo simples e trivial quando aprendemos na escola e vemos em algum documentário, mas é extremamente excitante entender como um conjunto de ideias toma corpo e contamina uma população a ponto de fazê-la pegar em armas. Pensem bem, quantas vezes vimos isso na história? Quantas vezes isso aconteceu no Brasil, se é que aconteceu? Darnton apropria-se então do conceito das mentalidades, oriundo dos *Annales*, por entender que essa categoria de análise possibilitaria um olhar privilegiado para o entendimento da Revolução Francesa.

Apesar de partir de uma perspectiva inaugurada com os *Annales*, Darnton, segundo Pereira (2014), afasta-se da perspectiva totalizante apresentada por eles, uma vez que busca compreender a mentalidade dos franceses cultos antes da Revolução. Darnton também rompe com a análise marxista, que pensava na agitação francesa como consequência do endurecimento da crise econômica e do crescimento das forças de oposição ao regime estabelecido até então.

O objetivo inicial de Darnton é alcançado graças ao acesso a um grande acervo, o da Sociedade Tipográfica de Neuchâtel, a maior editora suíça do século XVIII.

Ao permitir-lhe compreender tanto as singularidades das visões de mundo desses sujeitos quanto as tensas relações que eles estabeleciam entre si, tais documentos geraram uma reviravolta em suas análises que teve, como resultado, o livro *O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia (1775-1800)*. Originalmente publicado em 1979, ele se propunha a entender os processos e redes sociais que ajudavam a explicar “de que modo grandes movimentos intelectuais como o Iluminismo disseminaram-se socialmente”. Para isso, acompanha os mecanismos de impressão e distribuição clandestina da *Enciclopédia*, atentando para o papel desempenhado por esses diferentes sujeitos na sua divulgação. (PEREIRA, 2014, p. 277)

Apesar do grande mérito da obra de 1979, é em 1984 que Darnton lança o seu livro mais famoso e que repercute com maior força no universo da historiografia: *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Nele, o autor faz um importante estudo das mentalidades, mas com uma perspectiva muito forte da história cultural e com grande influência da antropologia de Clifford Geertz, colega de Princeton com o qual dividiu por anos o seminário sobre história e antropologia.

Com objetos e problemas ligados à sua produção anterior, as grandes novidades do livro eram sua forma e abordagem. Em ensaios independentes, ele tratava do modo específico pelo qual diferentes grupos da França no século XVIII lidavam com sua própria realidade. Burgueses, camponeses, filósofos, ou trabalhadores são assim analisados a partir da perspectiva singular por meio da qual viam e interpretavam o mundo. (PEREIRA, 2014, p. 279)

Por meio da análise do depoimento de um funcionário de uma tipografia, Darnton mergulhou no seu universo simbólico. No livro, ele conta um episódio no qual os funcionários, descontentes com as suas péssimas condições de trabalho e salários e revoltados contra o tratamento dado aos gatos pela esposa do patrão, que comiam e viviam melhor do que eles próprios, resolvem descontar todas as suas frustrações nos gatos – um episódio simples, sangrento, mas que não geraria ao grupo uma punição direta, afinal, não agrediram a “ninguém”. Contudo, Darnton percebeu nesse episódio um forte simbolismo, que permitiu a ele compreender como esses atores sociais viam e viviam a sua realidade. Vejamos um pequeno trecho desse livro:



Alegremente, Jerome e Léveillé puseram-se a trabalhar, ajudados pelos assalariados. Armados com cabos de vassoura, barras de impressora e outros instrumentos de seu ofício, foram atrás de todos os gatos que conseguiram encontrar, a começar pela *grise* (a preferida da esposa do patrão). Léveillé partiu-lhe a espinha com uma barra de ferro e Jerome acabou de matá-la [...]. Depois, com todo o pessoal da oficina reunido em torno, encenaram um fingido julgamento, com guardas, um confessor e um executor público. Depois de considerarem os animais culpados e ministrar-lhes os últimos ritos, penduraram-nos em forcas improvisadas. (DARNTON, 1986, p. 105)

Tal cena parece para nós estranha. Darnton (1986) alerta-nos sobre isso, afirmando que o fato de não entendermos o humor desse episdio demonstra o quão distante estamos do entendimento do modo de pensar de um trabalhador francês do antigo regime, o que abre uma interessante perspectiva de estudo.



### Exemplificando

Ninguém melhor para exemplificar o trabalho de um grande historiador do que ele mesmo. Para isso, leia com aten o a reportagem disponível no link abaixo, a fim de compreender um pouco mais sobre o ideário desse grande historiador, que, para a nossa sorte, ainda está vivo e bastante atuante.

COLOMBO, Sylvia. Robert Darnton lança novo livro e fala sobre literatura e censura. **Folha de S.Paulo**. 5 jun. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/06/1777911-robert-darnton-lanca-novo-livro-e-fala-sobre-literatura-e-censura.shtml>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

Contudo, nem tudo foram flores para esse autor. Ele recebeu diversas críticas sobre o seu trabalho, especialmente no caso da análise presente no *Grande massacre dos gatos*. Salientamos aqui a crítica feita por outro grande historiador, que também será objeto de estudo desta se o: Roger Chartier. Para ele:



[...] seria um equívoco tomar toda a vida social como sendo constituída de símbolos que teriam alguma signific o em si, pois estes símbolos s  ganhariam sentido no modo pelo qual se expressavam nos testemunhos que deles lançavam

mão. Para dar apoio a tal posição, cita um dicionário de época, através do qual tenta mostrar que, para os contemporâneos, o símbolo seria um “signo que implica uma relação de representação. O resultado é que, da perspectiva de Chartier, as formas simbólicas não constituiriam o “idioma” geral que Darnton vê nelas, pois poucos seriam os sujeitos conscientes de seu sentido. (PEREIRA, 2014, p. 283)

Tal crítica foi assim respondida por Darnton, no artigo *História e antropologia*, presente no livro *O beijo de Lamourette*:

[...] “os dicionários de época podem ter utilidade para rastrear os sentidos atribuídos às palavras pela elite letrada”, mas com certeza não servem como um “informativo nativo” sobre a concepção do simbolismo entre os trabalhadores analfabetos”. Ao conceito de simbolismo formulado por Chartier, continua preferindo aquele formulado pelos antropólogos, que “acham que os símbolos transmitem múltiplos sentidos, e que o sentido é interpretado de diferentes maneiras por diferentes pessoas. Conclui assim que “os historiadores da cultura talvez tenham a ganhar se deixarem de lado a ideia do simbolismo como leão=valor, e pensarem nos símbolos como polissêmicos, fluidos e complexos. (PEREIRA, 2014, p. 283)

Interessante perceber o alto nível da argumentação desses dois autores. Se Chartier não concorda com alguns aspectos do método de Darnton, especialmente quando ele usa o conceito de simbolismo para entender as relações sociais da França pré-revolucionária, Darnton contra-argumenta afirmando que a fonte proposta por Chartier serve para entender o pensamento da elite letrada, não da massa trabalhadora, e reforça a sua crença em um argumento antropológico do simbolismo.

Vejamos a seguir um pouco mais sobre a biografia e o trabalho de Chartier, o que facilitará a compreensão do seu “desentendimento epistemológico” com Darnton.

O historiador francês Roger Chartier é uma das grandes autoridades mundiais quando falamos de história cultural. Titular da cátedra *Écrit et Cultures dans l'Europe Moderne*, do *College de France*, esse autor tem posições epistemológicas bastante firmes e contundentes. Em uma entrevista concedida a Gérard Noiriel, afirmou: “Eu não gosto de historiadores que afirmam posições historiográficas sucessivas e contraditórias umas em relação às outras com o mesmo grau de certeza e o mesmo grau de intolerância contra aqueles que não fazem o que eles estão fazendo” (CHARTIER, 1994 apud VENANCIO, 1994, p. 292). Uma das premissas básicas do seu

trabalho é a de que o pensamento de um sujeito ou grupo só pode ser analisado em comparação com seus predecessores ou contemporâneos.

Para entendermos o seu fazer historiográfico, precisamos ter em mente que



**Para Chartier, compreender os modos de classificação, divisão e delimitação por meios dos quais cada agente social organiza e categoriza a apreensão do mundo deve ser tarefa primeira dos historiadores. Ele considera, fundamentalmente, que a afirmação das ações conscientes dos sujeitos históricos e as inventividades singulares estão, contínua e necessariamente, associadas às condições de possibilidades estabelecidas por suas redes de interdependência e pela historicidade de suas práticas. (VENANCIO, 2014, p. 292)**

De maneira geral, Chartier é bastante preocupado com a contextualização histórica dos objetos que está estudando. Vemos essa preocupação na citação acima, quando ele afirma que devemos considerar as “ações conscientes dos sujeitos [...] associadas [...] por suas redes de interdependência”. (VENANCIO, 2014, p. 292). Ainda para o mesmo autor, a obra de Chartier tem três aspectos fundamentais: o reconhecimento, mas, ao mesmo tempo, a crítica à herança dos *Annales* com relação à história sociocultural ou história cultural do social; a dinamização da dicotomia erudito-popular, demonstrando a complexidade dessa relação nas diversas sociedades e a análise das práticas letradas, que, para o autor, evidenciam os mais fundamentais conflitos da sociedade.

Talvez sua maior contribuição para o campo historiográfico tenha sido a volta do estudo dos sujeitos. Depois da revolução proporcionada pelos *Annales*, o campo da história social e cultural, a partir da abordagem das mentalidades, sempre focou seus estudos no coletivo. Essa característica é facilmente entendida como uma reação ao modelo de história realizado anteriormente, uma vez que o historicismo tinha por hábito a exaltação dos grandes heróis, os vultos das nações, sujeitos individuais. Chartier conseguiu um retorno à história de vida dos sujeitos, sem fazer uma simples biografia. Aliás, os estudos tanto de biografias quanto os de prosopografia revelam muito sobre o cotidiano de uma sociedade. Com relação à volta dos sujeitos, Chartier



**[...] a um só tempo, questionava os procedimentos clássicos da história social – que visavam identificar as determinações desconhecidas que comandavam os pensamentos e as condutas -, e afirmava a dimensão deliberada da ação dos sujeitos históricos, tão amplamente rejeitada nos paradigmas anteriores. Por outro lado, opunha-se a um retorno absoluto dos atores sociais, então em voga na França principalmente**

em torno das comemorações do Bicentenário da Revolução Francesa que havia colocado em pauta um “retorno exclusivista das explicações políticas, de uma filosofia política do sujeito como fonte livre da oferta de ideias, independentemente de quaisquer limites de recepção cultural e social. (VENANCIO, 2014, p. 294)

Em um dos seus livros mais famosos, *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*, de 1987, Chartier apresenta um dos fundamentos mais importantes do seu trabalho. Para ele, a oposição entre erudito e popular não é tão rígida como se pensava anteriormente. Em suas análises, focadas principalmente em análises de textos, ele percebeu que há usos de uma “cultura coletiva” em que é perceptível tanto o uso de conceitos considerados eruditos por extratos da sociedade popularescos, como um lento afastamento de práticas populares por parte do grupo considerado erudito.

Com um olhar crítico e minucioso, Chartier contribuiu enormemente para o campo de estudo da história cultural, sendo referência também em outras áreas, como na linguística, graças aos seus esforços na área da leitura e análise de textos.

Dando continuidade aos estudos dos trabalhos e contribuições dos grandes historiadores contemporâneos, abordaremos o trabalho do italiano Carlo Ginzburg. Esse autor tem uma trajetória muito interessante. Reconhecidamente um grande representante da micro-história, conseguiu aliar uma erudição notável com textos de muita fluidez, didáticos no melhor sentido da palavra, com conceitos importantes e complexos escritos de maneira bastante inteligível, ao menos na primeira fase da sua carreira.

Dentre as suas várias obras, citaremos duas que demonstram claramente o seu trabalho como historiador: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história* e *O queijo e os vermes*. No primeiro livro, Ginzburg mostra-nos um arsenal interessante na busca de ler as entrelinhas para compreender o todo: a proposta de um mérito todo interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores. Desse modo, “pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, baixos, forneciam a chave para ascender aos produtos mais elevados do espírito humano” (GINZBURG, 1989, p. 149-150). Neste livro, o autor defende uma abordagem qualitativa da história, uma vez que:

[...] eram mais ricas do que qualquer codificação escrita; não eram aprendidas nos livros mas a viva voz, pelos gestos, pelos olhares; fundavam-se sobre sutilezas certamente não formalizáveis, frequentemente nem sequer traduzíveis em nível verbal; constituíam o patrimônio, em parte unitário,

”

em parte diversificado, de homens e mulheres pertencentes a todas as classes sociais. Um sutil parentesco as unia: todas nasciam da experiência, da concretude da experiência. Nessa concretude estava a força desse tipo de saber, e o seu limite – a incapacidade de servir-se do poderoso e terrível instrumento da abstração. (GINZBURG, 1989, p. 167)

O próprio Ginzburg usa como exemplo do seu paradigma indiciário a obra do Sr. Arthur Conan Doyle: *Sherlock Holmes*. Assim como o famoso detetive britânico, que resolve seus crimes dando atenção a pequenas evidências que passariam despercebidas pelos demais, Ginzburg (1989) demonstra que o trabalho do historiador pode seguir esse mesmo caminho, procurando nas entrelinhas, naquilo que foi dito uma única vez, uma fala que destoa das demais e até mesmo nas ausências e nos silêncios pode encontrar o entendimento de algo importante para a história.

Já na obra *O queijo e os vermes*, o autor mostra-nos, por meio do cotidiano de um simples moleiro, todo um contexto fascinante do início da modernidade. A partir de um pequeno retrato da história, traça linhas capazes de nos fazer compreender todo o aspecto mais amplo daquela realidade. Ao analisar o processo de Inquisição de Menocchio, Ginzburg (1987) tenta mapear toda a estrutura de pensamento do moleiro, rastreando os textos por ele lidos. Assim como Darnton e Chartier, Ginzburg destaca-se pelo seu método, pelas perguntas feitas à sua fonte. Segundo Vieira (2014), nosso autor mudou o foco das perguntas, do conteúdo das respostas de Menocchio, para a maneira como ele lia. Portanto, as questões principais seriam:



a) o moleiro superpunha inconscientemente, sobre os textos cultos impressos que lia, elementos da experiência comum e da cultura dos camponeses, misturando tradições antiquíssimas com motivos elaboradas por grupos heréticos de formação humanista; b) isso foi possível graças à Reforma Protestante, que abriu espaço para a expressão de opiniões discordantes da Igreja Católica, mesmo entre os pobres, e graças à imprensa, cuja difusão forneceu a Menocchio palavras para dar forma à sua visão de mundo, que de outro modo ficaria obscura; c) tratava-se de uma situação que negava tanto as teses da pureza e ingenuidade da cultura camponesa, [...] várias vezes em diálogo e confronto num determinado (con)texto, de modo que se configura um movimento de circularidade de elementos da cultura popular e da cultura erudita, que deste modo se influenciam reciprocamente. (VIEIRA, 2014, p. 250)



Na citação percebemos a maneira como Ginzburg (1986) conduziu o seu trabalho. As questões do seu tema aprofundam grandemente as possibilidades de análise, revelando não somente as estruturas de pensamento de Menocchio, mas as estruturas das ideias que povoavam o início da era moderna na Itália. *O queijo e os vermes* teve um extraordinário sucesso e rendeu críticas de vários pesquisadores importantes. Vejamos agora a opinião de Roger Chartier sobre esse livro:

Como nos mostra Carlo Ginzburg, quando os documentos autorizam, é inteiramente permitido explorar, como se por uma lente de aumento, a maneira como um homem do povo pode pensar e usar os elementos intelectuais esparsos da cultura literária que o alcançam por meio de seus livros e da leitura que ele faz deles. Aqui, Bakhtin é posto de ponta cabeça, uma vez que um sistema de representações é construído a partir dos fragmentos emprestados da cultura acadêmica e livresca, aos quais outros significados são atribuídos, pois no fundamento do sistema há uma outra cultura: “por trás dos livros que Menocchio ruminava, identificamos um código de leitura e, por trás dele, um estrato sólido de cultura oral”. Não podemos, portanto, postular como necessária a conexão estabelecida por Felix Gilbert entre a ampliação social do campo de pesquisa em história intelectual e o recurso a procedimentos estatísticos. De fato, se, sob certas condições, a abordagem quantitativa (interna ou externa) aos textos mais elaborados pode ser aceita como legítima, por outro lado, quando os arquivos permitem, o trabalho intelectual do mais anônimo dos leitores pode ser submetido aos procedimentos analíticos comumente reservados aos ‘grandes’ pensadores. (CHARTIER, 1982, p. 35-36)

Nessa citação, Chartier explicita bem a ideia da micro-história: não é um olhar sobre algo pequeno, trivial, fácil, é um olhar como que por uma lente de aumento, para perceber o que não é possível em uma primeira impressão, enxergar os indícios que estão escondidos. Ginzburg transformou, assim, um processo trivial em uma obra histórica imponente.



### Pesquise mais

Dentre as várias correntes e vertentes historiográficas importantes que um bom professor/historiador deve conhecer, citamos a Nova Esquerda Inglesa e a Escola de Frankfurt. Para saber mais sobre elas, leia e aprofunde-se nos temas apresentados por estes dois artigos:

FRANKLIN, Ruben Maciel. A New Left Review e os dilemas da “nova ordem mundial”: o fim da história, as “revoluções” do Leste europeu e a Guerra do Golfo. **Revista Cantareira**, Niterói, n. 17, jul.-dez. 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e17a8.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

ASSMANN, Selvino José. Escola de Frankfurt: uma superação do materialismo histórico?. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 3, n. 6, p. 19-34, jan. 1984. ISSN 2178-4582. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23741>>. Acesso em: 18 maio 2017.

O último, mas não menos importante, autor que vamos trabalhar nesta seção é Norbert Elias. Sociólogo alemão de origem judaica, teve que fugir da Alemanha nazista para sobreviver. Seu pai morreu no campo de concentração de Auschwitz. Seu principal trabalho está no livro *O processo civilizador*, publicado originalmente em 1939 e reeditado em 1969, quando alcançou grande sucesso. Seu trabalho ficou um tanto quanto esquecido desde a primeira publicação, fazendo com que o autor fosse considerado marginal. A partir da década de 1970, com novos estudos nas áreas da história e sociologia, Elias foi redescoberto, tornando-se uma referência na sociologia do século XX.

Na apresentação a Norbert Elias, presente na edição brasileira de *O processo civilizador*, Renato Janine Ribeiro (1994) afirma que o tema central do trabalho de Elias trata sobre o desenvolvimento da gentileza, da cortesia e da urbanidade, que pouco a pouco, moldaram o modo de vida da civilização ocidental, ensinando-lhes a “não escarrar, não comer com as mãos, não pôr a bota em cima da mesa...” (RIBEIRO, 1994, p. 9).



O que pode também ser discutido, nesta obra de Elias, é a ideia de que existe um sentido na história. Com frequência, ele volta a sua ideia reguladora de que fenômenos à primeira vista carentes de sentido se examinados a olho nu ou na escala do tempo imediato revelam, porém sem nexos quando postos contra urna medida de longo prazo. (Temos, a, mais urna convergência de Elias com os historiadores franceses das mentalidades, adeptos da “longa duração” como a medida mais adequada para estudar a história). (RIBEIRO, 1994, p. 9)

Nesse e em vários outros momentos, o trabalho de Elias aproxima-se dos historiadores. Além da análise na “longa duração”, percebemos nele uma predileção para observar o que está nas entrelinhas, escondido, lembrando muito a metodologia adotada pela micro-história. Vejamos como essa análise próxima da micro-história é percebida na sua obra.

Mas nada disso limita o alcance desta obra, que foi uma das primeiras a perscrutar, dentro da ciência social tal como a conhecemos, o por menor, a minúcia, o irrelevante, para dele extrair não só o pensamento que porta, embutido como, mais que tudo, um livro notável sobre a cultura e seus custos, além de uma indagação sobre seu valor. Depois deste livro, que no microscópio enxerga a ação de forças que só se manifestam na vertente de séculos (que exigiriam então como instrumento um “macroscópio”), o estudo da história, da psicologia ou da sociologia não pode ser o mesmo, porque ele põe em xeque várias verdades aceitas. E nem pode ser a mesma a nossa valoração dos últimos séculos, do que chamamos de “civilização” ou “progresso”, e é esse o valor da obra de Elias para o filósofo ou para o leitor comum, que por prazer, para conhecer, talvez para se autoconhecer. (ELIAS, 1994 apud RIBEIRO, 1994, p. 12)

Nessa busca por entender como o mundo tornou-se civilizado, Elias tenta entender como usos e costumes considerados normais atualmente não o eram algum tempo atrás e como usos e costumes cotidianos desapareceram na esteira do tempo. Talvez o mais louvável na obra de Elias seja o fato de não se limitar a mapear as mudanças que caracterizaram o processo que levou à sociedade civilizada, mas procurar entender as sociedades que deram forma a essa civilização.

Encerramos aqui essa seção, com o intuito de ter contribuído para o entendimento desses grandes autores, dando ênfase às suas principais obras e conceitos, que moldaram e ainda influenciam grandemente o campo da história.



### Assimile

Nesta seção, aprendemos que há inúmeras variações metodológicas no trabalho do historiador e que para alcançar o mesmo entendimento, diferentes pesquisadores traçam caminhos diferentes, mas que podem se cruzar. Com a análise de Robert Darnton percebemos como o simbolismo de alguns atos que para nós parecem irracionais são, na verdade, carregados de sentido e ajudam a compreender a mentalidade de uma época. Com Chartier, percebemos que a dicotomia erudita e popular não é tão rígida assim, pois, nas práticas culturais dos franceses na modernidade, o autor percebe que essas definições, na verdade, cruzam-se a todo instante. Com Ginzburg mergulhamos na micro-história e, com uma potente lente de aumento, compreendemos que um processo da Inquisição de um simples moleiro pode revelar enormes

estruturas da Itália na transição para a modernidade. Por fim, com Norbert Elias, entendemos que o conceito de civilização, que parece ser tão óbvio, é fluido e o entendimento da construção desses conceitos pelas civilizações ocidentais é muito importante para o entendimento da nossa própria sociedade.

### Sem medo de errar

O professor Antonio apresentou para seus alunos alguns trabalhos de historiadores que abordam a história a partir da perspectiva das mentalidades. Usou como tema central da sua apresentação um trecho do livro *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*, para demonstrar como podem ser complexas as relações sociais. Também usou o estudo de Darnton para apresentar como é constituída de símbolos e significados a mentalidade de uma parcela da população. Assim, o professor Antonio conseguiu abrir o entendimento dos seus alunos, que compreenderam que as relações sociais são mais complexas do que eles imaginavam, superando a ideia de que parte da população alemã, ao menos por um momento, apoiou, sim, o governo de Hitler, por mais estranho e irracional que isso pareça para nós atualmente.

### Avançando na prática

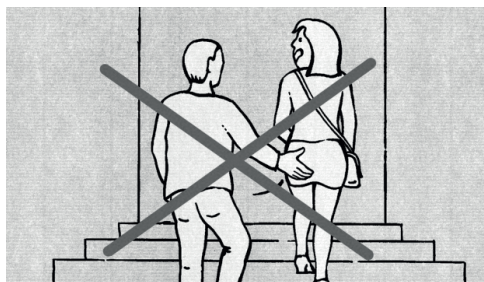
#### O que é civilizado?

##### Descrição da situação-problema

Durante uma aula do 1º ano do ensino médio, o professor Antonio apresentava a seus alunos a importância de alguns conceitos da sociologia e antropologia para a história, tais como os de cultura e etnocentrismo. Nesse momento, os alunos questionaram a validade desses conceitos, dizendo que no mundo atual, globalizado, não há mais conflitos tão grandes envolvendo diversidades culturais.

##### Resolução da situação-problema

Figura 4.1 | Descrição



Fonte: <<http://veja.abril.com.br/blog/a-boa-e-velha-reportagem/os-alemaes-estao-errados-em-ensinar-boas-maneiras-aos-refugiados/>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

A imagem anterior, contida em manual de conduta para refugiados, acompanha a seguinte orientação: "As mulheres devem ser respeitadas, não importa o que estejam vestindo. O mesmo vale para os homens".

A imagem acima foi utilizada pelo professor Antonio como provação aos seus alunos. No debate sobre preconceito e civilização, ele quis demonstrar como temos embates contemporâneos que envolvem a questão abordada por Norbert Elias no seu clássico livro *O processo civilizador*. Por conta dos conflitos na Síria, várias pessoas fugiram e foram aceitas na Alemanha como refugiados. Nesse encontro há um conflito interessante entre duas sociedades, civilizações bem diferentes, com usos e costumes "estranhos" tanto para sírios quanto para alemães. A imagem, do manual de conduta para os refugiados sírios, tenta equalizar essas diferenças no intuito de gerar uma boa convivência entre esses povos tão diversos.

### Faça valer a pena

**1.** Alegremente, Jerome e Léveillé puseram-se a trabalhar, ajudados pelos assalariados. Armados com cabos de vassoura, barras de impressora e outros instrumentos de seu ofício, foram atrás de todos os gatos que conseguiram encontrar, a começar pela grise (a preferida da esposa do patrão). Léveillé partiu-lhe a espinha com uma barra de ferro e Jerome acabou de matá-la [...]. Depois, com todo o pessoal da oficina reunido em torno, encenaram um fingido julgamento, com guardas, um confessor e um executor público. Depois de considerarem os animais culpados e ministrar-lhes os últimos ritos, penduraram-nos em forças improvisadas. (DARNTON, 1986, p. 105).

O texto acima é um trecho do livro mais famoso do historiador Robert Darnton. Como a carnificina dos gatos promovida pelos operários da tipografia é justificada?

- a) A carnificina é justificada como uma espécie de desabafo dos operários, que eram humilhados em seu local de trabalho enquanto alguns animais gozavam de mais misericórdia do que eles.
- b) A carnificina dos gatos é injustificável em qualquer época, uma vez que os animais são totalmente inocentes.
- c) Os operários estavam famintos e só tinham à disposição a carne dos gatos, que tanto atrapalhavam o seu sono.
- d) Os gatos foram mortos a mando do patrão como retaliação ao único momento de divertimento que os operários tinham, que era o passeio com os gatos.
- e) A carnificina é justificada pela transmissão de várias doenças que assolavam principalmente os filhos menores dos operários.

**2.** Leia com atenção o texto abaixo, retirado de um diálogo em que o detetive Sherlock Holmes, da série de TV Sherlock, descobre por pequenos detalhes a localização do detetive Lestrade:

– Oh meu Deus, o que se passa nesses cérebros pequenos? Deve ser tão chato. Seu casaco está ligeiramente úmido, quer dizer que ela estava sob forte chuva nas últimas horas. Sem chuva em qualquer lugar em Londres nessa época. Embaixo do colarinho do casaco também está úmido, ela virou-o contra o vento. Ela tem um guarda-chuva no bolso do lado esquerdo, mas está seco e não utilizado: não apenas o vento forte, estava demasiado forte para usar seu guarda-chuva. Sabemos de sua mala que ela tinha a intenção de passar a noite, então ela deve ter vindo de uma distância decente, mas ela não pode ter viajado mais de duas ou três horas, porque o casaco ainda não secou. Então, onde houve fortes chuvas e vento forte dentro do raio do tempo de viagem? Cardiff. (VIVAN, 2014, [s.p]).

O tipo de dedução que Sherlock Holmes realiza nesse pequeno texto é utilizado na historiografia. Qual é esse paradigma e que historiador ficou famoso por utilizá-lo?

- a) Paradigma da complexidade, de Michel Foucault.
- b) Paradigma indiciário, Carlo Ginzburg.
- c) Paradigma da libertação, de Alfredo Bosi.
- d) Paradigma da intertextualidade, de Mikhail Bakhtin
- e) Paradigma da investigação, de Roger Chartier.

**3.** Para Chartier, compreender os modos de classificação, divisão e delimitação por meios dos quais cada agente social organiza e categoriza a apreensão do mundo deve ser tarefa primeira dos historiadores. Ele considera, fundamentalmente, que a afirmação das ações conscientes dos sujeitos históricos e as inventividades singulares estão, contínua e necessariamente, associadas às condições de possibilidades estabelecidas por suas redes de interdependência e pela historicidade de suas práticas. (VENANCIO, 2014, p. 17).

Com relação à citação acima, indique a alternativa que apresenta a característica mais importante do trabalho de Roger Chartier.

- a) Utilização primordial de fontes escritas em detrimento das orais.
- b) Dissociação entre as ações dos sujeitos e o contexto histórico no qual eles estão inseridos.
- c) Contextualização histórica dos sujeitos que se está estudando.
- d) Classificação, divisão e delimitação das possibilidades de interdependência.
- e) Valorização das minorias e dos chamados derrotados na história.

## Seção 4.3

### História e pós-modernidade

#### Diálogo aberto

O professor Antonio fará um teste seletivo para ministrar a disciplina de Teorias da História na universidade de sua cidade. Como é de praxe nesse tipo de teste, o sorteio do ponto no qual o professor deverá realizar a sua prova ocorre com um dia de antecedência. No sorteio, o tema escolhido foi “pós-modernidade na história e suas relações paradigmáticas”. O tema parecia desafiador para Antonio, que teria um único dia para se preparar. Vejamos como ele sistematizou seus estudos para se preparar para a prova.

#### Não pode faltar

##### FOUCAULT

Vamos iniciar nossos estudos refletindo sobre a importância de um grande pensador, que não era um historiador, mas que, como poucos, modificou grandemente a visão e a construção da história: o filósofo Michel Foucault. Ele abalou as estruturas nas quais o conhecimento histórico descansava. Com muitos trabalhos importantes, tais como: *História da loucura* (1961), *As palavras e as coisas* (1966), *A arqueologia do saber* (1969) e *Vigiar e punir* (1975), questiona vários pressupostos estabelecidos:

É preciso despedaçar o que permitia o jogo consolante dos reconhecimentos, dizia ele. “Saber, mesmo na ordem histórica, não significa ‘reencontrar’ e sobretudo não significa ‘reencontrar-nos’. A história será ‘efetiva’ na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos; multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo.” [...] É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar. (FOUCAULT, 1979, p. 27)

Para Foucault (1979), o conhecimento só progride na medida em que ele se sobrepõe a outro saber; mesmo que ainda haja alguns resquícios desse paradigma anterior, um novo se sobrepõe a ele e permite o crescimento do conhecimento

científico. Na história não seria diferente: era necessário cortar algumas relações com o passado para fazer o campo do conhecimento progredir.

Segundo Rago (1995), as teses de Foucault causaram grande rebuliço no campo da história. Tanto é que ocorreu uma espécie de divisão entre os historiadores que aderiram aos pressupostos do filósofo francês e aqueles que buscaram uma nova vertente:



Lembremos que, nesse momento, E. P. Thompson estourava nas paradas de sucesso historiográfico, abrindo novas perspectivas para a “história social”, traduzido e difundido por todo o mundo. Outros procuraram, mais ou menos timidamente, acercarem-se das concepções de Foucault, tentando entender de onde vinham e para onde apontavam. Confusamente mesclavam as discussões sobre a positividade do poder com a realidade das classes sociais e a constituição dos sujeitos históricos. (RAGO, 1995, p. 69)

Em que locais da história percebemos a influência de Foucault? Para Rago (1995), ele contribuiu para discussões do campo da história que já existiam, mas não tinham a profundidade necessária, como loucura, prisão, corpo e sexualidade. Além disso, no auge das discussões marxistas, relacionadas à classe operária e revolução socialista, o filósofo chama a atenção para as minorias e para os marginalizados.

Foucault também era adepto da história-problema, oriunda da Escola dos Annales. Ele até mesmo era filiado à revista e defendia os pressupostos estabelecidos por Bloch, Febvre e seus seguidores:



Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. (FOUCAULT, 1986, p. 7)

Também podemos compreender alguns pontos instigantes do pensamento de Foucault no debate promovido por uma televisão holandesa em 1971 entre ele e o linguista Noam Chomsky. O tema central abordado foi “há algo que se possa dizer ser inato à natureza humana?” Interessante perceber, em algumas de suas falas, pontos importantes da sua organização de pensamento. Para Foucault (1971), as análises dos



historiadores deveriam partir da investigação de como foram construídas as estruturas culturalmente instituídas da nossa sociedade, em vez de aceitar a tal estrutura social como uma realidade objetiva.

Rago (1995) ressalta cinco pontos fundamentais que marcam a influência de Foucault na história: “a crítica ao essencialismo, a desnaturalização do objeto, o privilegiamento do descontínuo e a proposta de história genealógica”. (RAGO, 1995, p. 74). Vejamos agora como esses pontos são explicados.

De maneira geral, o historiador busca o entendimento de um objeto, que para ele é o tema central do seu trabalho. Esse objeto não está escancarado para ele. Com a investigação das fontes, ele tenta alcançá-lo para melhor compreendê-lo. Para Foucault, não deveríamos buscar a explicação desse objeto no passado, mas entender a sua construção atual e a partir dela desconstruí-la, entendendo como essa construção foi elaborada ao longo do tempo. Vejamos na citação sobre a *crítica ao essencialismo* um exemplo desse tipo de trabalho.

**Não mais partir do objeto sexualidade, por exemplo, para mostrar através de que formas havia se manifestado e diferenciado ao longo da História, mas chegar ao objeto a partir do estudo das práticas e perceber como e quando a sexualidade havia emergido como tema, como discurso e como preocupação histórica. Em outras palavras, o ponto de partida se torna agora terminal. E nossa tarefa seria então desconstruí-lo, revelando as imbricadas teias de sua constituição e naturalização. (RAGO, 1995, p. 74)**

Já a desnaturalização do objeto partiria do pressuposto de que não há nada natural nas relações humanas. As relações que são para nós normais, cotidianas, inerentes ao homem e à sociedade, na verdade são construções sociais que pouco a pouco vão sendo aceitas e incorporadas no cotidiano até o ponto em que parecem “normais”. Como exemplo, temos o trabalho de Foucault sobre as prisões, em um dos seus mais célebres livros.

**Em *Vigiar e punir*, perguntava-se como determinadas práticas discursivas e não discursivas, técnicas de poder e regimes de verdade constituíram o objeto “prisão” como modo privilegiado de castigo e punição. Como fora possível, pergunta ele, em 20 anos, a passagem do suplício para a prisão como forma punitiva privilegiada? (RAGO, 1995, p. 75)**

O privilegiamento do descontínuo questiona a análise historiográfica baseada nas continuidades e rupturas (ou descontinuidades). Rago (1995) afirma que Foucault entendia que o historiador privilegiava as continuidades, traçando teias complexas de relações entre elas. Já as rupturas eram ignoradas, deixadas de lado, por serem consideradas problemas, obstáculos já superados. Contudo, o filósofo chama a atenção para a necessidade de se observar com mais cuidado e zelo essas descontinuidades, por serem elas pontos fundamentais do entendimento da sociedade e conseqüentemente da história. “A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história. Ela se tornou, agora, um dos elementos fundamentais da análise histórica, onde aparece com um triplo papel.” (FOUCAULT, 1986, p. 10)

Com relação à história genealógica, teria ela o intuito de buscar, ao invés da história dos sujeitos, entender como os sujeitos são formados, portanto, sua genealogia. Tal compreensão traria um novo embate para a história.



A história será, então, pensada como um campo de relações de força, do qual o historiador tentará apreender o diagrama, percebendo como se constituem jogos de poder. Daí, uma nova concepção de poder e das relações que se estabelecem entre poder e saber. Não mais o poder jurídico, em sua face visível e repressiva, mas o poder positivo, invisível, molecular, atuando em todos os pontos do social, constituindo redes de relações das quais ninguém escapa. Não mais um saber neutro, a ciência, que diria a verdade, mas um conjunto de enunciados que entram no jogo do verdadeiro e do falso. (RAGO, 1995, p. 77)

Essa compreensão sobre a história enquanto estudo das diversas forças políticas que atuam em nossa sociedade foi uma das bases que ajudou no ressurgimento da história política na segunda metade do século XX, que pensava a noção de política não como apenas as ações do governo, mas como as disputas de poder em todos os níveis da sociedade. Essa discussão, contudo, já foi realizada na Seção 4.2 deste material.

Para exemplificar essa história genealógica, podemos apresentar como a volta dos sujeitos, segundo a perspectiva do pensamento consonante ao de Foucault, ocorreu. Na tese de doutorado *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo* (1990), Margareth Rago utiliza da seguinte estratégia de análise:



[...] para além da constituição da própria noção de prostituição pelo discurso médico e jurídico e pelas práticas disciplinarizantes que instituíram o submundo nos limites

da cidade, procurei pesquisar como as próprias prostitutas se constituíram enquanto sujeitos morais, incorporando, redefinindo, experimentando uma ou várias definições dos amores ilícitos. Menos uma história social da prostituição que procurasse dar conta do cotidiano das meretrizes em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, do que um estudo sobre a construção de nossa moderna referência sobre as “sexualidades insubmissas” e as práticas da comercialização sexual do corpo feminino. (RAGO, 1995, 79)

O trabalho citado é um claro exemplo não só da busca do entendimento do sujeito, mas da formação desse sujeito, da sua constituição e relação com o contexto histórico no qual ele está inserido.

Finalizamos a nossa explanação sobre Foucault com uma citação na qual ele faz uma referência interessante à história, especialmente sobre como ela deveria ser conduzida. Afinal, apesar de ser filósofo de formação, Foucault gostava e se dedicava a temas caros ao historiador. Talvez ele seja o maior influenciador do pensamento historiográfico dos últimos cem anos, pelo menos: “[...] Isto é, em minha opinião, o que deve ser levado a cabo: a constituição histórica de um sujeito de conhecimento através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que formam parte das práticas sociais”. (FOUCAULT, 1986, p. 16)



### Pesquise mais

Analisamos nesta seção a influência de Foucault na historiografia brasileira. Por isso, é muito importante um estudo mais aprofundado sobre a própria produção histórica do Brasil. O artigo *Formas e problemas da historiografia a brasileira*, de João Miguel Teixeira de Godoy, faz um histórico bastante interessante sobre a trajetória da história no Brasil. Leia e aproveite o texto.

GODOY, João Miguel Teixeira. *Formas e problemas da historiografia a brasileira*. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5074/2323>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

## BOURDIEU

Vejam agora as contribuições e influências de Pierre Bourdieu para a história. Antropólogo de formação, ele se destacou ao estudar na Argélia a sociedade *cabila*, o que gerou seu primeiro livro. Com uma carreira bastante profícua, Bourdieu publicou mais de 300 títulos, entre livros e artigos. Entre seus livros mais conhecidos estão

*A distinção* (1979), que trata dos julgamentos estéticos como distinção de classe; *Sobre a televisão* (1996); e *Contrafogos* (1998), a respeito do discurso do chamado neoliberalismo.

Em seus trabalhos, estabeleceu diálogos com vários teóricos importantes, desde Max Weber até Karl Marx. Usando o conceito de construtivismo estruturalista, Bourdieu dizia que há estruturas objetivas no mundo que podem inibir as ações dos indivíduos. O autor também rejeitou a dicotomia subjetivismo/objetivismo, abordando a questão das relações sociais de forma dialética.

Dono de uma grande produção intelectual, Pierre Bourdieu recebeu o título de doutor *honoris causa* em três das maiores universidades da Europa: Universidade Livre de Berlim, em 1989; Universidade Johann Wolfgang Goethe, em 1996; e Universidade de Atenas, também em 1996. Pierre Bourdieu faleceu no dia 23 de janeiro de 2002, na cidade de Paris.

Segundo Alves (2008), um dos seus principais livros, *A distinção*, é importante porque:



[...] é uma denúncia violenta e, ao mesmo tempo, uma inspiração para um modelo de compreensão dos mecanismos sociais e culturais, que retira os fatores econômicos do epicentro das análises da sociedade porque remete as práticas de consumo culturais a uma estrutura relacional. (ALVES, 2008, p. 2)

Essa estrutura relacional envolveria todos os agentes sociais. O lugar que cada indivíduo ocupa na sociedade seria definido pela sua atuação no campo no qual está inserido e na apropriação dos capitais disponíveis àquele campo.

Bourdieu (1989) utiliza-se de três conceitos-chave para interpretar as relações sociais no mundo: campo, capital e habitus. Para Pereira, p. 341 (2015, p. 341)



Campo é um microcosmo social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas, ao mesmo tempo em que influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo. É um lugar de luta entre os agentes que o integram e que buscam manter ou alcançar determinadas posições. Essas posições são obtidas pela disputa de capitais específicos, valorizados de acordo com as características de cada campo. Os capitais são possuídos em maior ou menor grau pelos agentes que compõem os campos, diferenças essas responsáveis pelas posições hierárquicas que tais agentes ocupam.

Portanto, o campo seria uma espécie de arena na qual todos estão inseridos. Esses indivíduos, dispostos nessa arena, disputam os chamados capitais (como o cultural e o social) e, dependendo dos capitais que possuem, conseguem maior ou menor proeminência na sociedade.



### Refleta

Além do exemplo sugerido, como poderíamos de outras maneiras sistematizar os principais conceitos apresentados de Bourdieu: campo, capital e habitus?

Para tentar exemplificar essas relações, podemos imaginar uma universidade como um campo. Nela, há diversas pessoas inseridas que, dependendo do capital cultural que cada uma possui, conseguem um lugar privilegiado dentro da organização hierárquica da universidade. Por exemplo, um professor/doutor tem um status dentro da universidade diferente do de um graduando. A maneira como todos esses agentes se relacionam, se adaptam ao cotidiano interno da universidade, constitui o seu habitus. Contudo, temos que salientar que uma sociedade não possui um único campo e que o alto cargo hierárquico de um campo não significa que ele tenha reciprocidade em outro. Um professor/doutor tem uma grande importância em uma universidade, no entanto, em uma construtora ele não terá essa importância. Vejamos como o próprio Bourdieu aborda o conceito de habitus:

[...] eu desejava pôr em evidência as capacidades “criadoras”, activas, inventivas, do habitus e do agente (que a palavra hábito não diz), embora chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana, [...] o habitus, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital. (BOURDIEU, 1989, p. 61)

Interessante perceber na obra de Bourdieu o afastamento que ele realiza do conceito tradicional de capital, relacionado a um viés economicista. Ele cunha os termos capital cultural, relacionado à nossa herança cultural, especialmente a familiar, e capital social, mais próximo das relações sociais nas quais nos envolvemos durante a vida.

Segundo Bourdieu, a noção de capital cultural se colocou “primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o

'sucesso escolar' [...] à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe". Essa maneira de situar o conceito fala da relação entre as formulações teóricas do autor e sua inserção na pesquisa empírica. (PEREIRA, 2015, p. 345)

Assim como outros pensadores ligados à sociologia, Bourdieu cria uma regra, uma fórmula que contribui significativamente para o entendimento da sociedade e das suas reações. Em uma época em que as relações sociais eram analisadas e definidas apenas pelo aspecto econômico, seus trabalhos contribuem para a mudança no olhar sobre a sociedade, muito mais pautado nas reações sociais, nos indivíduos e nas relações de poder. Além dos conceitos já abordados, vale a pena citar o de *poder simbólico*:



O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, um fides, uma auctoritas, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. (BOURDIEU, 1989, p. 188)

Como o próprio nome já diz, o poder simbólico não existe de forma normalmente institucionalizada. É um poder aceito ideologicamente nas relações sociais e que tem dois agentes: aquele que crê ter um poder e o exerce e aquele que, mesmo que de maneira não institucionalizada, aceita e obedece a esse poder.

## HAYDEN WHITE E A PÓS-MODERNIDADE

A conceituação de pós-modernidade é bastante complexa e polêmica na história. Para entendermos um pouco sobre essa complexidade, iniciaremos nossa discussão com o argumento de François Lyotard no seu livro *A condição pós-moderna* (1979). Nessa obra, o autor salienta que o início da era pós-moderna se caracteriza pela perda de credibilidade das grandes metanarrativas, que dariam conta de explicar a história e outros aspectos da vida humana. Barros (2011) afirma que essas metanarrativas mais conhecidas para a história



[...] eram aquelas que traçavam a História como um grande movimento coerente e teleológico do Singular Coletivo – em especial a Metanarrativa Iluminista e as derivações da Metanarrativa Hegeliana, mas também a Metanarrativa Marxista. A Metanarrativa Iluminista, gestada no século XVIII, como também a sua contraparente Positivista no século XIX,

contava a história do progressivo avanço do Conhecimento e situava a Humanidade como sujeito triunfante a caminho da plena Liberdade no futuro; a Metanarrativa Hegeliana contava a história igualmente progressiva (mas também dialética) da aventura do Espírito Absoluto como sujeito universal que tomava conhecimento de si na sua igualmente triunfante caminhada para a Verdade. A filosofia da História proposta pelo Materialismo Histórico incluía na sua Metanarrativa a inevitável caminhada da Humanidade para a sociedade sem classes, considerando a um pouco, por assim dizer, como uma caminhada olímpica na qual a «tocha da liberdade» deve ser entregue a cada período histórico para a classe revolucionária da ocasião. Vale ainda dizer, as metanarrativas condenadas à morte histórica pela pós-modernidade lyotardiana incluíam também a Psicanálise, já que esta também tinha a pretensão de «tudo explicar», só que através da decifração do Inconsciente. (BARROS, 2011, p. 2)

Percebemos na citação acima que todas as grandes teorias históricas foram ali expostas e consideradas mortas ou, num termo mais leve, insuficientes para explicar a história, seus movimentos e a sua complexidade, mas aí vem a questão: se todos esses modelos são falhos, qual seria o modelo a ser seguido? Existiria um modelo a ser seguido? Antes de chegarmos a uma proposta, temos que aprofundar os desdobramentos dessa crise paradigmática, que, segundo Barros (2011), pode ser considerada como uma crise das Ideologias históricas ou mesmo da união entre a história e as utopias.

Afirmavam-se nos setores mais relativistas, céticos e desiludidos da intelectualidade ocidental, a «Morte do Sujeito», o rompimento das identidades tradicionais, os abalos violentos naquilo que Koselleck chama em seu livro *Futuro Passado* de «campo da experiência» e «horizonte de expectativas», ocasionando na pós-modernidade capitalista a sensação de um Passado sem Memória e um Futuro sem Esperança como tendência existencial predominante. Estamos aqui diante de uma das principais características do Pós-Moderno apontadas por Jameson: a «perda da historicidade». (BARROS, 2011, p. 4)

Quando Barros (2011) nos fala da perda da historicidade, podemos repensá-la como a perda da *consciência histórica*, termo cunhado por Jorn Rusen e que se relaciona com a capacidade de se entender no tempo e a partir disso traçar uma vida

com sentido histórico. Agora, nessa perspectiva na qual a historicidade desaparece, os sujeitos deixam de existir e as ideologias parecem que se desmontam como um castelo de cartas, resta-nos apenas a sensação de vazio, como se as nossas referências ideológicas e intelectuais desaparecessem. Esse movimento da pós-modernidade não é só perceptível na história, em vários outros campos do conhecimento e até mesmo nas artes ele é demonstrável.



### Exemplificando

As mudanças sentidas fora dos meios acadêmicos sobre a pós-modernidade é perceptível na música de Cazuza chamada *Ideologia* (1988). A seguir estão alguns trechos que nos ajudam a perceber como o cantor e compositor sentia a “condição pós-moderna”. Abaixo também há um link para que você ouça a música.

Meu partido  
 É um coração partido  
 E as ilusões estão todas perdidas  
 Os meus sonhos foram todos vendidos  
 Tão barato que eu nem acredito  
 [...]
   
 Meus heróis morreram de overdose  
 Meus inimigos estão no poder  
 Ideologia  
 Eu quero uma pra viver  
 Ideologia  
 Eu quero uma pra viver  
 Ideologia  
 Eu quero uma pra viver [...]

CAZUZA - Ideologia (Clip original). Disponível em: <<https://youtu.be/UioudOtAsCQ>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

Outro grande pensador demonstrará como poucos a sensação que temos atualmente com relação à pós-modernidade: Zygmunt Bauman. Ele cunhou o termo *modernidade líquida*, que seria basicamente



O “derretimento dos sólidos”, traço permanente da modernidade, adquiriu, portanto, um novo sentido, e, mais que tudo, foi redirecionado a um novo alvo, e um dos principais



efeitos desse redirecionamento foi a dissolução das forças que poderiam ter mantido a questão da ordem e do sistema na agenda política. Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro. (BAUMAN, 2001, p. 12)

Para Bauman (2001), as sociedades atuais entraram numa grave fase de individualização, acabando com as construções que os indivíduos faziam coletivamente e politicamente. Todos parecem ser totalmente alienados com relação às condições humanas, à vida em sociedade, às ideologias políticas, comandados apenas pela expansão e satisfação econômica individual. Os padrões de referência e os códigos sociais se foram.

Nesse momento, voltamos à questão feita anteriormente: “se todos esses modelos são falhos, qual seria o modelo a ser seguido? Existiria um modelo a ser seguido?”. Barros (2011) exalta e aponta a análise de Ciro Flamarion Cardoso sobre o fazer da história na pós-modernidade como a melhor para o entendimento das características deste novo paradigma historiográfico.

Segundo sua análise, o Pós-Moderno reuniria, embora com variações possíveis e eventuais não adesões a um ao outro aspeto, cinco principais características: 1) a desvalorização da Presença em favor da Representação; 2) a crítica da origem; 3) a rejeição da unidade em favor da pluralidade; 4) crítica da transcendência das normas, em favor da sua imanência; 5) uma análise centrada na «alteridade constitutiva». Nos próprios termos que poderiam representar a concessão dos pós-modernos, cada um destes traços corresponde a um pilar racionalista ou modernista contra o qual os pós-modernos se defrontam; respectivamente: a «Crença no Referente Externo»; o «Mito das Origens»; a «Ilusão da Unidade»; o «Autoritarismo Normativo»; «O Texto Oni-Coerente». (BARROS, 2011, p. 7)

Portanto, o historiador pós-moderno continua a produzir história, conhecimento histórico, mas com características bem peculiares e particulares se comparadas àquelas dos historiadores da primeira geração dos *Annales*, ou do marxismo renovado da nova esquerda inglesa. Todos os autores que versam sobre a pós-modernidade apontam que o mercado comercial, especificamente o de livros, influenciou bastante

na concepção desse paradigma. Afinal, temas considerados corriqueiros geralmente ajudam na venda de livros e há também outros profissionais, especialmente jornalistas, que se aventuram no campo da história, muitas vezes sem as ferramentas metodológicas do historiador, e que conseguem grande sucesso abordando temas históricos. Vejamos na citação de Barros, que encerra este tópico de discussão, a relação do mercado editorial com a produção historiográfica.



**Surgem histórias como a «História Íntima do Beijo», a «Breve História das Nádegas»<sup>54</sup>, a «História do Estupro» Há uma história para cada objeto – dos cliques, garfos e latas aos zíperes – como nos mostra o ensaio de Henry Petroski sobre *A Evolução das Coisas Úteis*<sup>56</sup>. No mundo editorial pós-moderno, parece ser esta uma das tendências vigentes: há espaço para tudo nas prateleiras dos livros de História. (BARROS, 2011, p. 12)**

Como exemplo de um historiador pós-moderno, ou que no mínimo atua na fronteira entre o moderno e o pós-moderno, temos a figura de Hayden White. Nascido em 1928, na cidade de Martin, no Tennessee, Estados Unidos, graduou-se em História em 1951, na Wayne State University, e recebeu os títulos de mestre e doutor em História na University of Michigan em 1952 e 1955, respectivamente.

O historiador é extremamente controverso; durante mais de 50 anos de atuação, envolveu-se em diversas polêmicas. Entre elas está a aproximação que ele faz entre a história e a literatura:



**[...] o modo como uma determinada situação histórica deve ser configurada depende da sutileza com que o historiador harmoniza a estrutura específica de enredo com o conjunto de acontecimentos históricos aos quais deseja conferir um sentido particular. Trata-se essencialmente de uma operação literária, vale dizer, criadora de ficção. (WHITE, 2001, p. 102)**

Tal afirmação provocou um grande rebuliço no meio dos historiadores. Uma das características mais importantes e defendidas pelos historiadores desde a época do historicismo era justamente o afastamento da literatura. A defesa do método histórico, do rigor de análise das fontes, sempre serviu para construir um alto muro entre o historiador e o literato. De repente, White aparece e contesta frontalmente essa perspectiva. Tal polêmica não ressoaria em silêncio, houve várias réplicas, dentre elas:

[...] se a história produz um conhecimento que é idêntico àquele gerado pela ficção, nem mais nem menos, como considerar (e por que perpetuar) essas operações tão pesadas e exigentes que são a constituição de um *corpus* documental, o controle dos dados e das hipóteses, a construção de uma interpretação? [...] se a realidade dos fatos tramados não importa à natureza do saber produzido, a “operação historiográfica” não seria tempo e pena perdidos? (CHARTIER, 2002, p. 112)

Segundo Mello (2014), as afirmações de White que tanto geraram protestos devem ser contextualizadas. Para isso, ele busca explicações na sua própria obra. Quando o autor afirma que o texto do historiador se assemelha ao do literato, ele não quer descaracterizar ou diminuir o trabalho do historiador. O escritor de um romance, por exemplo, inventa toda a sua obra, pois tem a liberdade poética. Já o historiador faz sua pesquisa baseada nas fontes, mas na hora de transformar sua pesquisa em um texto, utiliza as mesmas ferramentas da literatura. Não é que o historiador invente as suas conclusões, mas também faz uso das técnicas dos literatos para sistematizar seus textos.

Além do aspecto polêmico, o conceito mais peculiar que White desenvolveu é o de tropo.

White sugere que esse movimento de tornar familiar o não familiar é uma ação da consciência humana, que enquadra a massa de informações caóticas em um arquétipo, em um modelo de organização linguística que torna o desconhecido ou incompreensível matéria compreensível e conhecida. De acordo com White, os modos mediante os quais os historiadores organizam mentalmente os dados dispersos e os materializam linguisticamente *equivalem* aos quatro “tropos mestres”: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. (MELLO, 2014, p. 186)

Para facilitar a compreensão dos textos, os autores utilizariam os tropos, grosso modo, figuras de linguagem que tornam o texto de fácil compreensão àqueles que não o dominam. Trabalhos como o de White são importantes não só pelo o que ele pesquisou, mas também por questionar certas convenções históricas que parecem mais dogmas, que, teoricamente, não deveriam ser questionados. Contudo, são esses momentos de embate e de debate de teorias que fazem com que o conhecimento histórico cresça e se desenvolva.



### Pesquise mais

Para saber mais sobre o trabalho de Hayden White, leia o artigo abaixo, em que é apresentado um dos principais conceitos desse autor, o de meta-história.

Sutermeister, PAUL. A meta-história de Hayden White: uma crítica construtiva à “ciência” histórica. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 97, jun. 2009. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/7102/4141>>. Acesso em: 1º abr. 2017.



### Assimile

Nesta seção, compreendemos melhor a construção da narrativa histórica desde a segunda metade do século XX até a atualidade. Vimos como o conceito de pós-modernidade é trabalhado na história, surgindo de uma crise de paradigmas, que, na opinião dos historiadores pós-modernos, não mais servem para explicar a história e seus movimentos. Compreendemos também que o campo da história não caminha sozinho e que a influência de grandes filósofos e sociólogos ajudou fortemente a solucionar essa crise, contribuindo com outras opções metodológicas e de temas para o estudo.

### Sem medo de errar

Com pouco tempo para se preparar, o professor Antonio buscou alguns autores de referência para entender melhor o conceito de pós-modernidade e suas especificidades. Graças à sua formação acadêmica, conseguiu separar muito bem os textos que tratavam do tema de forma equivocada daqueles que realmente são de estudos historicamente elaborados. Com a ajuda de vários artigos, em especial o de José D’Assunção Barros, *A historiografia pós-moderna*, Antonio conseguiu realizar a prova e ser aprovado no teste seletivo.

### Avançando na prática

#### Debate entre modernidade e pós-modernidade

##### Descrição da situação-problema

Em uma aula sobre o socialismo do século XIX, o professor Antonio percebeu um debate mais acalorado entre os seus alunos. Alguns defendiam o sistema capitalista como o melhor para conduzir as diversas sociedades humanas; outros defendiam o socialismo de viés marxista, afirmando que esse modelo é o melhor para minimizar

as mazelas sociais e que, embora haja os exemplos da União Soviética e da Coreia do Norte, tal sistema ainda não tinha sido utilizado corretamente.

### Resolução da situação-problema

O professor Antonio aproveitou o interesse dos seus alunos sobre esse tema para debater com eles outra perspectiva teórica: a da pós-modernidade. Ele explicou que há várias teorias e sistemas de pensamento que tentam de diversas formas explicar e organizar a sociedade. Capitalismo e socialismo são apenas uma das diversas oposições paradigmáticas que já surgiram na história. Com esse embate, o professor explicou a crise dos paradigmas e a perspectiva da pós-modernidade, que busca alternativas a uma visão histórica que muitas vezes pode parecer dicotômica.

### Faça valer a pena

**1.** Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. (FOUCAULT, 1986, p. 7).

Com base na citação e nos seus conhecimentos sobre a teoria da história, é correto afirmar que:

- a) Foucault concorda com a delimitação de fontes apresentada por Ranke, defendendo a preponderância da análise de fontes escritas.
- b) O pensamento de Foucault está alinhado às concepções de história do historicismo.
- c) A ideia de interpretar as fontes como Foucault diz surge na história a partir da terceira geração da Escola dos Annales.
- d) A ideologia de Foucault sobre as fontes é contrária à visão defendida pela Escola dos Annales.
- e) O pensamento de Foucault está alinhado com a concepção de documento apresentada pela Escola dos Annales.

**2.** [...] se a história produz um conhecimento que é idêntico àquele gerado pela ficção, nem mais nem menos, como considerar (e por que perpetuar) essas operações tão pesadas e exigentes que são a constituição de um *corpus* documental, o controle dos dados e das hipóteses, a construção de uma interpretação? [...] se a realidade dos fatos tramados não importa à

natureza do saber produzido, a “operação historiográfica” não seria tempo e pena perdidos? (CHARTIER, 2002, p. 112).

Com base no texto, podemos afirmar que:

I. Chartier defende a concepção de que o trabalho do historiador se assemelha bastante ao do literato.

II. O autor diferencia o trabalho da história do da ficção, dando ênfase ao corpus documental utilizado pelos historiadores.

III. O historiador francês afirma que a elaboração de um grande corpus documental é uma perda de tempo para os historiadores.

IV. De maneira geral, Chartier critica a concepção de que o trabalho do historiador é semelhante ao de um escritor, que usa da ficção para criar seus textos.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

**3.** O “derretimento dos sólidos”, traço permanente da modernidade, adquiriu, portanto, um novo sentido, e, mais que tudo, foi redirecionado a um novo alvo, e um dos principais efeitos desse redirecionamento foi a dissolução das forças que poderiam ter mantido a questão da ordem e do sistema na agenda política. Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro. (BAUMAN, 2001, p. 12).

Em consonância com o pensamento de Bauman e com o contexto histórico no qual essa discussão está inserida, podemos concluir que:

a) O fenômeno da modernidade líquida tem relação com a pós-modernidade na história, período no qual há uma ausência de metanarrativas que expliquem o funcionamento da sociedade.

b) A modernidade líquida é um fenômeno que surgiu para contrapor a ideia de pós-modernidade, pois apresenta uma explicação lógica para os anseios atuais da sociedade.

- c) Bauman defende o paradigma da pós-modernidade, que afirma que o único modelo de metanarrativa condizente com a nossa atual conjuntura política é o socialista.
- d) A modernidade líquida é uma explicação simplista da sociedade, pois anula as explicações racionais da sociedade em defesa do paradigma da complexidade.
- e) Bauman é um crítico ferrenho da pós-modernidade na história, pois defende uma abordagem mais marxista dos eventos sociais.

# Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A história em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19-20, p.79-100, jan./dez. 2004.

ALVES, Emiliano Rivello. Pierre Bourdieu: a distinção de um legado de práticas e valores culturais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 179-184, jan./abr. 2008.

ASSMANN, Selvino José. Escola de Frankfurt: uma superação do materialismo histórico? Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fy-30ilbJ3kJ:https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/23741/21308+&cd=22&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

BARROS, José D'Assunção. A historiografia pós-moderna. **Ler História**, n. 61, 2011. Disponível em: <<https://lerhistoria.revues.org/1655#tocfrom1n1>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004, 220 p.

\_\_\_\_\_. O campo histórico: considerações sobre as especialidades na historiografia contemporânea. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 9, n. 3, p. 230-242, set.-dez. 2005. Disponível em :<[file:///C:/Users/L%C3%ADvia/Dropbox/03%20-%20eGTB/3\\_Desafio%20Profissional/6433-19486-1-SM.pdf](file:///C:/Users/L%C3%ADvia/Dropbox/03%20-%20eGTB/3_Desafio%20Profissional/6433-19486-1-SM.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BORDIN, Francine Borges. **Algumas considerações sobre a descrição densa e o trabalho etnográfico e antropológico**. P@rtes, São Paulo, maio 2013. Disponível em: <[http://www.partes.com.br/2013/05/11/algumas-consideracoes-sobre-a-descricao-densa-e-o-trabalho-etnografico-e-antropologico/#.WQS8X\\_nyvlU](http://www.partes.com.br/2013/05/11/algumas-consideracoes-sobre-a-descricao-densa-e-o-trabalho-etnografico-e-antropologico/#.WQS8X_nyvlU)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

CASTRO, Celso Corrêa Pinto de; SARMENTO, Carlos Eduardo. Antropologia como vocação: uma homenagem a Clifford Geertz (1926-2006). **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 38, p. 116-119, jan. 2007. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2263>>. Acesso em: 24 fev. 2017.

CHARTIER, Roger. Intellectual history or sociocultural history? The french trajectories. In: LACAPRA, Dominick; KAPLAN, Steven Laurence. (Orgs.). **Modern European Intellectual History: Reappraisals and New Perspectives**. Ithaca: Cornell University Press, 1982. p. 35-36.

COLOMBO, Sylvia. François Dosse reúne migalhas da história. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25/04/2001. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/>>



fq2504200115.htm>. Acesso em: 7 mar. 2017.

COLOMBO, Sylvia. Robert Darnton lança novo livro e fala sobre literatura e censura. **Folha de S.Paulo**. 5 jun. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/06/1777911-robert-darnton-lanca-novo-livro-e-fala-sobre-literatura-e-censura.shtml>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DIAS, Renato da Silva. A queda do gigante: a Escola dos Annales, o declínio da história política e as ciências sociais. In: DIAS, Renato da Silva (Org.). **Repensando o político: poder, trabalho e identidades**. Montes Claros: Unimontes, 2012, p. 13-34.

FARDON, Richard. **Mary Douglas: uma biografia intelectual**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: MACHADO, Roberto (Org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 12-23

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. 12. ed. São Paulo: Forense Universitária, 1986.

FRANKLIN, Ruben Maciel. A New Left Review e os dilemas da “nova ordem mundial”: o fim da história, as “revoluções” do Leste europeu e a Guerra do Golfo. **Revista Cantareira**, Niterói, n. 17, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e17a8.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

GEERTZ, Clifford. **El antropólogo como autor**. Barcelo, Ediciones Paidós, 1989, tradução de Alberto Cardin. Resenha de: MASSI, Fernanda. As estratégias textuais de Clifford Geertz. São Paulo, Cadernos de Campo. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/40313/43198>>. Acesso em: 4 abr. 2017

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. 1. ed., 13 reimpr., Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 3-21.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1989.

GODOY, João Miguel Teixeira. Formas e problemas da historiografia a brasileira. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5074/2323>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História: novas abordagens**. Tradução Henrique Mesquita. 4. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995. p. 180-196.

LYOTARD, Jean François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1998.

MELLO, Ricardo Marques de. Hayden White. In: PARADA, Maurício. **Os historiadores clássicos da história**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MENSELIJKE NATUUR EM IDEALE MAATSCHAPPIJ. **Debate Noam Chomsky & Michel Foucault Onhumannature**. Disponível em: <[https://youtu.be/9\\_HaHtcKG9c](https://youtu.be/9_HaHtcKG9c)>. Acesso em: 15 mar. 2017.

OLIVEIRA, Janaina de; CASAGRANDE, Natália; JARDIM, Maria A Chaves. Homenagem: Mary Douglas (1921-2007). **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, jan./jul. 2012. Paginação irregular.

PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 337-356, set./dez. 2015.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Robert Darton. In: PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da história**. Petrópolis: Vozes, 2014.

RAGO, Margareth. O efeito Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 67-82, out. 1995.

RIBEIRO, Renato Janine. Apresentação a Norbert Elias. In: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Sutermeister, PAUL. A meta-história de Hayden White: uma crítica construtiva à “ciência” histórica. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 97, jun. 2009. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/7102/4141>>. Acesso em: 1 abr. 2017.

TAMBASCIA, Christiano Key. Recontando Mary Douglas: metodologias de pesquisa para análise de uma trajetória intelectual. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 106, Março de 2010. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Nb1vuW1Owx8J:www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/9196/5312+&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

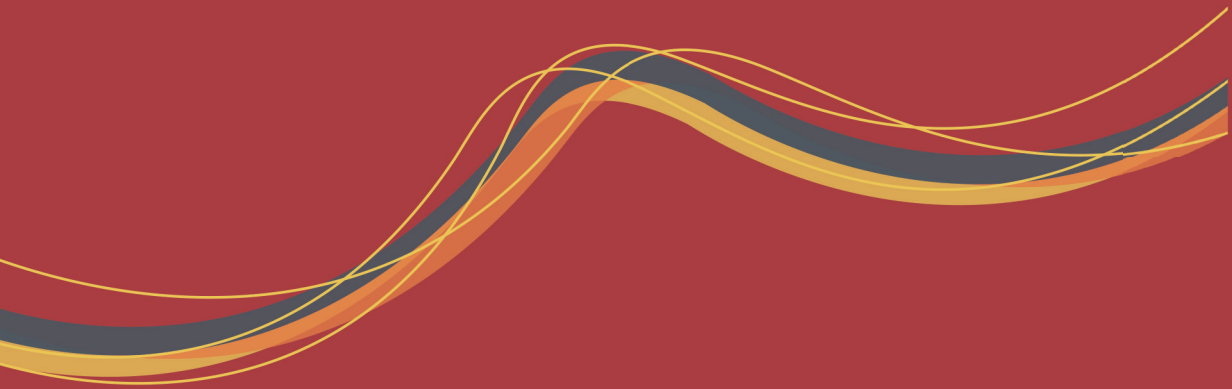
VAINFAS, Ronaldo. Micro-história. Os Protagonistas Anônimos da História. Rio de Janeiro: Campus, 2002. Resenha de: MARTINS, Maria Cristina Bohn. Revista Eletrônica da Anphlac - número 3. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/download/1356/1227>> Acesso em: 18 maio 2017.

VENANCIO, Giselle Martins. In: PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da história**. Petrópolis: Vozes, 2014.

VIEIRA, Beatriz. Carlo Ginzburg. In: PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da história**. Petrópolis: Vozes, 2014.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.





ISBN 978-85-522-0020-8



9 788552 200208 >